

UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA
MESTRADO EM ECONOMIA

ASSENTAMENTOS COLETIVOS E RESISTÊNCIA AO
FLAGELAMENTO NO SEMI-ÁRIDO CEARENSE:
O CASO DA FAZENDA VITÓRIA

JOSÉ LIMA CASTRO JÚNIOR

CAMPINA GRANDE - PB

1994

**ASSENTAMENTOS COLETIVOS
E RESISTÊNCIA AO FLAGELAMENTO
NO SEMI-ÁRIDO CEARENSE :
O CASO DA FAZENDA VITÓRIA**

José Lima Castro Júnior

Julho / 94

**ASSENTAMENTOS COLETIVOS
E RESISTÊNCIA AO FLAGELAMENTO
NO SEMI-ÁRIDO CEARENSE:
O CASO DA FAZENDA VITÓRIA**

JOSÉ LIMA CASTRO JÚNIOR

ORIENTADORES:

Professor Dr. Robério Ferreira dos Santos

Professor Dr. José Ribamar Furtado de Souza

***Dissertação apresentada ao Mestrado em Economia,
Universidade Federal da Paraíba - Campus II,
como requisito para obtenção do Grau de Mestre.***

Campina Grande, 12 de julho de 1994



C355a Castro Junior, Jose Lima
Assentamentos coletivos e resistencia ao flagelamento no semi-arido cearense : o caso da Fazenda Vitoria / Jose Lima Castro Junior. - Campina Grande, 1994.
208 f.

Dissertacao (Mestrado em Economia) - Universidade Federal da Paraiba, Centro de Humanidades.

1. Trabalhadores Rurais - 2. Flagelamento - 3. Assentamentos 4. Dissertacao I. Santos, Roberio Ferreira dos, Dr. II. Souza, Jose Ribamar Furtado de, Dr. III. Universidade Federal da Paraiba - Campina Grande (PB) IV. Título

CDU 316.343.633(043)

**ASSENTAMENTOS COLETIVOS
E RESISTÊNCIA AO FLAGELAMENTO
NO SEMI-ÁRIDO CEARENSE:
O CASO DA FAZENDA VITÓRIA**

JOSÉ LIMA CASTRO JÚNIOR

Aprovada em 12 de julho de 1994

BANCA EXAMINADORA:

Prof. Fernando Garcia de Oliveira, Mestre

Prof. João Otávio Paes de Barros Júnior, Mestre

Prof^a. Norma Montalvo Soler, Doutora

Prof. Robério Ferreira dos Santos, Doutor

*Aos Trabalhadores Rurais Sem Terra,
especialmente do Ceará, construtores de história.*

A Maria Eugênia, companheira de vida, como prova de amor...

*A meus filhos Castro Neto, Maria Helena, Ilgo,
Germana Maria e Alberto, com ternura ...*

A Alberto e Zélia, meus sogros, pelo amparo de quase pais ...

A Zé Maria, meu irmão, lutador, e como incentivo ...

*Aos meus pais Zé de Castro e Maria Helena,
pela doçura de suas memórias,*

Dedico este trabalho

AGRADECIMENTO

Amigos, professores e entidades tornaram possível que realizasse este trabalho. A todos eles agradeço. Alguns em especial:

Professor Robério Ferreira dos Santos, que me escutou, e por ter me orientado, conseguindo pacientemente trazer-me até aqui.

Professor José Ribamar Furtado de Souza, que também me orientou, e foi um reforço na caminhada.

A todos os colegas do Mestrado que, nas discussões e estímulos, mostraram o grande valor que têm.

Aos Técnicos e Servidores do Instituto de Desenvolvimento Agrário do Ceará, pelo incentivo que sempre me ofereceram.

Ao Curso de Mestrado, por me aceitar e oferecer-me oportunidade de passar pela Escola Campinense.

A todos da Secretaria do Curso, pelo impagável apoio prestado em Campina Grande.

A CAPES por me conceder bolsa, sem a qual minhas atividades acadêmicas não teriam curso.

A Assessoria de Eudoro Santana e a Ele, sabedores do significado deste meu trabalho, pelo apoio de Companheiros que me presentearam.

A Abrahão Alam Neto e a Jacinto Leal, "iniciados" em editoração eletrônica, que generosamente trabalharam comigo e revelaram-me que amizades se fortalecem e estão sempre à nascer.

A todos os Companheiros de Vitória, por terem concedido oportunidade de anotar sua história, por me abrirem as portas de suas vidas, e pelo carinho que sempre me dedicam.

RESUMO

No momento em que o estado do Ceará vivenciava a dita maior seca do século, no contexto de uma reestruturação agrária, trabalhadores que conquistaram terras não apresentaram-se como os chamados flagelados.

Este trabalho estuda a constituição histórica da Resistência ao Flagelamento no Semi-árido Cearense, na ausência do parcelamento de terras, impulsionada pelo Trabalho Coletivo dos Assentados.

A conquista do novo, a resistência coletiva vencendo desafios no contexto do desenvolvimento capitalista no Ceará, teve seu apogeu no instante que a seca foi mais aguda ao mesmo tempo que os Assentados ampliaram sua resistência ao flagelamento. Utilizando-se indicadores propostos pelo Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra, observou-se que o Assentamento Vitória apresentou-se como uma Cooperativa de Produção Agropecuária - CPA, sendo a resistência movida pelo trabalho cooperado dos Assentados. Tal natureza não apresenta o Assentado como um pequeno burguês agrário, mostrando ainda a organização do Assentamento como em **continuum** para autogestão.

O estudo concluiu que os Assentados não se afastaram da terra nem saíram a vender sua força-de-trabalho, pela união da natureza de sem terra como a natureza agroecológica das terras conquistadas levando em conta as particularidades do semi-árido. Este não-flagelamento é ainda motivo de flagelamento por não ser o Assentamento autárquico - mostrando isso que não é vivenciada uma Realidade de Reforma Agrária - razão ainda que faz o Assentamento com elementos de uma CPA não-plenamente coletiva, bem como que a opositividade pobreza-riqueza é superável, além do flagelamento, da seca e da fome.

ABSTRACT

At moment that happened the named biggest drought of the century in the context of a agrarian re-estructuration, workmen that conquered their lands do not presented themselves as the named victims of the drought.

This dissertation shows the historic construction of the Collective Resistance to Victimitation in the Cearense Semi-arid Region, with absence of land plotting, impeled for Settler's Communal Work.

conte

The conquest of the new, the colletive resistance winning challenges in the xt of capitalist development in Ceará, had yours height in the instant that the drought was more sharp. Using indicators offers by Movimento dos Sem terra, it was observed that the Vitória Settlement shows itself as a Agriculture Production Cooperative-APC, with resistance moved by Settler's Communal Work. That nature do not shows the Settler as a agrarian little bourgeois, showing the organization of the Settlement as **continnum** to autogovernment.

It was concluded that the Settlers was not removed of the land to sell your workforce, caused by joining the nature of without land (sem terra) with the agroecological nature of the conquered lands seeing the peculiarities of the semi-arid region. This no-victimitation is yet cause of victimitation, because the Settlement is not a "island" - showing this that it is not happening a Land Reform-, that makes the Settlement with rudiments of a APC no-fully communal, the opposition poverty-wealth is overcomeable, with victimitation, with the drought and the hungry.

ÍNDICE

RESUMO	Pág. 4a
ABSTRACT	Pág. 4b
CAPÍTULO I - INTRODUÇÃO	Pág. 11
CAPÍTULO II - NAS ENTRANHAS DO VELHO	Pág. 18
1. INTRODUÇÃO	Pág. 18
2. DESENVOLVIMENTO CAPITALISTA EM GERAL	Pág. 19
3. DESENVOLVIMENTO CAPITALISTA NA AGRICULTURA	Pág. 26
3.1. Influenciado pelos processos naturais	Pág. 26
3.2. Seus paradigmas tecnológicos	Pág. 29
3.2.a. Revolução verde	Pág. 29
3.2.b. Biotecnologias	Pág. 30
4. DESENVOLVIMENTO CAPITALISTA NO CEARÁ	Pág. 34
4.1. Região semi-árida e a ação do Homem	Pág. 34
4.2. A ocupação do espaço cearense	Pág. 38
4.3. Fenômeno social: seca	Pág. 40
5. FRAGILIDADE DO PEQUENO PRODUTOR	Pág. 44
6. EFEITOS DA FRAGILIDADE DO PEQUENO PRODUTOR	Pág. 46
6.1. Quem sai da terra: sem terra	Pág. 46
6.2. Miséria e pobreza	Pág. 50
6.3. O quadro do município de Itatira	Pág. 57
7. O SURGIMENTO DE UM FENÔMENO	Pág. 63
7.1. Reestruturação agrária: um fato	Pág. 63
7.2. Assentados no Ceará: assentados x seca	Pág. 64
8. REFORMA AGRÁRIA: CONQUISTA DA COOPERAÇÃO	Pág. 66
8.1. Entre o parcelamento e a cooperação	Pág. 69
8.2. Frente a experiência do parcelamento	Pág. 70
8.2.a. Capacidade de uso das terras: um alerta	Pág. 72
8.2.b. Frente ao dilema de Duque	Pág. 78
8.2.c. Uma ilustração de parcelamento	Pág. 81
9. RESISTÊNCIA COLETIVA EM TERRAS CONQUISTADAS	Pág. 86
9.1. Autogestão: saída do capitalismo ?	Pág. 86
9.2. Uma hipótese: resistência de Vitória	Pág. 87
10. CONCLUSÃO	Pág. 91

CAPÍTULO III - A CONQUISTA DO NOVO

Pág. 98

1. INTRODUÇÃO	Pág. 98
2. A FAZENDA VITÓRIA	Pág. 100
2.1. Duas associações	Pág. 100
2.2. No semi-árido	Pág. 104
2.3. Usos possíveis das terras	Pág. 105
3. RESISTÊNCIA COLETIVA: VENCENDO DESAFIOS	Pág. 110
3.1. Proletários em luta	Pág. 110
3.2. Segundo desafio: iniciar a resistência na produção	Pág. 114
3.2.1. Não parcelando a terra	Pág. 116
3.2.2. Amplia-se a cooperação	Pág. 120
3.3. Terceiro desafio: garantir o conquistado	Pág. 122
3.3.1. Na presença do Estado	Pág. 122
3.3.2. Garantindo o conquistado	Pág. 127
3.3.3. Apresenta-se a seca	Pág. 134
3.4. Vitória dos assentados	Pág. 135
3.4.1. Sem flagelamento	Pág. 142
3.4.2. Apogeu do assentamento	Pág. 144
3.4.3. Ampliando-se a resistência	Pág. 145
4. CPA PARCIALMENTE COLETIVA	Pág. 151
4.1. Indicativos de cooperação	Pág. 151
4.2. Uma nova cultura	Pág. 159
5. A NATUREZA DO ASSENTAMENTO	Pág. 162
5.1. Seus elementos fundamentais	Pág. 162
5.2. Não apresenta um pequeno burguês agrário	Pág. 164
5.3. A gestão do assentamento	Pág. 168
6. CONCLUSÕES	Pág. 170

CAPÍTULO IV - CONCLUSÃO

Pág. 180

BIBLIOGRAFIA

Pág. 183

ANEXOS

Pág. 191

LISTA DE QUADROS

1. REGIONALIZAÇÃO DO NORDESTE
2. SITUAÇÃO DA SECA
3. BRASIL - CONFRONTO DA DISTRIBUIÇÃO DE RENDA
4. NORDESTE - CONFRONTO DA DISTRIBUIÇÃO DE RENDA
5. CEARÁ - CONFRONTO DA DISTRIBUIÇÃO DE RENDA
6. BRASIL - ESTIMATIVAS DE FAMÍLIAS INDIGENTES
7. BRASIL - ESTIMATIVAS DO TOTAL DE INDIGENTES
8. BRASIL - DISTRIBUIÇÃO PERCENTUAL DE INDIGENTES
9. CEARÁ - CONFRONTO DA CONCENTRAÇÃO DE TERRA
10. FAVELAS EM FORTALEZA
11. CONFLITOS NO CAMPO - VIOLÊNCIA CONTRA A PESSOA
12. CONFLITOS NO CAMPO - VIOLÊNCIA CONTRA POSSE/PROPRIEDADE
13. CEARÁ- TRABALHO ESCRAVO
14. CEARÁ - ESTRUTURA FUNDIÁRIA
15. CEARÁ - CONFRONTO DOS RENDIMENTOS DA POPULAÇÃO
16. ITATIRA - ESTRUTURA FUNDIÁRIA
17. ITATIRA - CONFRONTO DA POPULAÇÃO
18. BRASIL - ASSENTAMENTOS DE REFORMA AGRÁRIA
19. FAZENDA VITÓRIA - UNIDADES DE MAPEAMENTOS
20. FAZENDA VITÓRIA - CLASSES DE CAPACIDADE DE USO
21. PARCELAMENTO MONTE CASTELO - POSSIBILIDADES DE USO
22. PARCELAMENTO MONTE CASTELO - DECISÃO ENTRE O USO COMUM E INDIVIDUAL
- FAZENDA VITÓRIA - ORGANOGRAMA DE ADMINISTRAÇÃO
23. FAZENDA VITÓRIA - CLASSES DE CAPACIDADE DE USO
24. FAZENDA VITÓRIA - ORIGEM DAS FAMÍLIAS

25. ASSENTAMENTO VITÓRIA - INFRA-ESTRUTURA CONQUISTA DA TERRA
26. ASSENTAMENTO VITÓRIA - INFRA-ESTRUTURA - 1988
27. ASSENTAMENTO VITÓRIA - INFRA-ESTRUTURA - 1989
28. COMPARATIVO ENTRE VITÓRIA E ITATIRA - 1990
29. ASSENTAMENTO VITÓRIA - INFRA-ESTRUTURA - 1990
30. ASSENTAMENTO VITÓRIA - INFRA-ESTRUTURA - 1991
31. FAZENDA VITÓRIA - ORIGEM DA RENDA FAMILIAR - 1987
32. BANDEIRA / MATO GROSSO - ORIGEM DA RENDA FAMILIAR - 1987
33. FAZENDA VITÓRIA - INSTRUMENTOS E EQUIPAMENTOS DE TRABALHO
- 1987
34. ASSENTAMENTO VITÓRIA - INVERSÕES EXISTENTES - 1992
35. ASSENTAMENTO VITÓRIA - USO PROGRAMADO DAS TERRAS
36. ASSENTAMENTO VITÓRIA - INVERSÕES E REINVERSÕES PROGRAMADAS
37. ASSENTAMENTO VITÓRIA - INFRA-ESTRUTURA - 1993
38. ASSENTAMENTO VITÓRIA - PRODUÇÃO NO ASSENTAMENTO - CONFRONTO
39. ASSENTAMENTO VITÓRIA - SITUAÇÃO NOS REBANHOS - CONFRONTO
40. RESUMO DE PRINCIPAIS FORMAS DE COOPERAÇÃO AGRÍCOLA
41. PRINCIPAIS DIFERENÇAS ENTRE COOPERATIVA TRADICIONAL E DE ASSENTADOS

SIGLAS

1. ABRA - Associação Brasileira de Reforma Agrária
2. BNB - Banco do Nordeste do Brasil
3. CEPA - Comissão Estadual de Planejamento Agrícola (CEARÁ)
4. CPA - Cooperativa de Produção Agropecuária
5. DTO - Departamento Técnico e de Operações
6. FDC - Fundo de Desenvolvimento do Ceará
7. FETRAECE - Federação dos Trabalhadores na Agricultura do Estado do Ceará
8. FNE - Fundo Constitucional de Crédito para o Nordeste
9. FUNCEME - Fundação Cearense de Meteorologia e Recursos Hídricos
10. GERA - Grupo Executivo de Reforma Agrária
11. GESCAP - Grupo Executivo de Socorro as Calamidades Públicas
12. IDACE - Instituto de Desenvolvimento Agrário do Ceará
13. IECC - Instituto Equatorial de Cultura Contemporânea
14. INCRA - Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária
15. ITERCE - Instituto de Terras do Ceará
16. IPEA - Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada
17. MST - Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra
18. PNRA - Plano Nacional de Reforma Agrária
19. PNUD - Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento
20. PPP - Programação Por Projeto
21. PROCERA - Programa de Crédito Especial para Reforma Agrária
22. PRRA - Ce - Plano Regional de Reforma Agrária do Ceará
23. SEARA - Secretaria de Agricultura e Reforma Agrária do Ceará
24. SRH - Secretaria de Recursos Hídricos do Ceará
25. STR - Sindicato de Trabalhadores Rurais

ANEXOS

1. REGIÃO NORDESTE DO BRASIL - Mapa das regiões agroecológicas
2. CEARÁ - Mapa das regiões agroecológicas
3. FAZENDA VITÓRIA - DADOS DE CHUVAS
4. FORTALEZA - Taxas de desemprego aberto - outubro de 1993
5. CEARÁ - área média de imóveis por microregião e estrato de área
6. ITATIRA - Informações gerais
7. CÓPIA DE PARCELAMENTO EM MONTE CASTELO
8. ESBOÇO ECO-GEOGRÁFICO DO SEMI-ÁRIDO BRASILEIRO
9. ITATIRA - MAPA DE LOCALIZAÇÃO
10. SITUAÇÃO DA ÁREA DE ESTUDO
11. ATO DE CRIAÇÃO DO PROJETO DE ASSENTAMENTO VITÓRIA
12. FAZENDA VITÓRIA - Cópia de folhas de votação
13. BANDEIRA / MATO GROSSO - Composição da renda familiar - 1987
14. ASSENTAMENTO VITÓRIA - Cópia de instrumentos básicos de controle
15. CROQUI DO ASSENTAMENTO VITÓRIA

CAPÍTULO I - INTRODUÇÃO

O desenvolvimento capitalista no Ceará tem nas secas periódicas a expressão de sua essência: com a reprodução da estrutura de propriedade das terras, que são suscetíveis à agudização da semiaridez, ocorre a reprodução dos flagelados. Sob o domínio do capital a propriedade da terra é intocável, sendo a modernização da agricultura buscada como saída para superação de dificuldades do desenvolvimento capitalista. Este desenvolvimento, ao trazer para si a necessidade de tocar na propriedade da terra, manteve-a.

A seca no Ceará e a exploração comum de terras fazem parte da cultura brasileira. Entretanto a primeira é vista como incontrollável - ou de "difícil solução" - devido ser tida como ligada às condições climáticas do semi-árido. A segunda é quase levada ao *status* de lendária e rara sob o ponto de vista de reconstituição histórica. Ambas não são estudadas sob o foco de que os fenômenos sociais - a exemplo, flagelamento e coletivizar terras- são expressão do desenvolvimento de relações sob a propriedade privada da terra.

Ao serem propostas ou praticadas reestruturações agrárias, a propriedade da terra, no contexto agroecológico do semi-árido, é através de parcelamentos, que é buscar reproduzir a diferenciação natural ao capitalismo: pobreza e riqueza, mesmo com uma "reforma agrária", são as possibilidades para a região.

Trabalhadores dizendo que produzem coletivamente no semi-árido cearense e afirmando que não são atingidos pelos efeitos econômicos e sociais da "seca", são apresentados aqui como face do fenômeno da não-individualização da produção, exemplificado isso por pessoas que lutaram por terras e as conquistaram, os quais se denominam de assentados.

O seu surgimento no Ceará se dá na vigência do Plano Nacional de Reforma Agrária- PNRA, especificamente no Plano Regional de Reforma Agrária do Ceará- PRRA-Ce, onde havia previsão de assentar 5.400 famílias em 1986 e entre esse ano e 1989 outras 4.100 sendo que, até o advento desses planos, a exploração de terras não logrou sair dos chamados parcelamentos, ao mesmo tempo que a **reforma** atinge aproximadamente 10% de suas metas. ¹

Nos anos de 1991, 1992, e principalmente 1993, ano em que agudizou-se o flagelamento no Ceará, assentados na fazenda Vitória - situada no município de Itatira - apresentaram-se com sustentabilidade frente às condições naturais, além de que afirmavam ser proprietários coletivos dos meios de produção e não reproduziam relações de trabalho especificamente capitalistas. Com isso, a se argüir: estaria ocorrendo produção coletiva no estado do Ceará que consegue a sustentabilidade das fazendas reformadas e a efetiva reprodução dos assentados, mesmo em anos de seca? Que modo coletivo de produzir é este da fazenda Vitória?

O desenvolvimento capitalista, quando visto como suas resultantes, se dá por contradições onde aquelas escondem unidades da realidade que se ligam opositivamente - engendrando tal desenvolvimento - e são observadas como a própria realidade. Neste sentido, fenômenos que se dão no estado do Ceará devem ser estudados, apreendidos, sem ser feita abstração da existência de leis que os governam bem como de que fazem parte do desenvolvimento em tela. Portanto, o singular, situado no interior do interior de um município do Ceará, faz parte de um todo regido por leis universais sendo que este singular constituído historicamente, por suas especificidades, pode aparentar não fazer parte do todo.

A emergência de um fenômeno que se apresenta negando leis fundamentais do desenvolvimento capitalista e mostrando resultados de coletivização - a exemplo, a não corrida de trabalhadores às chamadas frentes de emergência - leva a pesquisa mostrar sua utilidade, buscando captar a matéria que constitui tal fenômeno com o conseqüente significado das leis que o governam.

Cearenses que conquistaram terras apresentando-se como "ilhados" ao fenômeno social da seca e são categóricos na vontade de não dividir, lotear, parcelar suas terras, e ainda afirmam que coletivamente a produção na sua fazenda é realizada sob uma planificação e que os frutos do trabalho são divididos conforme o trabalho de cada assentado, suscitam a questionar também: o que leva agricultores, em um ano que aproximadamente outros 350.000 no estado do Ceará são cadastrados nas frentes de emergência, a não buscarem postos de trabalho fora da suas terras, não oferecendo a qualquer preço sua força-de-trabalho? Que elementos de existência da fazenda Vitória se constituíram historicamente para que a propriedade coletiva da terra seja mantida, contrariamente à propriedade individual?

Compreendemos que um assentamento é fruto do desenvolvimento capitalista sendo, também, uma totalidade fenomenológica dinâmica e não-autárquica. Por isso, restringimos nosso estudo ao assentamento visto como uma totalidade que é lugar onde a produção de riquezas oferece, além da organização econômica de um dada fazenda, as condições de vida dos assentados, e, a base para que sejam construídas vontades dos próprios assentados.

Compreendendo também que um estudo objetivando conhecer relações de propriedade e uso da terra no semi-árido é de fundamental importância para os principais interessados numa questão agrária- sem terras e assentados- resolvemos tentar materializar sob a forma dessa dissertação.

A mesma objetivou responder as questões acima formuladas, estudando o caso da fazenda Vitória, tendo como pressupostos:

1. No assentamento coletivo não ocorre diferenciação entre assentados, por não existir a opositividade pauperização *versus* enriquecimento;

2. É o assentamento gerenciado sob uma “planificação”, por serem os assentados - no micromundo do caso em estudo- proprietários reais dos meios de produção conquistados;

3. As leis que movem o assentamento são de resistência ao desenvolvimento capitalista, pelo meridiano motivo que não é vivido no estado do Ceará um processo de superação do capitalismo;

4. A constituição dos assentamentos coletivos dá-se numa reestruturação agrária, assim entendida:

“Em contraposição à reforma agrária, a reestruturação agrária ocorre naqueles países em que a própria classe dominante, constatando a desadequação entre os sistemas agrícolas e os processos de modernização, resolve investir na agricultura, fazendo transformações de pequeno porte para que ela se modernize e não sirva de estorvo ao desenvolvimento econômico (...) Como reforma agrária entendemos aquelas medidas que a classe dominante é apeada do poder e substituída, na direção do país, pelas classes dominadas”.²

Especificamente foi buscada a reconstituição histórica de uma coletivização de terras que ainda se processa, como meio de ser feita sua memória. Pretendíamos ainda estudar a face de como os assentados conseguiram resistir ao fenômeno da seca.

Sustentou-se o estudo na hipótese de que no assentamento não

ocorreu separação entre a natureza agroecológica da fazenda e a natureza econômica do assentamento, porque a capacidade de uso das terras aponta para exploração coletiva de terras no semi-árido ao lado da constituição coletiva dos assentados, movimentando-se numa tensão entre explorações individuais e coletivas.

No sentido da constituição histórica adentramos no assentamento, atentando para as expressões dos assentados enquanto utilizadores coletivos dos meios de produção (sobretudo a terra), como meio de aprofundarmo-nos num aspecto do caso estudado

Direcionamos assim nosso trabalho buscando destruir a pseudo-concreticidade de um assentamento, porque categorias econômicas revelam o que é a realidade, pelo fato que no

“...ato mesmo de produção não se modificam apenas as condições objetivas- por exemplo, uma vila torna-se uma cidade, um deserto torna-se terra cultivável-, modificam-se os próprios produtores, enquanto extraem novas qualidades de si mesmos, desenvolvem-se na produção e se transformam, criam novas forças e representações, novos modos de relações, novas exigências e uma nova linguagem”.³

Pretendemos, enfim, com a dissertação, apresentar um exercício acadêmico que buscou situar-se no campo da economia política e ser material para crítica da realidade de assentamentos coletivos.

A fazenda Vitória foi escolhida para caso de estudo por preencher requisitos na resposta ao questionamento levantado, a saber:

1. Os assentados são contumazes em fazer exploração coletiva de terra, e estando discutindo a possibilidade de ser formalizada uma Cooperativa de Produção Agropecuária- CPA, ao mesmo tempo que os mesmos não se apresentam vivenciando o flagelamento, entendido aqui como afastamento de trabalhadores da terra e venda da sua força- de- trabalho;

2. Situa-se exemplarmente na região semi-árida, particularmente na microregião cearense dos Sertões de Canindé;

3. O período de tempo de existência do assentamento, visto como fazenda que foi objeto do PRRA-Ce, é significativo em se tratando de práticas pelos assentados de uso dos meios de produção (seis anos);

4. Diferentemente de outros assentamentos que se mostram

também sem flagelamento e explorando terras coletivamente, são as terras - por força legal - de propriedade formal do Estado, sob cláusulas restritivas de impenhorabilidade e inalienabilidade, fazendo com que a possibilidade de propriedade formal futura pelos assentados não exista, tendo eles plena consciência de somente poderem usar produtivamente as terras;

5. A história de produtores em Vitória - contada à partir das comunidades Bandeira Velho e Cachoeira Cercada é, desde 1946, história de agricultores que buscavam terra como meio de sobrevivência e lutaram por elas a partir de ação dos proprietários para cobrança de renda, perda do direito de uso - assinatura de contratos novos - e violência física contra aqueles, mostrando que resulta o assentamento de luta entre classes antagônicas, inserindo, ou ilustrando, a história do assentamento numa questão agrária no Ceará.

6. Sendo o número significativo de 44 famílias apresentando-se como "organizadas" sob o ponto de vista da gestão de atividades na fazenda, fechamos o caso a ser estudado.

Realizamos 17 entrevista/questionários familiares, 48 individuais e 12 coletivas - com assembléias, com as diretorias das associações existentes na fazenda, com comissões de trabalho e grupos de assentados, tendo havido planejamento junto com os mesmos das atividades de coleta de dados, e crítica dessa coleta e dos instrumentos de pesquisa citados. Entrevistamos também representantes de instituições governamentais e não governamentais.

O corpo da dissertação divide-se em quatro capítulos. Após este de introdução, o segundo apresenta a seca enquanto fenômeno social no desenvolvimento capitalista, tratando em seguida da fragilidade do dito pequeno produtor que expressa-se mais claramente com o chamado flagelamento na seca e apresenta-o como sem terra no contexto de miséria e pobreza do estado do Ceará, especialmente do município de Itatira onde localiza-se o assentamento Vitória. Depois apresenta o fenômeno do assentamento perante a reestruturação agrária em marcha no Ceará. Daí, discute Reforma Agrária e sua conquista pela cooperação na produção, frente a experiência do parcelamento. É concluído o capítulo com a apresentação da resistência coletiva em terras conquistadas, destacando a interrogação de ser autogestão uma saída do capitalismo, sendo a hipótese levantada.

O terceiro capítulo, no qual é feita a reconstituição histórica do

assentamento, mostra o “nascimento” do assentado como resultado da proletarização e luta dos atores do processo. Após isto penetra-se mais no assentamento, sendo obtidos os elementos fundamentais de produção da riqueza coletiva, sendo feitas inferências da cooperação que se processa à partir de indicadores tomados de empréstimo do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem terra- MST.

O último capítulo tece considerações sobre o estudo realizado, indicando possíveis caminhos de aprofundamento sobre o tema Assentamentos Coletivos e Resistência ao Flagelamento no Semi-árido cearense.

NOTAS

1. Ver Brasil. Diário Oficial da União. PNRA / PRRA-Ce
2. ANDRADE ,1980: 72
3. MARX apud KOSIK, 1989: 172

CAPÍTULO II - NAS ENTRANHAS DO VELHO

1. INTRODUÇÃO

O presente capítulo ajuda na obtenção e análise dos resultados da pesquisa, fornecendo referências para a obtenção da qualidade do processo de assentamento.

Em função de que situa-se o caso de estudo na região semi-árida, o capítulo fornece elementos para entendermos a resistência dos assentados ao flagelamento, sem abstrairmos que a mesma está ligada às condições agroecológicas específicas da região.

Dado que reestruturação agrária está ocorrendo no Ceará, não estando ocorrendo transformações radicais na estrutura de propriedade da terra, o capítulo fornecerá referência do que seria Reforma Agrária, entendida esta como conquista de trabalhadores pela cooperação na produção.

Frente à realidade de concentração de terra e miséria no estado do Ceará, particularmente enfocando faces do desenvolvimento capitalista e atentando para a experiência do parcelamento de terras (que é uso das mesmas de forma individual), o capítulo fornecerá elementos sobre a realidade dos ditos pequenos produtores, destacando sua fragilidade.

Finalmente, atenta para o fato que existem capacidades de uso específicas nas terras e ainda que o dilema de Guimarães Duque em se tratando do uso de terras no semi-árido (dilema este entre suas constatações técnicas e sua preocupação com a propriedade privada da terra), devem ser tidos como alerta frente à prática do uso de terras individualmente via parcelamento.

Feitas estas considerações, adentremos ao mundo onde poderia estar escrito "em sua porta" : lugar onde o trabalho não é retribuído. Lugar onde o velho se desenvolve.

2 - DESENVOLVIMENTO CAPITALISTA EM GERAL

Além de ser riqueza uma coleção de mercadorias, são essas produtos do trabalho destinados à troca.¹ Na produção mercantil, os produtos do trabalho destinam-se não ao consumo e sim, à venda. Para que se tornem mercadoria existe o pressuposto da divisão social do trabalho, quando cada produtor não produz tudo aquilo que necessita para si e especializa-se na produção de um ou mais produtos e, fundamentalmente, que os meios de produção sejam propriedade de determinados grupos ou indivíduos. Comprar e vender torna-se necessidade econômica sendo, isso, traços essenciais da produção mercantil. Tal produção é, no capitalismo, predominante.

Comparando-se a produção mercantil simples - na qual os produtos são resultados do trabalho de pequenos produtores independentes - com a produção mercantil capitalista, na qual os capitalistas exploram o trabalho de assalariados, vemos que ambas tem em si a divisão social do trabalho e a propriedade privada dos meios de produção e dos produtos fruto do trabalho. Na primeira os produtos do trabalho são propriedade de quem os produziu enquanto que na segunda são de propriedade de quem não produziu - de quem não investiu trabalho -, porém são proprietários dos meios de produção.

As coisas tem propriedade de satisfazer determinadas necessidades dos homens, valor de uso - no feijão, no milho, no leite, etc. -, ao mesmo tempo que os meios de produção (um trator, um arado, uma foice, etc.) ajudam a criar outras coisas, outros bens materiais, sendo o valor obtido do trabalho e da natureza.

No valor de uso - feijão para saciar a fome - a relação que existe é do homem com a coisa e não uma relação entre pessoas. Neste sentido o valor de uso é imensurável, perdendo sentido dizer que feijão é duas vezes mais útil que leite, pois ambos satisfazem valores de uso diferentes.

Tendo valor de troca, sendo comprados e vendidos, feijão e leite, por exemplo, são equiparáveis quando submetidos a um preço numa determinada proporção - o leite vale um *quantum* de vezes de feijão - e apresentados a nós como algo comum, como mercadorias. Propriedades específicas dos produtos - não mensuráveis -, conduzidas em cada produto agora como mercadorias, são portadoras de uma propriedade comum: o feijão e leite são produtos do trabalho do homem, tornando-os comensuráveis e comparáveis pelo trabalho que neles é

contido. Assim, o trabalho materializado nas mercadorias, expresso por um preço, constitui valor dessas.

A amplitude do valor depende, pelo exposto, da quantidade de trabalho que é utilizado na produção, sendo a medida da quantidade de trabalho o tempo de trabalho.

Ao mesmo tempo que a medida do valor é o tempo de trabalho, a grandeza do valor das mercadorias não depende das particularidades individuais de cada produtor - que trabalha em condições de produção diferentes de outro - sendo determinada pelo tempo de trabalho do conjunto de produtores - tempo de trabalho socialmente necessário. Portanto, valor é o trabalho socialmente necessário que é gasto quando é produzida uma dada mercadoria. Por ser um conceito histórico - próprio da produção mercantil, onde os produtos do trabalho surgem como mercadorias que são trocadas - valor não é propriedade das coisas (como o valor de uso), mas expressa uma relação social.

A produtividade do trabalho - rendimento do trabalho, quantidade de produto por unidade de tempo - altera o tempo socialmente necessário para a produção de um dado produto, fazendo com que menor tempo de trabalho signifique menor valor, dependendo da perfeição técnica dos instrumentos utilizados no trabalho, da velocidade que são aplicadas novas conquistas científicas, das condições naturais - na agricultura, da fertilidade dos solos e de climas favoráveis -, e da qualificação técnica dos trabalhadores. Depende, enfim, do desenvolvimento das forças produtivas.

Na sociedade mercantil - essencialmente a que troca mercadorias - é necessária a existência de dinheiro, atuando como tal uma mercadoria que se destacou entre outras como um equivalente, expressando o valor de todas as mercadorias.

A posse do dinheiro significa a condição de se ter um 'meio mágico que pode transformar-se em qualquer outra mercadoria', que desempenha as seguintes funções: medida de valor de todas as outras mercadorias, expressando por um preço, mesmo que idealmente - medir o valor sem a necessidade de se ter o dinheiro em espécie, somente -; servir de meio de circulação - trocar mercadorias através do dinheiro - por meio do dinheiro efetivamente, atuando o dinheiro como um intermediário na troca de mercadorias; meio de acumulação ou entesouramento

- adquirir tudo que se queira com o dinheiro sendo, ao ser retirado de circulação, transformado em tesouro; funciona ainda o dinheiro como meio de pagamento - no caso das compras feitas à crédito e pagamento de impostos -; atua também como dinheiro mundial - nas relações econômicas entre países.

No capitalismo, a regulação da troca de mercadorias bem como a distribuição dos meios de produção e de trabalho entre os diferentes ramos de produção, são feitas pela lei do valor, assim dando-se: isolados em sua propriedade - os produtores - organizam produção por sua conta e risco. Ninguém sabe a produção de um, nem de outro, com respeito à tipo de mercadoria, volume dentro de certo intervalo de tempo, quantidade a ser lançada no mercado, nem ainda quanto de produto será vendido. Desenvolve-se o capitalismo desorganizadamente, sendo a produção anárquica, submetendo-se o produtor a leis econômicas espontâneas e escravizando-se ao mercado. Essa anarquia da produção está ligada à concorrência instalada entre os capitalistas para conseguirem maiores vantagens de produção e venda, desobrigando-os a empregar seus meios de produção em benefício da sociedade.

A lei do valor espontaneamente regula a produção capitalista e as mercadorias trocadas de acordo com o trabalho socialmente necessário para produção, sendo o preço a ser pago pelas mercadorias correspondente ao seu valor. Entretanto, no mercado- lugar onde as mercadorias são trocadas-, os preços formam-se espontaneamente pela procura e oferta de mercadorias, fazendo com que flutuem os preços em relação ao valor e os capitalistas transfiram seus capitais para ramos onde os preços das mercadorias são superiores ao seu valor. Tal flutuação, distanciamento dos preços em torno do valor, indica ao capitalista se deve, ou não, ampliar o volume da produção. No mercado, flutuando os preços, acontece o arruinamento de alguns produtores e o enriquecimento de outros, pela desigualdade entre os produtores.

Um dado capitalista, para não ser expulso da concorrência (arruinar-se), eleva o rendimento do trabalho no seu empreendimento. Entre um empreendimento avançado e outro não, a situação apresenta-se diferenciada onde o proprietário do primeiro venderá a preços superiores aos valores unitários; para o outro o lucro será reduzido, impedindo sua competição com o outro, podendo causar sua ruína. Ambos são forçados, para concorrer, seja no campo ou na cidade,

aplicar métodos novos de produção e instalar equipamentos. A concorrência é também, por sua natureza, introdução de novas técnicas (realização de investimentos), significando isto modernização da produção.

O campo - lugar da agricultura - não está isento da luta para realizar valor. Pequenos e grandes concorrem submetidos à anarquia da produção, tendo o clima e fertilidade das terras como condições específicas.

Antes de se vender mercadorias, é preciso que sejam produzidas numa sociedade onde existem aqueles que tem os meios de produção e outros destituídos desses. O trabalhador, que não tem os meios de produção, para sobreviver vende sua força-de-trabalho ao capitalista que, ao comprá-la, adquire a única mercadoria capaz de criar valor e cujo preço é equivalente ao valor dos meios necessários ao sustento do vendedor e de sua família, sendo que a maior influência nesse valor da força-de-trabalho é a luta que se trava entre a classe vendedora (o proletariado) e a compradora (a burguesia), onde aquela busca melhorar sua situação. No âmago de tal luta está um certo *quantum* de trabalho que não é pago pelo capitalista ao efetivar a compra da força-de-trabalho: a mais-valia.

Diversamente exercem função a força-de-trabalho e os meios de produção. Aquela cria um novo valor (valoriza) enquanto que os meios de produção não podem fazê-lo. Com o trabalho os meios de produção são consumidos. Também com o trabalho o novo valor criado no processo de produção capitalista ultrapassa o valor da força-de-trabalho, sendo esse maior valor não pago pelo capitalista, assim: o capital inicial, uma soma de valor adiantada pelo capitalista "na esfera de circulação de mercadorias", transforma-se em capital ($emx + x'$), ou numa soma de dinheiro, ou soma de valor igual a soma de valor original mais um excedente para além daquela soma de valor inicial; numa grandeza de dinheiro dada + dinheiro adicional; no valor dado + mais-valia.

"A produção de mais-valia - que inclui a conservação do valor inicialmente - apresenta-se como o fim determinante, o interesse propulsor e o resultado final do processo de produção capitalista, isto é, como aquilo em virtude do que o valor original se transforma em capital".²

Conseguir mais-valia é o fundamental estímulo da atividade do capitalista sendo-lhe indiferente aquilo que produz (ou leite, ou carne, ou feijão, etc.); muito menos interessa-lhe, no caso da agricultura, se terras são impróprias para a produção de determinados produtos. A produção de alimentos, e com ela a

construção de açudes e investimentos outros numa região suscetível ao fenômeno da seca, é apenas pretexto para a obtenção do 'produto' mais-valia.

A união de força-de-trabalho aos meios de produção, resultando na produção de mercadorias, é iniciada pela compra de ambos para que - após o processo de produção - sejam vendidas mercadorias por uma importância superior à investida.

Assim, a forma mais desenvolvida da propriedade dos meios de produção é capital: extração de mais-valia mediante um trabalho assalariado. Capital expressa, portanto, uma relação social entre os detentores dos meios de produção e os que operam o trabalho. Pode-se concluir que, essencialmente, capital é produto dessa relação e que nenhuma importância em dinheiro bem como os meios de produção, são por si capital; dinheiro e meios de produção transformam-se em capital com a presença (existência) da classe dos proprietários dos meios de produção e da classe dos que vendem sua força-de-trabalho.

O desenvolvimento até aqui apresentado traz consigo lei da acumulação capitalista: ao ser ampliada a produção cresce o volume de trabalho não-pago (mais-valia) que é apropriado e dividido na concorrência pelos capitalistas. De um lado - que não se separa de outro - são concentradas riquezas, aumentando o parasitismo e o luxo dos exploradores, no outro aumenta a exploração do proletariado. O fosso entre os que criam riqueza com seu trabalho, todas as riquezas, e aqueles que se apropriam delas aumenta. Riqueza de um lado e miséria de outro - antagonicamente ligadas - são a certeza do desenvolvimento capitalista, acompanhados de desemprego - sob formas de superpopulações relativas.

Sob três formas o desemprego, condição natural do desenvolvimento capitalista, apresenta-se como reserva de mão-de-obra em perpétua procura de trabalho, chamada por Marx de exército industrial de reserva. Essa é classificada em:

Flutuante - trabalhadores parados por algum tempo e que depois de um prazo voltam ao trabalho. Surge a superpopulação flutuante quando o número de operários absorvidos excede o número dos que se afastam da produção. Apesar de um aumento geral do número de operários ocupados existe continuamente uma massa excedente, mesmo nos períodos de desenvolvimento industrial.

Latente - fazem parte os operários assalariados da agricultura. Ao contrário da indústria, a acumulação de capital na agricultura provoca sempre uma redução absoluta de capital variável e, por consequência, uma diminuição do número de operários ocupados. Além disso os camponeses arruinados - junto com os operários - se vêem compelidos a aceitar um salário de fome e ingressar na indústria logo que se apresente ocasião.

Estancada - constituída por trabalhadores privados de trabalho, trabalhando com irregularidade e marginais na sociedade (vagabundos, mendigos, criminosos, prostitutas, etc.), com nível de vida irremediavelmente miserável; são chamados de lumpemproletariado.³

O nível de vida dos trabalhadores expressa também o desenvolvimento capitalista. Na pauperização e enriquecimento ocorre agravamento da classe que é trabalhadora. Portanto, definir seu nível de vida é definir quanto é a taxa de mais-valia (uma relação entre trabalho não pago e trabalho pago), bem como encontrar entre os trabalhadores ocupados - empregados com salários - a duração da jornada de trabalho, a sua intensidade, as enfermidades que graçam no seu meio, número de acidentes de trabalho, condições de habitação, etc. É, em resumo, expressar a realidade de como o desenvolvimento capitalista resulta para a classe trabalhadora.

Pelo exposto até o momento, importa aqui fazer síntese:

Desenvolve-se o capitalismo numa contradição fundamental entre o que é privado e trabalho social. Contradição entre burguesia e proletariado, na qual essa classe produz a riqueza social e a outra se aproveita de tal riqueza.

A mercadoria é unidade imediata do valor de uso (que satisfaz necessidades) e do valor de troca, bem como o processo de produção é unidade imediata do processo de trabalho e de valorização. Esse processo implica risco para o capitalista, por ter usurpado a propriedade dos meios de produção, sendo que os fatores vivos do processo de valorização devem:

“1) Conservar o valor do capital variável, reintegrando-o, reproduzindo-o, isto é, adicionando aos meios de produção uma quantidade de trabalho igual ao valor do capital variável ou do salário; 2) gerar um incremento do seu valor, uma mais-valia, objetivando no produto um *quantum* de trabalho excedente para além do contido no salário, um *quantum* adicional de trabalho”.⁴

Pobreza e riqueza resultam inseparáveis no desenvolvimento. De

um lado luxo dos exploradores, do outro dos explorados. Ao lado da busca dos capitalistas em não se excluïrem do mercado onde realizam para si a mais-valia produzida pelos trabalhadores - como meio de ampliaçãõ de riqueza-, apresentam-se os trabalhadores no mercado de trabalho como exército industrial de reserva, sob condições de vida progressivamente mais distanciadas da riqueza que produzem.

3. DESENVOLVIMENTO CAPITALISTA NA AGRICULTURA

O desenvolvimento capitalista ocorre também na agricultura, concentrando a propriedade da terra. Os pequenos produtores arruinam-se, com os processos naturais próprios da agricultura impulsionando os avanços tecnológicos, ao mesmo tempo que é socializada a produção - quer nas grandes empresas em área, quer sob a forma de empresas integradas de pequenos produtores. O conjunto, submetido à propriedade formal ou real da terra, moderniza-se e liga-se o empreendedor capitalista mais estritamente ao mercado. Capital investido numa dada área é expressão do desenvolvimento capitalista, ao lado do cultivo intenso e da ruína de pequenas explorações, com o agravamento das contradições entre burguesia e proletariado. Seu ápice está "na liberação" da superpopulação latente do exército industrial de reserva - sendo as cidades o *locus* de recebimento - ao mesmo tempo que o "camponês" explora sua terra somente como fonte auxiliar de subsistência.⁵

3.1. Influenciado pelos processos naturais

A determinação fundamental do capitalismo é valorização de capital. Valor que é adiantado valoriza-se no processo de produção, tendo sua realização na circulação dos produtos produzidos. As esferas de produção e circulação formam - e autoconstituem - o ciclo global do capital. Desenvolvimento especificamente capitalista é observado quando apresenta o trabalho assalariado como predominante, a concorrência entre capitais - tendo o progresso técnico como seu "fiel" - e eliminação de formas não capitalistas de produção. Essas três expressões do ciclo global de acumulação (o desenvolvimento) modificam-se pela modificação da rotatividade do capital que é adiantado na circulação, que transmuta-se em trabalho, e é excedido na produção de um trabalho não pago (valorização em si), e retorna desenvolvido para a circulação.

Quanto mais rápido se der essa movimentação entre adiantamento de capital e retorno à circulação de capital acrescido, mais capitalisticamente se dá o movimento que é expresso por $D-M-D'$ ⁶. Evidente que para quem domina o movimento - para o próprio movimento geral, por sua lógica própria - o tempo de retorno do adiantamento é fundamental para que o desenvolvimento possa ser "atraente". Isto é, as atividades, ou setores, em que a produção valorize melhor capital são as que levam - atraem - naturalmente o capital. É da própria natureza da

valorização do valor, capitalização: desenvolvimento capitalista - ida do capital dinheiro (que necessita valorizar-se) para um *locus* onde o tempo em que se transmuta em capital produtivo seja um tempo em que ocorra valorização e que não seja impedido de circular e se realizar. É na indústria onde a valorização se dá plena, e mais se desenvolve. É nela onde o valor - que ao sair da produção é valor na forma de mercadoria - mais se valoriza. Nela o trabalho não pago (a mais-valia) mais excede ao capital que - adiantado na circulação - transmutado, na produção é “preparado” para sair de volta valorizado à circulação; ao sair da unidade industrial o capital agora valorizado consegue - pelas especificidades da indústria - melhor se realizar.

Historicamente o desenvolvimento capitalista apresentou-se na indústria: mais trabalho assalariado, progresso técnico maior “empurrando” a concorrência capitalista, e, é onde são eliminados (ou mantidos ao desígnio do capital) as formas não capitalistas de produção. Uma especificidade da indústria é que ela - a rigor - se dá nas cidades; longe de submeter-se, tanto historicamente como por si só, aos processos ditos naturais.

A agricultura, enquanto campo de aplicação de capital, entrava a lógica de valorização - aqui vista no ciclo global D-M-D'. Tanto na valorização em si (na produção) quanto na realização (circulação), a qual se dá no mercado, sendo o ciclo global englobando as esferas da produção e circulação e sobretudo o desenvolvimento capitalista estando no movimento geral do capital, que tem na agricultura campo particular de desenvolvimento, o capital tem seu desenvolvimento prejudicado.

Especificamente a agricultura difere da indústria por estar submetida aos processos naturais onde se desenrola. Fundamentalmente tais processos interferem - determinam - na valorização devido ao não casamento entre os tempos de produção e tempo de trabalho. Na agricultura o capital “espera” pela natureza (não se valoriza), pela sazonalidade própria do *locus* que não reproduz condições de produção sem descontinuidades da operação de trabalho não-pago. O movimento que reproduz o capital transmutado em força de trabalho, reproduz o capital investido em meios de produção e gera a mais-valia que seria (é) fonte de acumulação, não se dá ininterruptamente tanto quanto na indústria.

Os produtos- valores-mercadorias- que ao se tornarem acabados

levam como sua composição $C + V + mv$, na agricultura tem, por conta do tempo de produção imposto pela natureza, menos mv do que na plenitude industrial de $D-M-D$. Por isso, natureza e agricultura, que são substância uma da outra, fazem com que a primeira interfira na não-reposição adequada do capital constante (C), pela não-operação de capital variável (V) transmutado em força de trabalho e o trabalho não pago deixe de criar juntamente com o tempo da natureza mais-valia.

Somando a isso, as mercadorias ao saírem da produção - agora para entrarem efetivamente na esfera que complementa o ciclo global do capital, a esfera da circulação-, sofrem acréscimos também impostos pelos processos naturais: os produtos acabados - por sua perecibilidade - devem ser conservados antes que não possam realizar valor sem, contudo, gerarem mais-valia. Dado ainda que a realização no mercado (numa luta intercapitalista para não dividir com outros a sua mais-valia), os processos naturais impõem ainda custos de armazenagem, que também não são contrapartidos com valorização, não geram mais-valia e não reproduzem o capital constante, nem o variável opera fazendo os dois.

Lembrando que a base material de uma sociedade determina suas expressões, a produção dita camponesa tem sua lógica determinada pela base material geral da sociedade capitalista conforme suas determinações, sendo também parte da sociedade capitalista. Submete-se ela aos processos naturais e para sua reprodução a lógica fundamental não lhe é interna, sendo, sim, a valorização de valor.

O camponês - aqui entendido como agricultor que não acumula - mesmo modernizado pelo capital, não consegue ser capitalista por ter sua unidade de produção também travada no sentido de valorizar valor. Ou seja: não é que exista uma lógica interna à unidade de produção "camponesa" que a faça ser camponesa; é a lógica do modo de produção dominante que - ao afastar objetivamente o capital da agricultura - aproxima agricultores do próprio campo. É dizer que o camponês não é nem uma normalidade, nem uma anormalidade, nem um problema para o desenvolvimento capitalista; sim, que a unidade de produção camponesa é uma diferença complementar ao desenvolvimento capitalista: frágil, portanto, enquanto tal.

O movimento particular da unidade de produção camponesa para se inserir no mercado é o da circulação simples ($M-D-M$), por não desenvolver

internamente a si mais-valia, consubstanciando comprar para vender, de preferência mais caro. Esta preferência que lhe oferece um delta de capital inicial para por em marcha a valorização de valor - vez em quando concretizada com seus excedentes -, e assim sair o camponês para uma reprodução ampliada (desenvolvida), ou D-M-D', pode concretizar-se a partir de duas vias: empréstimos- crédito- de capital dinheiro para aquisição de capital constante e compra permanente de força-de-trabalho, fato que levaria a "condição de camponês" se desfazer. A outra via passa pela própria unidade de produção fornecendo excedentes comercializáveis em melhores condições de concorrência. Por não conseguirem libertar-se dos processos naturais, sendo os mesmos mais efetivos na pequenês econômica e física dos camponeses, a conjugação desses processos caracteriza a unidade de produção como camponesa, mesmo quando moderniza-se. Esta condição, no desenvolvimento capitalista, tem como opositividade os capitalistas, que buscam vencer os processos naturais modernizando suas unidades de produção.

Complementam-se camponeses e capitalistas na sazonalidade de suas unidades de produção pelo trabalho assalariado, que também é sazonal em ambas: tem-se na unidade de produção camponesa uma diferença entre as unidades desenvolvidas capitalisticamente - especificamente desenvolvidas - exatamente por serem camponesas (não capitalistas). Tal peculiaridade complementa-se e é complementada pelo movimento fundamental do desenvolvimento capitalista. Simplesmente a unidade de produção dita camponesa é parte da base material da acumulação capitalista. Como tal flutuam os camponeses entre a condição de exército de reserva e sua busca em ser capitalista, possibilitando porém aos capitalistas resistir à agudização das condições naturais, garantindo ainda sua reprodução enquanto classe que controla os meios de produção.

3.2. Seus paradigmas tecnológicos

No Brasil, dois modelos tecnológicos conduzem a modernização: o que convencionou-se chamar de revolução verde e o das biotecnologias. Vejamos tais paradigmas, para melhor entendermos a matriz do desenvolvimento aqui apresentado.

3.2.a. Revolução Verde

Deu-se modernização na agricultura pela introdução de insumos poupadores de terra e trabalho nas grandes e médias propriedades, ocorrendo

somente viéses de mudança técnica, como assinalou SANTOS, pelo cultivo agrícola a partir de melhoramentos feitos nos Estados Unidos e México, sendo as culturas parte de um pacote tecnológico que compreende basicamente fertilizantes, defensivos e rações, melhoramento genético e nutrição animal, além do uso de máquinas agrícolas.⁷

Como conseqüência, a modernização foi desigual com a presença da dita agricultura atrasada ao lado da dita agricultura modernizada.

Este resultado, segundo DELGADO, recebe impulso de políticas do Estado (financiamento, fundiária e desenvolvimento rural), viabilizando a formação do chamado Complexo Agroindustrial -CAI, com a mudança da base técnica da agricultura, assim: modificação do desenho da política agrícola interna e externa; redefinição de mecanismos de transferência de renda com o propósito explícito de financiar e viabilizar os CAIs; o Estado passou a ter papel na administração financeira visando suprir o setor privado e financiar investimentos em infra-estrutura compatível com a modernização; ocorrendo aprofundada e crescente integração em escala nacional dos mercados de produtos agrícolas, agroindustriais e de insumos.

Ao mesmo tempo ocorre integração do mercado de trabalho; a fronteira agrícola- até então “aberta”- é ocupada com a concentração de terra; e se imprime ao mercado de terras um caráter nacional, assumindo os títulos de terra uma racionalidade financeira.⁸

Portanto, com a revolução verde muda a agricultura- entendida como lugar onde é feita a produção agrícola- mas na especificidade do desenvolvimento ocorrido no País, o capital conseguiu transformar a agricultura num misto de novo e velho, à seu serviço.

3.2.b. Biotecnologias

Enquanto representação em pequena escala do que se pretende reproduzir, apresentam-se avanços tecnológicos como meio de “desenvolver” o campo.

Dois movimentos articulados e complementares se realizam, com o fim de limitarem a natureza (terra, espaço, reprodução biológica e trabalho humano) enquanto entrave ao processo de valorização de valor, compondo um

processo unificado capaz de revolucionar os meios de produção, e tentando resolver questões que a revolução verde não teria conseguido. ⁹

Apropriação

Processo descontínuo e persistente de eliminação de elementos discretos da produção agrícola, com sua transformação em atividades agrícolas e reincorporação na agricultura sob a forma de insumos, quais sejam: apropriação pelos implementos agrícolas (arados, mecanização de colheita, etc), da oferta de nutrientes agrícolas (torta de sementes oleaginosas, fertilizantes, síntese da amônia), de novas sementes e produção confinada de animais.

As estruturas rurais, a partir da combinação de inovações e da organização interna da produção agrícola, sofrem mudanças, e os resultados apresentam-se na queda da população rural, marginalização das unidades subcapitalizadas e na concentração da produção. Com apropriação, sem se levar em conta os danos causados ao meio ambiente, a dimensão da terra explorada numa dada unidade produtiva continua sendo a mesma ao final de um mesmo período.

Substituição

A atividade não apenas representa uma proporção de valor agregado, mas o produto agrícola, depois de ser reduzido à um insumo industrial, sofre cada vez mais a substituição por componentes não agrícolas. A tendência é reduzir o produto rural a um simples insumo industrial.

Afirmando o paradigma, o substituição se dá no processamento e preservação de alimentos em grande escala (moagem de farinha, laticínios, enlatamento e refrigeração, processamento de carne, margarina), em matérias primas não-alimentícias (indústria têxtil) e fracionamento de produtos e alimentos industrializados.

Tanto o apropriação quanto o substituição tem ações paralelas, onde o capital gradualmente e ininterruptamente busca a troca de atividades rurais por atividades industriais. As biotecnologias caminham, conforme GOODMAN et al, para dissolver a diferença entre agricultura e indústria. A natureza, seja enquanto terra, espaço ou reprodução biológica, já não representa uma barreira intransponível à transformação capitalista do processo de produção

e divisão social do trabalho.

No avanço do capital manipulando a natureza surgem novas direções de movimentos e indústrias afins adveem pelas inovações de produtos e processos das biotecnologias, destacando-se os vegetais modernos (na fixação biológica do nitrogênio, culturas resistentes a herbicidas e pragas), engenharia genética vegetal e animal, automação e engenharia genética na indústria de alimentos (proteínas de célula única e adoçantes artificiais).

As biotecnologias provocam uma reestruturação não no fundiário, e sim nas próprias indústrias, com os capitais ligados a elas se realinhando para defender posições no “campo” onde o fazendeiro apresenta-se dando lugar ao bioadministrador, prenunciando uma reorganização da produção agrícola, na qual esses fazendeiros tornam-se empreiteiros e as cadeias de comercialização sendo superadas, ainda conforme GOODMAN et al, por refinarias agrícolas.

Ao observarmos a revolução verde e as biotecnologias, caminhos do capital para “modernizar” a agricultura sem transformar estrutura fundiária, percebe-se um encadeamento entre ambos e a precedência da primeira. Mesmo sabendo-se que existem no Brasil “fazendas de ponta”, enfocando o uso das biotecnologias, convive-se com propriedades que ainda não “receberam” a revolução verde por completo.

Embora tenha mudado a base técnica da agricultura brasileira ou existindo a presença de viéses de mudança técnica na agricultura, a propriedade da terra é concentrada e assume o papel de título financeiro. Portanto, sob o paradigma do capital e de sua busca da valorização plena de valor, não é de seu interesse lutar para que ocorram transformações na estrutura de propriedade, bastando somente que ocorra modernização dessa estrutura- para que não sirva de estorvo ao processo de desenvolvimento capitalista-, pela retirada plena dos entraves que a natureza física criara sendo, enfim, sob o ponto de vista da manutenção do *status quo*, sem sentido se falar de uma “questão agrária”, por estar sendo ela resolvida no paradigma do capital. ¹⁰

Vejamos como se processa no semi-árido, especialmente no estado do Ceará, o fenômeno da seca - momento clímax do flagelamento de trabalhadores pelo capital - para que possamos melhor entender o desenvolvimento capitalista historicamente constituído neste estado, no qual valorização de valor

defronta-se com condições naturais específicas sem, contudo, o capital abdicar da propriedade, junto da complementaridade do camponês como exército de reserva.

4. DESENVOLVIMENTO CAPITALISTA NO CEARÁ

4.1. Região semi-árida e a ação do Homem.

A região semi-árida no Nordeste brasileiro compreende as regiões agreste, sertão e vales irrigáveis, com pluviosidade em alguns locais inferior a 400 mm anuais podendo chegar até 800 mm, numa superfície de 860.342 km². Localiza-se a oeste da zona sub-úmida e úmida, abrangendo terras que se localizam desde o litoral setentrional norte riograndense até os espaços meridionais no estado da Bahia e parte de Minas Gerais. A zona semi-árida pode ser dividida em agreste, sertão e vales irrigáveis: a primeira é de atenuada semiaridez, os vales irrigáveis apresentam condições de solos e de água que permitem irrigação durante o ano inteiro em todos os estados do Nordeste. No sertão é onde se verifica maior irregularidade nas precipitações pluviométricas compreendendo parte dos estados do Piauí, Rio Grande do Norte, Paraíba, Pernambuco, Bahia, Minas Gerais e Ceará, conforme ilustram os mapas em anexo.

Genericamente pode-se afirmar que a característica mais comum e de maior destaque das regiões semi-áridas é a falta de precipitações pluviométricas suficientes, confiáveis e oportunas. Verificam-se grandes variações nas precipitações sazonais e anuais. Há incidência periódica de secas. Ao ser feita uma correspondência entre a classificação de Köppen e o Nordeste brasileiro também, no sentido genérico, observa-se que a região em sua maior parte é BSh, ou semi-árido.¹¹

Quando é buscada uma regionalização do Nordeste, obedecendo fatores climáticos - especialmente com respeito às variações de precipitações - podemos observar diversificação em sub-regiões conforme é ilustrada no quadro seguinte, notando-se que o estado do Ceará situa-se na zona semi-árida.

QUADRO 1
REGIONALIZAÇÃO DO NORDESTE
BASEADA NOS TOTAIS DE PRECIPITAÇÃO PLUVIOMÉTRICA

Continua

Estado	Zona semi-árida			Zona de transição		
	Agreste	Sertão	Vales irrigáveis	Meio norte	Pré-ama-zônia maranhense	Parnaíba e além S. Francisco
Maranhão	-	-	x	x	x	-
Piauí	-	x	x	x	-	x
Ceará	x	x	x	-	-	-
Rio Grande do Norte	x	x	x	-	-	-
Paraíba	x	x	x	-	-	-
Pernambuco	x	x	x	-	-	-
Alagoas	x	-	x	-	-	-
Sergipe	x	-	x	-	-	-
Bahia	-	x	x	-	-	x
Norte de Minas	-	x	x	-	-	-

Fonte: SUDENE.PAPP, EMBRAPA.CPATSA e PNUD, 1990

QUADRO 1
REGIONALIZAÇÃO DO NORDESTE
BASEADA NOS TOTAIS DE PRECIPITAÇÃO PLUVIMÉTRICA

Continuação

Estado	Zona Subúmida e Úmida			Zona dos Cerrados	
	Litoral subcosteiro	Área canavieira	Serras úmidas	Áreas gerais	Serrado mineiro
Maranhão	-	-	-	x	-
Ceará	-	-	-	x	-
Piauí	-	-	x	-	-
Rio Grande do Norte	-	x	x	-	-
Paraná	x	x	x	-	-
Pernambuco	x	x	x	-	-
Alagoas	x	x	x	-	-
Sergipe	x	x	-	-	-
Bahia	x	x	x	x	-
Norte de Minas	-	-	-	-	x

Fonte: SUDENE.PAPP, EMBRAPA.CPATSA e PNUD, 1990

Observando-se os mapas em anexo e o quadro anterior, nota-se que o Ceará em quase toda sua totalidade é semi-árido, salvo exceções pequenas. No sentido de uma classificação agroecológica - indicando uso agrícola na região - é o estado, em sua maior parte, composto pelo espaço sertão.

O sertão constitui-se o *habitat* mais agressivo da região; uma região quente, onde se verifica maior irregularidade nas precipitações pluviométricas e predomínio da Caatinga Hiperxerófila. DUQUE ensina, tratando do chamado polígono das secas - em si a região Nordeste-, que expandir lavouras sem um plano conservacionista na abertura de novos lotes, significa intensificar a destruição e aumentar o deserto. Neste sentido aponta que agricultar a terra árida é ajustar-se às suas condições, ajustando os processos técnicos da população à manutenção mais ecológica possível do *habitat*.

A caatinga alcança seu clímax de estabilização quando:

“Na caatinga a associação florística com o solo e a atmosfera é quase uma simbiose, tal é o regime de economia rígida da água para entreter as funções em equilíbrio; a união densa, fechada de caatingueiras, acácias, umbuzeiros, maniçobas, macambiras, cactáceas, pereiro, etc., protege o solo no inverno com a sua folhagem verde e no verão cobre-o com uma camada de folhas fenadas que são em parte comidas pelo gado e o restante aduba o chão; as espécies para sobreviverem em relativa harmonia fisiológica absorvem umidade do ar, com abaixamento da temperatura à noite, quando a terra seca lhes nega água e forças ao repouso”.¹²

Este equilíbrio, agora na possibilidade de uso agrícola, como limitado por uma interdependência entre solo, planta e clima, que - ainda segundo Duque - são limitações naturais que

“... impõem um cerceamento na liberdade ou no direito de exploração dos recursos naturais. O desrespeito ao código, não escrito, da Natureza produz efeitos imediatos ou tardios, sutis ou graves, conforme a intensidade da transgressão”.¹³

Por outro lado, IANNI diz que:

“A humanização da terra, segundo as condições da sociedade burguesa, compreende a transformação em relação social, relação de produção, propriedade burguesa. A natureza transfigura-se em história na trama das relações de produção, das contradições de classe”.¹⁴

Tal humanização se dá no processo de trabalho em que o homem entra em intercâmbio com a terra, apropriando-se dela e

“A terra transforma-se em uma vasta dispensa de meios de vida e imenso arsenal de instrumentos de trabalho na medida em que é inserida no processo de produção. Entretanto, à medida em que se desenvolve o intercâmbio entre o homem e a terra, ocorrem distintas metamorfoses da terra. Isto é, as formas de trabalho, enquanto formas de produção e reprodução, criação, constituem a terra sob diversas fisionomias. O intercâmbio do homem com a natureza revoluciona a natureza, ao mesmo tempo em que modifica o homem modificam-se as condições de criação e recriação da vida, da terra e do homem”.¹⁵

Reforçado é o ponto de vista de Ianni quando recordamos ENGELS, no momento que adverte sobre as respostas que a natureza física dá à humanização. Neste sentido, o Homem fazendo as transgressões apontadas por Duque - domínio da natureza pelo Homem, a submetendo, pondo-a a serviço de fins determinados - apesar de ser uma vitória, faz com que seja necessário o conhecimento das leis da natureza:

“E assim, somos a cada passo advertidos de que não podemos dominar a Natureza como um conquistador domina um povo estrangeiro, como alguém situado fora da Natureza; mas sim que lhe pertencemos, com a nossa carne, nosso sangue, nosso cérebro; que estamos no meio dela; e que todo nosso domínio sobre ela consiste na vantagem que levamos sobre os demais seres de poder chegar

a conhecer suas leis e aplicá-las corretamente".¹⁶

4.2. A ocupação do espaço cearense

A ocupação do espaço no Ceará, vista como humanização, acha-se dividida em dois períodos: o primeiro - que se deu com a ocupação indígena -, e o segundo - que vem desde a colonização até nossos dias.

O primeiro marca-se pela exploração da terra coletivamente e visando a manutenção dos recursos naturais: "Essa forma de utilização, além de estabelecer o marco diferencial entre estas comunidades e o grupo colonizador, concorreu para a manutenção do frágil equilíbrio dos ecossistemas litorâneos e das chapadas"¹⁷

O segundo período, no qual a produção de mercadorias é marca fundamental, a terra é explorada individualmente por cada ocupante ou proprietário, sem a preocupação com a manutenção dos recursos naturais, ocorrendo somente preocupação com a comercialização de produtos, caracterizando historicamente os períodos dos ciclos econômicos, assim:

"O primeiro ciclo econômico do Estado no Século VIII, pela indústria agropastoril. Neste, a pecuária foi a atividade econômica que motivou a devastação da cobertura vegetal (desmatamento), alcançando maior expressividade durante o período de maior desenvolvimento da indústria (carne de charque)".¹⁸

Outro ciclo - o do algodão - transcorre a partir de 1877, quando a devastação da mata primitiva se dá em função da alta do produto no mercado devido a falta deste no mercado europeu, face a guerra civil nos Estados Unidos.

Outros ciclos de produtos, sempre diferentes do milho, feijão e mandioca, ocorrem no estado do Ceará como os da cana-de-açúcar, do café e do caju - durando até presentemente, sendo que "derivando um aumento da produção em detrimento das condições ambientais que nas últimas décadas se encontram em elevado grau de deterioração".¹⁹

Pode ser dito que existe estreita correlação entre uso das terras no estado com os períodos de ocupação do espaço. Correlação esta que mostra a não aceitação pela exploração capitalista das indicações feitas pela natureza física, enquanto que os indígenas imemorialmente aceitaram as indicações de uso ocorrendo, a partir da colonização, separação entre natureza física e natureza econômica - fato que não se dava com as explorações coletivas dos índios, que produziam milho, feijão e mandioca para subsistência. Os colonizadores romperam

com a natureza, ao produzirem com preocupações do mercado - que no período indígena era inexistente-, acarretando efeitos negativos, salientando-se que

“... a economia do Estado do Ceará foi, desde seus primórdios, fundamentada na utilização do colonizador no setor primário. Foi deste embasamento econômico que se iniciou lenta e paulatinamente a degradação de meio antes preservado pelo indígena”.²⁰

E ainda:

“Do ponto de vista climático, os efeitos principais estão representados pela redução da pluviometria e da umidade relativa; o aumento da temperatura, das perdas, por evaporação e alternância de secas e inundações cada vez mais freqüentes, surgem como os efeitos mais graves”.²¹

Além de que

“Do ponto de vista de interação dos recursos naturais, os efeitos decorrentes da cobertura vegetal são refletidas diretamente sobre os solos que ficam expostos à ação dos fatores erosivos. A erosão processada em função dessa exposição é acelerada pelas águas e enxurradas no período chuvoso”.²²

Estas conseqüências da ocupação do Ceará, que não levou em conta as potencialidades das terras por ter levado em conta somente a produção de mercadorias, mostram que não são próprios do semi-árido as secas e as inundações, enquanto fenômenos sociais, valendo ainda ressaltar que:

“Os rigores de maior intensidade destes fenômenos são refletidos sobre as populações que pagam preços muito altos por estes procedimentos, muitas vezes com a própria vida. O sertão cearense tem sido palco de duradouras secas, ..., sendo estas as mais violentas e portadoras de saldos negativos catastróficos”.²³

Estes efeitos, que no período indígena não existem, relacionam-se com fatores que são impeditivos ao uso agrícola - declividade, extensão das pendentes, suscetibilidade à erosão, baixa profundidade dos solos e utilização de técnicas agrícolas inadequadas-, os quais impõem práticas conservacionistas e observância das potencialidades dos solos.

A passagem do primeiro para o segundo período pode ser considerada como a ruptura da sociedade indígena feita pela sociedade capitalista. Isso se dá com o que denomina TORRES de etnocídio e escravização dos indígenas, pelo qual é montada a estrutura capitalista de produção no Ceará. Tal estrutura separou a produção agrícola pela segmentação - ou setorização - dos recursos naturais, a qual é homogeneizada administrativamente, sobre uma estrutura fundiária que se forma em função dos desígnios daquela estrutura de produção, em

síntese:

“A base econômica dos primeiros séculos foi a pecuária, seguida posteriormente pela agricultura, atividade que ainda hoje domina a área rural do Estado. A exploração agropecuária está baseada na estrutura fundiária existente, historicamente em sesmarias, depois fragmentando gradualmente, hoje distribuída entre as 23 microregiões do Estado”.²⁴

Sob este enfoque, da ligação existente entre a privatização de terras e seu uso agrícola, há que ser salientado que no primeiro período os recursos naturais são utilizados em função do uso e administração coletivos, enquanto que a inversão administrativa - a divisão do estado em microregiões - traz tanto no etnocídio/escravização, quanto na consolidação administrativa (na microregionalização), a privatização da terra como sustentáculo do uso individual dos recursos naturais: no primeiro momento - da ruptura - as sesmarias fragmentam a natureza agroecológica pela exploração pecuária e posteriormente agricultura. No segundo e presente momento, sedimentando a privatização da natureza agroecológica e uma estrutura fundiária que é de terra concentrada.

4.3. Fenômeno social: seca

Antes do século XVII, o nativo da região, o índio brasileiro, também submetido estava a condições ambientais que hoje poderiam ser chamadas de seca. No entanto a historiografia não registra movimentos de índios apresentando-se como flagelados pelas secas. Impossível ser feito registros de tal fenômeno, dado que o mesmo é constituído após a chegada do colonizador na região Nordeste, onde a exploração de terras - no século em epígrafe - se dá buscando valorização, sendo o fenômeno expressão dessa utilização de terras apropriadas privadamente. MARX esclarece como as colônias se inserem historicamente no conjunto da economia internacional de então. Mesmo sem tratar o caso específico do Brasil, fica evidente que as colônias são parte, e com elas o Nordeste do Brasil, no momento em que são privatizadas as terras, do capitalismo.²⁵

Os registros oficiais esmiunçados por ALVES e POMPEU SOBRI-NHO, apresentam movimentos de “tribos” no semi-árido do Ceará buscando resistência às condições naturais sendo que, porém, são apresentados como práticas diferentes das do colonizador e que serviram de fundamento para que o sertanejo também passasse a resistir às condições próprias do semi-árido.²⁶

Com a presença da agricultura diferente da "agricultura indígena",

fundamentalmente que desconhece a propriedade, valorização de valor é condição para que a propriedade seja mantida por aqueles que pelo Rei foram beneficiados, assim como apresentam-se os primeiros contingentes de habitantes do Ceará que - antes de não resistirem ao clima - tiveram sua propriedade comum usurpada e privatizada: os índios.

Com a presença da agricultura servindo à acumulação capitalista no Ceará e na Metrópole surgem os primeiros flagelados, que são despossuídos de propriedade, entendida esta como plena quando aquele que cultiva a terra tem a sua posse, controla seu uso, e goza dos seus frutos. Os flagelados recebem o socorro dos proprietários do capital para salvar "sua" força-de-trabalho migrante. O nativo "resiste ao clima" que agudiza-se através de práticas agroecológicas, porém, com a presença da privatização de parte do semi-árido, também com ataques às fazendas dos colonizadores. Responde o colonizador à estes ataques defendendo sua propriedade com violência física contra o índio, complementando a usurpação do semi-árido pelo capital.

No rastro da privatização das terras - com o advento das capitânicas hereditárias - o fenômeno das secas surge com novas faces tanto para o nativo, quanto para o colonizador. Para esse, pelo uso diferenciado de terras, significa a busca de outras - com manutenção das conquistadas - que reproduzam, mesmo com a agudização das condições naturais, suas capitânicas, e depois o parcelamento daquelas - as sesmarias. Possuindo capital inicial suficiente para valorizar valor, nunca sendo camponeses, os donatários encontram terras que não são homogêneas em fertilidade e que tem o seu potencial de uso agrícola reduzido pelo clima. Os sesmeiros vivenciam situação semelhante acentuada pela diminuição física do meio fundamental de valorização na agricultura, a terra. Para os indígenas significa redução física da natureza, até então plena de possibilidades e que proporcionara ilimitadamente o seu uso comum.

Emerge, assim, o fenômeno da seca - com o flagelamento - sobre a privatização das terras no Ceará: após o genocídio dos índios executado pelo colonizador, a agudização de determinantes naturais próprios do semi-árido é flagelo pelo capital de habitantes do Ceará destituídos de terra. O colonizador, que essencialmente é motivado para desenvolver capitalisticamente a região, apesar da propriedade plena das terras, tem no fenômeno climático uma dificuldade que põe

em crise seu desiderato, "flagelando-o" de não poder (momentaneamente) ser disponível o trabalho que o manterá capitalista.

As secas, do século XVII ao presente, repetem-se ciclicamente sem que o Ceará deixe de lograr desenvolvimento, bem como sem a repetição das chamadas frentes de emergência. A sua periodicidade é registrada pela história mais como do flagelamento, ao invés da agudização do clima semi-árido.

Junto ao flagelo das populações existe a preocupação em não ser perdida a capacidade de produção dos proprietários. Não se separam, portanto, as condições de produção dos proprietários das terras das condições em que os flagelados são apresentados. Portanto, a seca é, em sua essência, fenômeno social enquanto resultados para os trabalhadores e para os capitalistas. Para estes é a não-plena acumulação. Para aqueles é sua apresentação no mercado de mão-de-obra, vendendo-se a preço inferior ao salário que seria mínimo para sua reprodução, ou migram em busca de postos de trabalho.

Por isso, seca não é meramente um fenômeno climático. Seca é, com o flagelamento sendo sua maior expressão, fenômeno social que apresenta os flagelados enquanto exército de reserva, expressão do desenvolvimento capitalista, regido por leis que são certas para a natureza e leis que são certas para a sociedade, onde o fenômeno da "escassez de águas" se dá. Assim, o flagelamento é fenômeno social próprio da particularidade do semi-árido, movido por leis universais do desenvolvimento capitalista, corroborando o que disse ENGELS:

"E o que é certo para a natureza também o é para a sociedade. Quanto mais uma atividade social, uma série de processos sociais, escapam ao controle consciente do homem, quanto mais parecem abandonados ao puro acaso, tanto mais as leis próprias, imanentes, do dito acaso, se manifestam como uma necessidade natural"²⁷.

Por isso, o fenômeno do flagelamento aparece de cabeça para baixo aos nossos olhos: mesmo sendo conhecidas as leis naturais do semi-árido, as leis que fazem terras diferentes, e até mesmo serem conhecidas possibilidades da seca enquanto fenômeno climático, repetem-se os flagelamentos como resultado de algo imprevisível, desconhecido até, como algo oriundo do acaso. Com isso, esta inversão do que é o flagelamento, passa a ser tida como verdade sobre a seca. O flagelamento passa a ser causa de seca, porque é mostrado como inadaptação do agricultor à região, ocasionando falta de água já "escassa"; sendo mostrado como solução para a seca (e não do flagelamento), a obtenção de água, seu racionamento,

sua armazenagem, etc. A semiaridez, própria da região, nessa inversão, "fica esperando ser compensada" - ou resolvida - pela negação da aridez, pela esperança da chegada de chuvas. ²⁸

Assim, inverte-se o fenômeno do flagelamento, ou sendo suas causas não vistas, passando o mesmo à plano secundário. Enfim, o desenvolvimento capitalista - com os movimentos e leis que lhe são próprias - é esquecido no momento da seca, ou então dado como eterno, por ser a seca, enquanto irregularidade de chuvas no semi-árido, também eterno enquanto fenômeno da natureza.

5. FRAGILIDADE DO PEQUENO PRODUTOR

Propondo alternativas para o desenvolvimento autosustentável do semi-árido, FREIRE apresenta perfil da região e algumas conseqüências da seca: migração regional nas três últimas décadas foi aproximadamente 77,7 milhões de pessoas, superior quase três vezes a atual população do semi-árido. Com respeito ao tamanho das propriedades observou que 69,2% estão entre zero e 20 ha; outros 22,8% entre 21 a 100 ha; e somente 8% são superiores a 100 ha. Buscando-se analisar com respeito a formalidade da propriedade, com base também em Freire, observa-se que os flagelados em sua maioria não possuem propriedade (70%).²⁹

CARVALHO identificou o dito pequeno produtor como pequena burguesia agrária, que é espoliada pela burguesia, mantendo-se, na maior parte das vezes, nos limares da proletarização e apresentando inúmeras frações (uma diferenciação), as quais se determinam objetivamente pela área de terra que possuem, pela natureza das atividades agrícolas que exploram, pelo nível de desenvolvimento das forças produtivas em que se encontram, e pelas relações de produção que estabelecem durante o processo de trabalho. Saliencia ainda fragilidade, na pequena burguesia agrária, pelas razões:

“... enquanto proprietários dos meios de produção, a pequena burguesia agrária tende a ser dirigida pelo projeto histórico da burguesia, com a qual tem forte contradição, mas não o suficiente para romper com ela. Enquanto proprietários dos meios de produção ... cujos membros também trabalham como produtores diretos, não pode se identificar com os interesses do proletariado, cujo projeto histórico é a socialização dos meios de produção”.³⁰

LOUREIRO também observa fragilidade na pequena burguesia agrária e, ao descrever o caráter de seu trabalho, salienta que este não é definido pela família, porém é acionado pelo capital, pela produção de mercadorias, assim:

“Em outras palavras, não são demandas internas de um determinado grupo definido como família, ligado ideologicamente por laços de sangue (pais e filhos) e de aliança (marido e mulher) que orientam o processo de produção, em termos, por exemplo, do que produzir, em que quantidades fazê-lo, que ritmo imprimir ao processo de trabalho - tal como ocorria em unidades domésticas fechadas ou semi-fechadas”.³¹

O trabalho familiar, ainda segundo Loureiro, se dá com a família assalariando trabalhadores de fora ou assalariando parte da família fora, ou várias famílias em torno de uma mesma unidade produtiva, porém sendo estas alternativas definidas fora da unidade familiar, isto é, no movimento de produção de mercadorias que visa a valorização do capital. Indica ainda que parentelas, mesmo produzindo

em terras indivisas, máquinas comuns e força de trabalho coletiva, tiveram essa coletivização determinada pela concorrência nos mercados de produtos e trabalho, relação com os bancos, "enfim, a determinação do capital no movimento concreto de seus ciclos, foi, de fato, o que dimensionou a unidade produtiva e quem trabalharia em comum, e não a família e os vínculos de parentesco".³²

Vale ressaltar ainda que assim se configura a debilidade da pequena burguesia agrária:

"Expressa em seu diminuto capital e em sua mais vulnerável inserção no mercado, onde enfrenta o poder oligopólico dos grandes comerciantes e dos bancos. Mas sua fraqueza também é notável no caráter retardatário de sua produção, que ainda não conseguiu controlar inteiramente o processo de trabalho, submetendo-se às imposições que a natureza física coloca à sua expansão".³³

Pelo que foi mostrado temos que concordar com Carvalho e Loureiro no que diz respeito aos ditos pequenos produtores, dado que a seca - o flagelamento - é a passagem do limiar apresentado por Carvalho bem como define a posição de quem compra a força de trabalho - e quem a vende - além de que os meios de produção mostram-se claramente como instrumento de exploração; além disso, é nas migrações que os ex-pequenos produtores (agora ao lado de posseiros, sem terra e assalariados) se identificam pela realização de sua fragilidade, materializando-se no exército industrial de reserva.

CARVALHO afirma ainda que para "... o materialismo dialético o singular, o particular e o universal são conceitos reais, verdadeiros, sendo que a relação entre o singular e o universal constitui um aspecto importante dessa concepção do mundo".³⁴ Neste sentido, a compreensão do flagelamento do chamado pequeno produtor - principal "atingido" pela seca - deve ser buscada nas naturezas singular e universal de sua realidade. Portanto, pelo que vimos, sua flagelização é uma relação entre seu particular - fruto das condições que o flagelizam - e o universal, também condições historicamente determinadas.

6. EFEITOS DA FRAGILIDADE DO PEQUENO PRODUTOR

Concordando com Carvalho e Loureiro que os chamados pequenos produtores são por si frágeis frente ao capital, assim como são uma fração da burguesia agrária, bem como que sua produção é mercantilizadora, onde os produtos e seus trabalhos são mercadorias e os meios de produção mostram-se a eles como instrumento de exploração, vejamos como "pequenos produtores" apresentam-se frente na seca, sinteticamente à partir de CAMPOS et KHAN.

Analisando os efeitos da seca (1979-83) e da seca verde - 1987 - sobre a produção, emprego e renda do pequeno produtor no Nordeste, mostram o que resulta ao pequeno burguês agrário em momentos de agudização da seca:

"Concentrando seus efeitos, particularmente, sobre o pequeno produtor - proprietário ou não de terra - as secas inicialmente destroem sua única alternativa de sobrevivência. Desprovidos de terra ou mesmo dispostos dela, mas impedidos de produzir, em decorrência das adversidades climáticas, não dispostos de um mínimo de excedente econômico e sem alternativas de nenhuma fonte de renda, a única tendência para os agricultores é migrar para os centros urbanos, seja dentro da própria Região, seja para outras áreas do País. A parcela da população que não migra encontra como única alternativa o engajamento nas frentes de serviço, quando a oportunidade existe".³⁵

Examinando a realidade do dito pequeno produtor, mais do que qualquer determinismo frente as condições do semi-árido, as possibilidades objetivas que se lhe apresentam estão intimamente ligadas à sua fragilidade e o seu "destino" é o da migração e do assalariamento ou, em **ficando** no "seu" semi-árido, é lutar para conseguir colocação nas frentes de emergência.

6.1. Quem sai da terra: sem terra

O flagelamento, enquanto expressão da oposição riqueza e pobreza, tem sua mais contundente ilustração nas frentes de emergência - as chamadas frentes produtivas durante o ano de 1993 - no momento que a "seca" agudiza-se. Vejamos então o quadro apresentado na dita maior seca do século, auscultando de onde provém os flagelados, e como estão faces do enriquecimento e da pauperização, destacando o estado do Ceará e o município de Itatira.

QUADRO 2
SITUAÇÃO DA SECA
FLAGELADOS NAS FRENTES DE EMERGÊNCIA
1993

ESTADOS	MUNICÍPIOS	POPULAÇÃO RURAL
Ceará	181	2.203.814
Piauí	144	1.153.580
Maranhão	42	840.783
Rio Grande do Norte	136	595.423
Paraíba	159	1.071.533
Pernambuco	123	1.491.396
Alagoas	42	440.579
Sergipe	32	219.113
Bahia	245	3.070.905
Minas Gerais	50	602.587
TOTAL	1.15411	689.713

Fonte: Coordenadoria Regional da Defesa Civil da SUDENE

O quadro ilustra, antes de tudo, que existe engajamento de trabalhadores em postos de trabalho. Ilustra que o contingente de trabalhadores apresentado está afastado da terra vendendo sua força-de-trabalho nas frentes de emergência.

CAMPOS et al oferecem outras informações, à partir de pesquisa feita no Ceará.³⁶

Verificaram que 16,67% eram agricultores proprietários - que possuem formalmente terra -, 27,98% posseiros, 25,59% arrendatários, 2,38% estavam na condição de ocuparem terra (posseiros), 2,38% apresentaram-se como parceleiro de projeto do governo, outro tanto na condição de morador em uma propriedade, 3,57% eram assalariados, enquanto que 19,03% apresentavam-se na situação da pesquisa como "outros", que traz flagelados em atividades urbanas.

Com respeito aos flagelados da situação agricultores proprietários, viram que a maior parte usa terra com dimensões físicas pequenas, assim: 14,29% estão no estrato de zero a 2 ha; 28,57% entre 2 a 5 ha; 32,14% situando-se entre 5 e 10 ha; e 7,14% entre 10 e 20 ha, totalizando 82,14% dos flagelados proprietários

de terra não possuindo mais de 20 ha.

No momento que fazem estratificação por tamanho de área cultivada entre os flagelados situados como não-proprietários, apresentam que mais de 90% deles cultivavam terras menores que 5 ha, assim: 33,98% até 1 (um) ha; 28,16% de 1 (um) a 2 ha; a porcentagem de 18,44% entre 2 a 3 ha; e entre três a cinco hectares 10,68%.

De um modo ou de outro ilustram que a estiagem no Ceará agudiza a condição de sem terra daqueles que vão às frentes de trabalho, ou, que as condições climáticas de seca simplesmente mostram que existe uma parte da população que efetivamente não possui terra, sendo a ida às frentes produtivas consequência da real condição dos que as procuram.

Portanto, os flagelados, migrantes ou nas frentes de emergência, são verdadeiramente sem terra. É esta realmente sua condição frente ao meio de produção terra no momento que a seca se apresenta com mais nitidez: estão separados da terra por uma fragilidade de si próprios enquanto agricultores, tendo como saída única a venda da força de trabalho - condição de trabalhadores nas frentes de emergência e de migrantes.

Se lembrarmos que o desenvolvimento capitalista engendra venda em mercado de força-de-trabalho de um exército de reserva ativo bem como seu incremento pela transformação de um latente - oriundo do campo -, temos que olhar as migrações como um processo determinado sob condições históricas de reprodução capitalista.

Assim vendo as migrações, FERREIRA mostra que seus movimentos são busca de saídas para o subemprego/desemprego e a pobreza e marginalidade social. No entanto esta busca nega a si mesmo, na medida que intensifica os elementos da problemática: concentração dos meios de produção, na origem e no destino das migrações. Na origem, no campo, assim podem ser entendidas as causas das migrações:

"Araiz do problema migratório no Estado (do Ceará), ou em áreas com características reprodutivas semelhantes está na estrutura de posse e uso da terra ... (e) pelos programas modernizadores calcados na agroindústria capital-intensiva e monocultura e no incentivo à pecuarização extensiva que *aparece* como forma de atenuar os riscos do produtor".³⁷

SANTOS adentrou na modernização ocorrida no País, e demons-

trou que tal processo se deu pela presença de "vieses de mudança técnica" na agricultura, conservando a estrutura de propriedade da terra, significando que sob este desenvolvimento o capitalismo no Brasil não conseguiu gerar auto-sustentabilidade da maior parte das unidades produtivas.

O objetivo central da modernização foi o aumento da produção a curto prazo a ser obtido pela "...concentração de esforços nos grupos de agricultores que teriam maior capacidade de absorver a tecnologia existente e de dar respostas mais rápidas aos incentivos do governo, grupos estes pertencentes aos estratos de médios e grandes produtores".³⁸

No entanto isso, que aparentemente suscitaria modernização endogenamente à agricultura, significou modernização de fora para dentro, com a presença de vieses de mudança técnica-"poupando fatores que são abundantes na agricultura brasileira (terra e mão-de-obra) e utilizando fatores que são escassos (máquinas e fertilizantes)".³⁹

Com uma estrutura de propriedade da terra concentrada, a agricultura brasileira modernizou-se moldando-se à essa estrutura, conservando o modelo de desenvolvimento, sendo criado, pelo capital, dois problemas:

"... a existência de amplas fronteiras internas (às grandes propriedades) sem uso, ao lado da existência de uma abundante quantidade de trabalhadores rurais, subutilizados, devido ao tipo de estrutura que predomina. Um outro é a destinação das áreas utilizadas pelas grandes propriedades a produtos de exportação, perpetuando o problema da produção de alimentos básicos para a população, principalmente aqueles que não sofrem processo significativo de industrialização".⁴⁰

COSTA, por seu turno, mostrando que no Ceará isso também ocorrera, assim sintetiza:

"Dentro deste contexto, a manutenção da estrutura fundiária no meio rural nordestino é um dos pilares em que se assenta o modelo de exploração no campo, refletindo ainda uma aliança entre o setor urbano industrial e o setor agrário. Entretanto para não onerar com a baixa produtividade agrícola o custo dos salários e conseqüentemente o custo de reprodução da força de trabalho urbano, a solução burguesa para esse impasse está na modernização da estrutura produtiva pela introdução de maquinarias e tecnologias inovadoras".⁴¹

Enfim, a raiz do problema do flagelamento está no próprio modelo de desenvolvimento, com a especificidade particular da concentração de terra que historicamente se constitui.

Pode-se concluir, que o flagelamento é resultado do desenvolvimento capitalista (e não como resultado do clima semi-árido) o qual tem a peculiaridade de ser mais claramente agudo quando o clima agudiza suas condições próprias e que tem em si a desigualdade na distribuição de riquezas geradas e - na particularidade nordestina - com desigualdade de posse da terra, sendo os flagelados frágeis frente a isso e a própria natureza - por não terem a propriedade plena da terra.

6.2. Miséria e pobreza

O Brasil apresenta o crescimento de seu PIB em média de 2,91% entre 1980 e 1989; no Nordeste cresceu no mesmo período 4,98 e no Ceará 6,94.⁴² Por serem quantitativos agregados, vejamos nos quadros seguintes estratificação por classes de renda:

QUADRO 3
BRASIL
CONFRONTO DA DISTRIBUIÇÃO DE RENDA
POR FAIXA DE SALÁRIOS %

Faixa de salários	Anos	
	1986	1989
Zero a 2 SM	58,4	57,0
2 a 5 SM	26,2	25,4
5 a 10 SM	9,2	9,3
mais de 10 SM	6,2	8,3
Zona Rural		
Zero a 2 SM	79,8	79,5
2 a 5 SM	14,9	14,8
5 a 10 SM	3,8	3,7
mais de 10 SM	1,5	2,0

Fonte: IECC, 1991

QUADRO 4
NORDESTE
CONFRONTO DA DISTRIBUIÇÃO DE RENDA
POR FAIXA DE SALÁRIOS %

Faixa de salários	Anos	
	1986	1989
Zero a 2 SM	78,1	77,9
2 a 5 SM	15,1	14,5
5 a 10 SM	4,2	4,2
mais de 10 SM	2,6	3,4
Zona Rural		
Zero a 2 SM	88,5	87,3
2 a 5 SM	9,2	9,8
5 a 10 SM	1,6	2,0
mais de 10 SM	0,7	0,9

Fonte: IECC, 1991

QUADRO 5
CEARÁ
CONFRONTO DA DISTRIBUIÇÃO DE RENDA
POR FAIXA DE SALÁRIOS %

Faixa de salários	Anos	
	1986	1989
Zero a 2 SM	80,3	82,4
2 a 5 SM	13,0	12,2
5 a 10 SM	3,9	2,6
mais de 10 SM	2,8	2,8
Zona Rural		
Zero a 2 SM	92,4	93,5
2 a 5 SM	6,1	5,1
5 a 10 SM	1,0	1,2
mais de 10 SM	0,5	0,2

Fonte: IECC, 1991

Observa-se que são as maiores partes da população no Brasil, no Nordeste e no Ceará que situam-se no estrato até dois salários mínimos. Aceitando salário mínimo como indicador, vê-se que o País, a região, e o estado, estão plenos de concentração de renda, além de que é no Ceará onde estão as maiores percentagens da população que estão na faixa até dois salários, além de que no Ceará evolui a concentração.

O IPEA publicou um "mapa da fome" no País que apresenta estimativas de pobreza e fome. A miserabilidade (vista como abaixo da linha de pobreza) situa-se abaixo de dois salários mínimos ou, segundo o instituto de planejamento, a não possibilidade de ser adquirida uma cesta básica de alimentos. Os números indicam que no Brasil existem 32 milhões de miseráveis, sendo que a parcela mais representativa da pobreza está no Nordeste (7,2 milhões), com o estado com maior número de miseráveis sendo o Ceará. Os números globais mostram que 30% dos famintos sub-vivem nas grandes cidades brasileiras.⁴³ Os quadros seguintes apresentam os quantitativos violentos da indigência no País, no Nordeste e no estado do Ceará.

QUADRO 6
BRASIL
ESTIMATIVAS DE FAMÍLIAS INDIGENTES
SEGUNDO LOCALIZAÇÃO - 1990

Discriminação	Metropolitana	Urbana não metropolitana	Rural	Total
Brasil	1.527.879	3.592.472	4.054.247	9.174.598
Região Norte	43.320	154.930	-	198.250
Região Sudeste	902.289	950.806	760.493	2.613.588
Região Sul	144.557	478.711	674.467	1.297.736
Região Centro-Oeste	-	385.707	214.479	600.187
Região Nordeste	437.713	1.622.318	2.404.809	4.464.839
Ceará	135.304	212.559	409.283	757.145

Fonte: IPEA, 1993.

QUADRO 7
BRASIL
ESTIMATIVAS DO TOTAL DE INDIGENTES
POR SITUAÇÃO DE DOMICÍLIO - 1990

Região	Metropolitana	Urbana não metropolitana	Rural	Total
Norte	131.418	553.786	-	685.204
Nordeste	1.493.438	5.649.353	10.145.737	17.288.528
Sudeste	2.397.912	2.845.149	2.739.392	7.982.453
Sul	373.653	1.281.801	2.426.859	4.082.314
Centro-Oeste	-	898.138	742.459	1.640.597
Ceará	484.126	786.467	1.763.925	3.034.518
Brasil	4.396.421	11.228.228	16.054.447	31.679.095

Fonte: IPEA, 1993.

QUADRO 8
BRASIL
DISTRIBUIÇÃO PERCENTUAL DOS INDIGENTES,
SEGUNDO REGIÕES E SITUAÇÃO DE DOMICÍLIO - 1990

Região	Metropolitana	Urbana não metropolitana	Rural	Total
Norte	19,18	80,82	-	100,00
Nordeste	8,64	32,68	58,68	100,00
Sudeste	30,04	35,64	34,2	100,00
Sul	9,15	31,40	59,91	100,00
Centro-Oeste	-	54,74	45,26	100,00
Ceará	15,98	25,92	58,13	100,00
Brasil	13,88	35,44	50,68	100,00

Fonte: IPEA, 1993.

QUADRO 9

CEARÁ

CONFRONTO DA CONCENTRAÇÃO DE TERRA

Grupos de Área (Ha)	1970		1980		1985	
	Estab.(%)	Área(%)	Estab.(%)	Área(%)	Estab.(%)	Área(%)
Menos de 10	48,9	3,9	47,8	3,7	63,3	6,1
10 a menos de 100	41,5	27,5	42,4	29,0	29,9	28,5
100 a menos de 1.000	9,0	44,3	9,2	46,6	6,4	45,5
1.000 a menos de 10.000	0,6	50,7	0,5	18,7	0,4	17,9
10.000 e mais	-	3,6	0,1	2,0	-	2,0

Junto da presença da concentração de renda, existe a concentração de terra. O quadro ilustra que em 1985, além de que 63,3% dos estabelecimentos situavam-se em grupos de área com menos de 10 ha detendo somente 6,1% da área, 6,8% dos estabelecimentos - entre 100 e 10.000 ha - detinham 65,4% da área do estado, indicando ainda que está ocorrendo um processo de minifundização.

Portanto, no estado do Ceará, o meio de produção fundamental para agricultura está concentrado, ao mesmo tempo que agricultores buscam produzir em terras que os levam - no momento da seca - a se apresentarem como flagelados. Enfim, existe a condição para que trabalhadores sem terra mostrem-se na seca como tal - pauperizados, em situação de miserabilidade, que migram da terra para o mercado de trabalho.

Entremos um pouco na realidade do estado do Ceará, especialmente no município de Itatira, devendo antes ser lembrado que em Fortaleza sobrevivem em favelas quase seiscentas mil pessoas, convivendo a cidade com prostituição infantil.⁴⁴ O quadro apresenta a situação das favelas.

Antes, porém, vale lembrar que os conflitos de terra no País, no

Nordeste, e no Ceará, mostram que o desenvolvimento ocorrido resulta numa luta em torno da terra; o que pode ser visto nos quadros seguintes:

QUADRO 10
FAVELAS EM FORTALEZA
COMPARATIVO DE EVOLUÇÃO

Discriminação	Anos	
	1985	1991
Número	234	313
Número de casas	64.035	98.258
Número de famílias	70.450	108.145
Famílias sem casa	6.415	9.887
População	352.250	540.720

Fonte: Governo do Estado, 92; CEARA (1992).

QUADRO 11
NORDESTE
CONFLITOS NO CAMPO
(Violência contra a pessoa)

Discriminação	Número	Área (Ha)	Pessoas envolvidas	Ameaçados de morte	Presos
Nordeste	180	503.429	54.629	49	84
Ceará	433	5.629.211	185.996	164	304

Fonte: CPT, 1993.

QUADRO 12
BRASIL
CONFLITOS NO CAMPO - 1992
(Violência contra posse/propriedade)

Discriminação	Número	Área (Ha)	Pessoas envolvidas	Famílias com roças destruídas
Nordeste	142	503.429	47.067	622
Ceará	10	22.000	2.190	52
Brasil	361	5.692.221	154.223	1.040

Fonte: CPT, 1993.

Outra face da concentração de terra é vista na presença do trabalho escravo. SANTANA diz que:

"Se, por um lado, não se constata grande incidência de trabalho escravo no Nordeste, por outro, pode-se constatar que a Região, notadamente o Ceará, tem se caracterizado como exportador de mão-de-obra barata ou até mesmo escrava para outros Estados".⁴⁵

Isto é ilustrado, quando apresenta casos de denúncias de aliciamento de trabalhadores e exploração de trabalho escravo, dos quais o estado do Ceará "contribuiu" com 8 casos e 761 pessoas. Ver quadro

QUADRO 13

CEARÁ

TRABALHO ESCRAVO

(Aliciamento de trabalhadores e denúncias de exploração)

Casos (nº)	Fazenda/ Empresa	Unidade da Federação	Nº de Trabalhadores	Procedência
01	CONVAP	União-PI	400	Viçosa-CE
02	PAGRISA	Paragominas-P	84	Itapajé-CE
03	COIMAR	Imperatriz-MA	80	Mombaça-CE
04	Guanabara	Rio Bonito-RJ	21	São Benedito-CE
05	Diversas	Leme-SP	50	Pedra Branca-CE
06	Campo Belo	-	105	Tauá/Arneiróz-CE
07	Córrego Novo	Ceilândia-MA	21	Santa Quitéria-CE
08	Fabício	Xinguara-PA	-	Ceará
Total (36)	-	-	761	CEARÁ

Fonte: SANTANA, 1993.

O aliciamento de mão-de-obra para trabalho escravo é explicado como a ação pessoal do "gato" ou "empreiteiro" que arregimenta

"...jovens agricultores para trabalharem em empresas rurais nas regiões Sudeste, Centro-Oeste ou Norte, oferecendo carteira assinada, assistência médica, transporte e salários razoáveis. Promessas que jamais serão cumpridas".⁴⁶

Entretanto, ressalta Santana, o aliciamento se dá porque objetivamente as condições criadas no estado do Ceará - o próprio desenvolvimento do

estado - oferecem a migração como alternativa à expulsão do campo, ou seja, as populações se deslocam a fim de fugir das condições de desemprego e subemprego, é a tentativa de conseguirem - trabalhadores rurais, expulsos do campo - melhores condições de trabalho em outras áreas rurais. Em síntese: o trabalho escravo é resultado de uma migração que, conforme adiantou Ferreira, tem sua origem na estrutura da propriedade da terra do modelo de desenvolvimento.

6.3. O quadro do Município de Itatira

Sabendo que o engajamento nas frentes de emergência em 1993 foi generalizado no estado do Ceará, vejamos como se apresenta em um de seus municípios, que o fez estar também na "emergência". Antes vejamos um pouco a situação fundiária no estado do Ceará.

Com base em levantamento feito pelo IDACE pesquisando 11.954 imóveis em mais de 612 mil ha, em seis microregiões, chega-se às seguintes conclusões: a média percentual no estrato de zero a 15 hectares é 64,10% utilizando somente 5,61% da área; nos estratos maiores ocorre uma absorção da área com a diminuição do número de imóveis, ou seja, entre o módulo e 100 ha tem-se 8,12% dos imóveis e 9,6% da área; entre 100 e 500 ha estão 7,66% dos imóveis detendo 30,54% da área; 0,93% dos imóveis estão com 12,40% da área no estrato de 500 a 1.000 ha, e somente 0,76% dos imóveis estão no estrato acima de 1.000 ha detendo 32,5%. Os quadros seguintes ilustram referida pesquisa.⁴⁷

QUADRO 14**CEARÁ****ESTRUTURA FUNDIÁRIA POR MICROREGIÃO E ESTRATO DE ÁREA****CONTINUA****(1)**

Microregião	0 - 15 ha				15 ha ao módulo			
	Imóveis	%	Área	%	Imóveis	%	Área	%
Sertões de Quixeramobi	1.215	48,93	5.205	1,95	504	20,29	14.362	5,40
Sertões de Canindé	222	27,04	1.239	0,92	227	27,64	7.386	5,48
Sertões de Inhamuns	1.815	69,09	8.150	12,83	491	18,69	12.974	20,43
Cariri	205	64,26	1.138	11,19	58	18,18	1.401	13,77
Baixo Jaguaribe	1.478	86,83	6.740	27,06	141	8,28	3.087	12,39
Maciço de Baturité	710	63,11	3.737	12,92	227	20,17	5.868	20,29
Serra da Ibiapaba	2.018	70,14	8.224	9,70	556	19,32	15.667	18,48
Totais	7.663	64,10	34.433	5,61	2.204	18,43	60.745	9,91

*Fonte: CEARÁ.IDACE, 1991.**(1) Módulo - Referente ao módulo fiscal*

QUADRO 14**CEARÁ****ESTRUTURA FUNDIÁRIA POR MICROREGIÃO E ESTRATO DE ÁREA****CONTINUA****(1)**

Microregião	Módulo a 100 ha				100 a 500 ha			
	Imóveis	%	Área	%	Imóveis	%	Área	%
Sertões de Quixeramobim	248	9,98	17.484	6,57	402	16,19	84.440	31,74
Sertões de Canindé	145	17,6	10.481	7,78	180	21,92	37.507	27,85
Sertões de Inhamuns	190	7,23	10.655	16,78	123	4,68	24.367	38,38
Cariri	36	11,2	1.915	18,82	16	5,01	2.973	29,23
Baixo Jaguaribe	59	3,46	3.180	12,77	18	1,05	3.104	12,46
Maciço de Baturité	131	11,6	7.382	25,53	57	5,06	11.925	41,24
Serra da Ibiapaba	162	5,63	6.899	8,13	117	4,06	22.907	27,02
Totais	971	8,12	57.996	9,46	913	7,63	187.223	30,54

*Fonte: CEARÁ.IDACE, 1991.**(1) Módulo - Referente ao módulo fiscal*

QUADRO 14
CEARÁ
ESTRUTURA FUNDIÁRIA POR MICROREGIÃO E ESTRATO DE ÁREA

CONTINUAÇÃO

(1)

Micro - região	500 a 1.000 ha				mais de 1.000 ha				TOTAL			
	Imóveis	%	Área	%	Imóveis	%	Área	%	Imóveis	%	Área	%
Sertões de Quixeram.	68	2,73	45.907	17,25	46	1,85	98.597	37,06	2.483	99,97	265.995	99,97
Sertões de Canindé	23	2,80	16.221	12,04	24	2,92	61.794	45,89	821	99,98	134.628	99,96
Sertões de Inhamuns	3	0,11	2.079	3,27	5	0,19	5.253	8,27	2.627	99,97	63.478	99,99
Cariri	4	1,25	2.744	26,97	-	-	-	-	319	99,98	10.171	99,98
Baixo Jaguaribe	5	0,29	3.041	12,21	1	0,05	5.747	23,08	1.702	99,96	24.899	99,97
Maciço de Baturité	-	-	-	-	-	-	-	-	1.125	99,98	28.912	99,98
Serra da Ibiapaba	9	0,31	6.029	7,11	15	0,52	25.046	29,54	2.877	99,98	84.772	99,98
Totais	112	0,93	76.021	12,40	91	0,76	196.437	32,05	11.954	99,97	612.855	99,97

Fonte: CEARÁ.IDACE, 1991.

(1) Módulo - Referente ao módulo fiscal

Esta estrutura fundiária, no bojo de concentração de riqueza, explica porque o Ceará detém seus números de "flagelados da seca", de miseráveis, e sobretudo: em 1980, enquanto a população residente era de 5.291.376 habitantes, 1.116.102 cearenses estavam presentes em outros estados da federação - 21% -, além de que aumenta o percentual de emigrantes em relação à população censo a censo, ou seja, em 1950 migraram 9,75%, em 1970 migraram 16,3%, em 1980 mais 21% e estima-se que em 1991 teriam migrado 28%. Não são ainda estimados os emigrantes no ano de 1993. Sabemos, contudo, que pobreza e riqueza no estado intimamente ligam-se a estrutura da propriedade e uso da terra. ⁴⁸

Asíntese do recente desenvolvimento ocorrido no Ceará, pode ser vista com as constatações de LEMOS et ROSA, quadro 15, que avaliaram os impactos das políticas de ajuste do setor público sobre a agricultura, e mostram que evolui a positividade enriquecimento-pauperização no estado, quando apresentam

confronto dos rendimentos da população. ⁴⁹ Quadro 15.

QUADRO 15
CEARÁ
CONFRONTO DOS RENDIMENTOS DA POPULAÇÃO (1)
(ÍNDICE DE GINI)

Ano	Global	setor	
		Urbano	Rural
1985	0,6937	0,6675	0,5998
1990	0,7935	0,7856	0,7425

Fonte: LEMÓS et ROSA, 1993

(1) O Índice de Gini varia de Zero a 1. Os quantitativos mais próximos da unidade representam maiores concentrações.

Atentando agora para Itatira, podemos ver que já em 1985 a terra estava concentrada - conforme ilustra quadro. Anexo apresenta informações gerais sobre o município.

QUADRO 16
ITATIRA - Estrutura Fundiária- 1985

GRUPO DE ÁREA(ha)	ESTABELECIMENTO		ÁREA		
	Quant	%	Média (ha)	ha	%
menor de 10	1.344	70,22	3,94	5.297	7,92
10 a menos de 100	414	21,63	30,04	12.437	18,60
100 a menos de 1.000	150	7,84	260,93	39.139	58,54
1.000 e mais	6	0,31	1.664,50	9.987	14,94
TOTAL	1.914	100,00	34,93	66.860	100,00

Fonte: IPLANCE, 1992

Podemos notar ainda que entre 1990 e 1992 - anos da chamada maior seca do século - a população global do município teve redução em suas quantidades. Ver quadro.

QUADRO 17
ITATIRA
CONFRONTO DA POPULAÇÃO

(1)

Discriminação	1990						1992					
	Urbana		Rural		Total		Urbana		Rural		Total	
	Q	%	Q	%	Q	%	Q	%	Q	%	Q	%
Município	3.289	21,00	12.372	79,00	15.661	100,00	3.564	22,81	12.057	77,18	15.621	99,99
Distr. Bandeira	555	17,55	2.606	82,44	3.161	99,99	606	20,39	2.365	79,69	2.971	99,99

Fonte: CEARÁ, 1992.

(1) Q= Quantidade

A população rural no período reduziu de 79 para 77,18%, enquanto que a população urbana aumentou de 21 para 22,81%, o que mostra migração da zona rural para fora do município;

Além disso, no distrito de Bandeira, mais evidente fica o êxodo quando vê-se que sua população reduz de 3.161 pessoas para 2.971 no período de 1990 a 1992. Vale salientar que na zona urbana do distrito ocorre um incremento da população, enquanto que a população "rural" no mesmo período cai de 82,44% para 79,60% da população total.

Migração em Itatira, bem como no distrito de Bandeira, cuja população é parte composta pela fazenda Vitória, município que tem, segundo o IPEA, 2.009 famílias indigentes.

Mais evidente fica a situação de miséria quando lembramos que em outubro de 1993 era esperada a distribuição de 1980 sacolas de alimentos para flagelados no município, isto conforme informações do Sindicato dos Trabalhadores Rurais- STR de Itatira.

7. O SURGIMENTO DE UM FENÔMENO

7.1 Reestruturação agrária: um fato

Introdutoriamente aqui adiantamos que não é vivenciado no País um processo de reforma agrária. Frente a isso, frente a ocorrência de uma reestruturação agrária, ainda perdura no Brasil, no Nordeste e no Ceará condições para que (caso olhemos para o Ceará) "assentados" se apresentem afastando-se da terra e, num ano de seca, mostrem-se nas frentes de emergência.

Pelo que adiantamos, existe uma "questão da terra" a ser resolvida.

Ao mesmo tempo, a presença dos assentamentos de "reforma agrária" pode ser considerada importante, mesmo sabendo-se que ainda não existem enquanto resultados de uma Reforma Agrária.

QUADRO 18
BRASIL
ASSENTAMENTOS DE REFORMA AGRÁRIA (1)

Região	Assentamentos		Famílias		Área	
	Número	%	Número	%	Ha	%
Norte	139	13,15	39.857	32,51	2.883.050	46,62
Sudeste	121	11,44	10.532	8,59	243.699	3,94
Sul	292	27,62	15.701	12,80	282.577	4,56
Centro-Oeste	103	9,74	17.274	14,08	863.178	13,95
Nordeste	402	38,08	39.235	32,00	1.911.361	30,90
Ceará	96	9,08	6.730	5,48	239.394	3,87
Total	1.057	99,98	122.599	99,98	6.183.865	99,97

Fonte: MST, 1994.

(1) Até julho de 1993. Foram excluídos os projetos de colonização e regularização de antigos posseiros.

Destacando o estado do Ceará, nota-se que na parcial reestruturação agrária os quantitativos mostram números importantes, a destacar:

a) Superam os assentamentos (Via PNRA/PRRA-CE) os quantitativos das ações dos programas anteriores PROTERRA/FUNTERRA, Projeto Ceará e desapropriações, observando-se que estes programas se deram de 1971

a 1985, e obtiveram 307.273 ha, ou seja: em sete anos, na vigência do PNRA/PRRA-CE, os assentamentos representam 77,90% do quantitativo de terras obtidas por trabalhadores nesse período de catorze anos.

b) Quando são observadas as colocações em parcelas - os possíveis assentamentos - podemos notar que até o ano de 1985 somente 1.151 "assentamentos" tinham se efetivado, denotando que os parcelamentos não garantem a chamada "fixação do homem à terra".⁵⁰

Entretanto, quando comparamos os números apresentados no quadro, que fundamenta-se em números de uma organização não governamental, que divulga números "do governo", os quantitativos de assentados são (para o estado do Ceará) quase seis vezes maiores, indicando ser parcelamento diferente de assentamento e diferente parceleiro de assentado.

7.2. Assentados no Ceará: assentamento x seca

No relatório da FAO sobre a situação sócio-econômica em assentamentos no Brasil observa-se que a renda familiar média é de 3,7 salários mínimos e no Nordeste 2,33, quantitativos esses acima da linha de pobreza indicada pelo IPEA. Destes 3,7 salários, são as atividades agrícolas que mais contribuem para geração de renda, ou seja, 1,4 salários provém de auto-consumo, quantitativo semelhante da venda de produtos no mercado e 0,90 de assalariamento e outras fontes.⁵¹

De uma maneira geral, é apontado no mesmo relatório que os assentamentos aumentaram seu capital inicial na ordem de 206,49% com recursos próprios e 251,85% se forem incluídos empréstimos e doações. No Nordeste os assentamentos quase duplicaram seu capital.

É afirmado, ainda, que se comparando a força de trabalho potencial nos assentamentos com a força-de-trabalho empregada, existe ocupação de 87%.

Diz o relatório, que a renda de um trabalhador num assentamento é superior ao salário ganho por um mensalista e que as possibilidades do trabalhador aumentar sua renda fora do assentamento não parecem muito promissoras.

No momento que são apresentados outros resultados, alguns merecem ser salientados:

a. "... os assentamentos foram capazes de absorver de forma

bastante plena as capacidades de trabalho das famílias - média de 3,16 equivalentes homem - e ainda gerar algum emprego para pessoas de fora" ⁵²

b. "Os dados do UNICEF revelam uma taxa de mortalidade para o Brasil de 53 crianças mortas por cada mil nascidas, enquanto que nos assentamentos a taxa teria sido de 50 por mil" ⁵³

c. "É interessante constatar que, apesar da seca e da pouca fertilidade dos solos nordestinos, se comparados com os da região Norte, os beneficiários da reforma agrária não abandonam tão facilmente suas terras" ⁵⁴

Em 1992, quinhentos trabalhadores ocuparam a Superintendência do INCRA em Fortaleza e "nomearam" um Superintendente que despachou durante uma semana. Em 1993 ocorre outra ocupação reivindicando, entre outras, a substituição do Superintendente do INCRA no Ceará - fato que ocorreu. Tanto numa como noutra manifestação, o assentamento Vitória compareceu com expressiva representação.

Em paralelo às ocupações de diversas naturezas (terras, logradouros públicos, órgãos de governo), desde 1989 o voto - em eleições nacionais ou estaduais - de assentados, que se dizem coletivizados, tem sido rotulado "de esquerda" ou "progressista". Sabe-se que no assentamento Vitória está grande parte dos afiliados ao PSB em Itatira além de que existem simpatizantes do PT e PC do B. ⁵⁵

Desde 1991 existe no Ceará a Central de Cooperativas de Assentados- CCA que se diferencia das cooperativas tradicionais por ter em seu corpo singulares que surgiram de associações em assentamentos e que, além de prestarem serviços e realizarem comercialização, fazem cooperação na produção sendo chamadas de Cooperativas de Produção Agropecuária - CPA. O assentamento Vitória discute presentemente sua transformação jurídica de associação para CPA.

Afirma-se que viveu o Ceará a maior seca do século. Em 1993, ano mais agudo do fenômeno, assentados dizendo viver em fazendas coletivas não correram às frentes de emergência - as frentes produtivas - fora de suas terras, junto de que a fazenda Vitória forneceu água para o município de Itatira: a seca não teria flagelado alguns agricultores localizados no semi-árido. Um fenômeno dentro do fenômeno da seca no qual assentados apresentam-se .

8. REFORMA AGRÁRIA : CONQUISTA DA COOPERAÇÃO

A Associação Brasileira de Reforma Agrária- ABRA entende que reforma agrária é obter uma melhor distribuição da propriedade da terra, bem como da renda e da riqueza provinda de sua exploração produtiva.⁵⁶

GRZYBOWSKI tecendo comentários sobre novas frentes de luta no campo, ao mesmo tempo que remete para experiências coletivas de pequenos grupos, arremata afirmando que:

"Elas apontam para os dois lados da questão dos camponeses na estrutura agrária brasileira: para lutar contra a sua exclusão e/ou subordinação ao capital devem lutar tanto por terra como por novas formas de integração na divisão social do trabalho e na economia como um todo. Residiriam aí os germes de um projeto novo de Reforma Agrária?"⁵⁷

O MST, explicitando objetivos a serem alcançados pela cooperação agrícola na sua política, afirma a cooperação

"ser uma retaguarda econômica de sobrevivência no capitalismo, acumulando força política e criando condições para liberar trabalhadores para atuarem nas organizações e em todas as lutas da classe trabalhadora por conquistas econômicas e pela transformação da sociedade; contribuir para a organização da classe para conquistar a Reforma Agrária e a implantação de um sistema socialista"⁵⁸

Noutro sentido de ver a Reforma Agrária, está o ponto de vista de como devem ser as propriedades reformadas.

Ilustrando com a posição de ALVES, tratando do 'desafio do pequeno produtor', afirmando que deixado às leis de mercado "... a agricultura tradicional de pequeno porte, será eliminada, sem oportunidades, exceto a migração para os que não puderem modernizar-se"⁵⁹. Mais à frente é enfático na justificativa e num dos papéis da reforma agrária:

"A distribuição dos estabelecimentos em classes de área (no Nordeste) indica a presença de elevado número de estabelecimentos que não alcançam o tamanho mínimo que permita a modernização (...). Deve aumentar o número de estabelecimento de 20 a 100 hectares e reduzir os de menos de 20, os minifundiários da classe".⁶⁰

Uma questão agrária - posta para o capital e como por diferenciação é resolvida - recebe síntese de SANDRONI:

"O fato de que a maioria dos pequenos produtores se arruinam, proletarizando-se, enquanto uma minoria consegue se enriquecer transformando-se em pequenos capitalistas agrários, não é outra coisa do que *uma das vertentes*

pelas quais o capital resolve a questão agrária".⁶¹

E faz nota, que é um desafio:

"A forma concreta como o capital vem resolvendo a questão agrária no Brasil apresenta uma particularidade que certamente dificultará enormemente a organização da agricultura em bases socialistas. Isto é, a concentração de propriedade territorial e a centralização de capital produtivo agrícola não vem resultando numa concentração da produção semelhante à existente no setor industrial. Enquanto que neste último setor a maior parte da produção tem origem nas grandes empresas oligopólicas e monopólicas, na agricultura a produção é infinitamente mais dispersa e a maior parte da produção depende de fazendas de tamanho pequeno e médio. Encontrar formas de coletivização para esta produção atomizada - mas geralmente mais eficiente do que a existente nas grandes propriedades agrícolas - sem que a produtividade se reduza, será provavelmente uma das tarefas mais complexas colocadas para a construção da sociedade socialista".⁶²

Aceitando-se que não se vivenciapresentemente, nem foi vivenciada no período entre 1985 a 1990, uma Reforma Agrária, expressões de práticas coletivas em assentamentos são inusitadas, haja visto que a coletivização de terras, vis-a-vis a individualização, é rara sob o ponto de vista de estudos acadêmicos; junto de que tais estudos - no momento do fato - não existem. As experiências - a exemplo, como a do Caldeirão - fazem parte de comparação com outros países, ou ainda quase levados ao *status* de lendárias, apesar do esforço. Veja-se que a experiência citada, apesar de contar com remanescentes vivos, está como que num passado longínquo:

"... naquele pedaço do Ceará, um tipo de vida e de trabalho e convivência totalmente fora dos padrões individuais e capitalista...: *A população do Caldeirão constituía uma espécie de sociedade de trabalhadores rudes (...). Todos trabalhavam, inclusive o beato* (José Lourenço). *O produto de lavoura era depositado em armazéns e distribuído de acordo com as necessidades de cada um ...* (19) . O Ceará. Em edição de 10/jul/1929".⁶³

Sem discutir a qualidade da experiência e suas causas, a possibilidade da existência de fazendas coletivas já fora apontada por ENGELS em 1894, mostrando que práticas fundamentais teriam que ser feitas numa transição do capitalismo para o socialismo. Assim é, que afirma: "Hoje em dia, a propriedade dos meios de produção em mãos dos produtores individuais não confere a estes produtores nenhuma liberdade real".⁶⁴

Opositivamente a esta realidade é necessário transferir os meios de produção aos produtores como propriedade coletiva, por conta da realidade dos produtores individuais, e oferece-nos indicação de transição: "... antes de mais nada, em canalizar sua produção individual e sua propriedade privada para um regime

cooperativo, e não pela força, senão pelo exemplo, e proporcionando auxílio social com essa finalidade".⁶⁵

Essa diretriz, justificava Engels, deve ser levada em conta, porque nas grandes fazendas redistribuídas à coletividade a exploração de terras coletivamente é antes de tudo preparada no próprio capitalismo sendo, portanto, a expropriação dos proprietários fundamental e, sobretudo, possibilidade concreta. Em sua síntese:

"Nessas propriedades a transformação do sistema de exploração capitalista em um sistema de exploração coletiva já está totalmente preparado e pode ser realizado da noite para o dia, exatamente da mesma forma que, por exemplo, fábrica do Senhor Krupp ou do Senhor Von Stumm".⁶⁶

Portanto, assentamentos coletivos, mesmo que sob ilustração, inserem-se como fundamentais para a região Nordeste semi-árida, e nas possibilidades da organização de unidades produtivas, acima de tudo quando é levado em conta o posicionamento de ANDRADE ao falar da problemática da produção do espaço, dizendo que "... produção do espaço geográfico, do espaço social, é da maior importância para a sociedade, de vez que da forma produzida vai depender a vida da população". Importante ainda quando é ouvido o pensador no momento que o mesmo fala de ecologia, agricultura e organização do espaço, esclarecendo possibilidades de assentamentos rurais:

"... ao invés de se pensar na necessidade de intensificação cultural da soja ou da cana-de-açúcar para exportação, deveria-se pensar na necessidade de estimular a produção de arroz, de milho, de mandioca e de feijão para que a população brasileira tivesse os alimentos de que necessita, produção que poderia ser obtida em pequenas propriedades familiares, aglutinadas em cooperativas que controlem a comercialização dos produtos agrícolas excedentes ou até em cooperativas que explorem, de forma comunitária, grandes áreas, propriedades de porte médio e grande. Este tipo de cooperativas foi previsto pelos vários estudiosos juristas, economistas, geógrafos, sociólogos, políticos etc. - que nesta segunda metade do século XX vêm defendendo teses favoráveis à uma política de reforma agrária".⁶⁷

O cooperativismo na produção foi praticado em diversos países na forma de Kolkhoz, Kibutz, Ejido, CAP e CPA. No entanto são diferentes do modelo de cooperativa que graçou no Brasil onde, apesar de cooperação nos serviços e no consumo, não foi obtida coletivização na produção.⁶⁸

Mostrando a desassemelhança de cooperativas tradicionais no Brasil com a cooperação socialista- mais expressiva no Kolkhoz (União Soviética) e CPA, em Cuba - podem ser encontrados estudos das cooperativas aqui praticadas,

onde pode ser obtido esse cotejamento. A síntese dos estudos pode ser apresentada com SARAIVA mostrando cooperativa como sociedade anônima e não praticando a cooperação na produção, por serem de serviço a partir de unidades individuais. ⁶⁹

Em SCHENEIDER, encontra-se resumo:

"O cooperativismo típico, quando sobreposto a uma base produtiva desigual comandada pela *livre iniciativa* tende a aprofundar as desigualdades existentes (...). Por isso, continua utópico pensar-se que esse cooperativismo individualista, inserido no contexto de uma formação social que tem no capitalismo o seu modo de produção dominante, atue no sentido de reverter a dinâmica da expansão do capital e das forças sociais que sustentem este processo". ⁷⁰

8.1. Entre o parcelamento e a cooperação.

Do ponto de vista das propostas de cooperativismo em assentamentos observam-se vias conflitantes. Uma que reforça o cooperativismo individualista e outra propõe coletivização.

Ilustra bem a primeira o modelo de CONTINI et al no qual tem como princípios - entre outros - de que a agricultura moderna é competitiva e que cooperativismo é instrumento complementar para implementação da justiça social no campo. Nesta proposta, são apresentados modelos típicos de propriedade que se diferenciam pelos tamanhos dos lotes (4,5 até 400 ha) e diz:

"... que os projetos (de assentamento) sejam constituídos por lotes com exploração individual familiar. Não se recomenda a exploração coletiva das áreas, a não ser em casos especiais e com acompanhamento cuidadoso de seu desempenho". ⁷¹

A outra vertente, na qual pode ser incluída a proposta de SILVA et SILVA, por verem 'uma tendência conservadora nos loteamentos', antevendo explorações em comum, com a "... área original não (será) dividida, pelo menos na primeira etapa que se segue à instalação do assentamento". ⁷²

Do ponto de vista da cooperação na produção, a vertente em tela é mais sistematizada pelo MST, que propõe um sistema cooperativista como construção de um sistema econômico alternativo para alcançar mais rapidamente o desenvolvimento social das famílias assentadas. Dentre orientações para esse desenvolvimento destacam-se:

"Ir desenvolvendo as diferentes formas de cooperação agrícola, de maneira gradativa, combinando as diferentes formas estimulando sempre a forma superior de organização social da produção que é a COOPERATIVA". ⁷³

porque

"A permanência de pequenas parcelas individuais para o trabalho ou a delimitação de lotes individuais de terra, não deve ser obstáculo para implementação de formas cooperativas de produção e outras iniciativas associativas".⁷⁴

Também situado nesta vertente- do não parcelamento-, mais explícito com respeito à cooperação nos assentamentos, SANTANA fundamenta suas propostas no questionamento ao modelo de desenvolvimento vigente no País e dentro de uma questão agrária:

"A luta pela reforma agrária hoje, no Brasil, muito além da questão social, se coloca como uma luta política e econômica que, em sua essência questiona a forma como vem se organizando e desenvolvendo a agricultura na economia brasileira. A questão da terra representa, de fato, a real dimensão do problema global do modelo de desenvolvimento brasileiro".⁷⁵

No seu ponto de vista, assim deveriam ser implantados os assentamentos:

"Que o imóvel não seja parcelado imediatamente, para garantir autonomia dos assentados na discussão da melhor forma de potencializar todos os recursos naturais e humanos existentes, a partir da compreensão de que o imóvel é uma unidade produtiva e que deve estar integrado ao processo de desenvolvimento do município e da região onde está localizado".⁷⁶

Esta proposta, que radicalmente é diferente de propostas como a de Contini et al, tem também sua fundamentação a partir da observação dos movimentos populares que se processam no campo, mostrando que tais movimentos -como o MST- estão questionando "não (é) apenas a forma de apropriação, mas também o uso e a gestão dos recursos naturais necessários à produção agrícola, agroindustrial e industrial".⁷⁷

A proposta em tela critica parcelamento e aponta possibilidades de assentamento, assim:

"Desta forma, não teremos uma reforma agrária de faz-de-conta, que divide terras e miséria, e que resulta em pequenos proprietários isolados, descapitalizados, impotentes diante das regras do mercado capitalista e das condições naturais de cada região. Nesta concepção de reforma agrária, os projetos de assentamento tornam-se uma unidade produtiva integrada (internamente e com a economia de mercado), que, através de uma organização cooperativa, passa a ter uma identidade empresarial coletiva, com capacidade de contrair empréstimos, comercializar sua produção, firmar convênios e, o que é mais importante, reter a população ocupada e produtiva no campo".⁷⁸

8.2. Frente a experiência do parcelamento

Até 1985 não eram conhecidas experiências de "assentamento" onde as fazendas não fossem divididas, loteadas, seccionadas, parceladas.

O primeiro parcelamento no Ceará foi o da fazenda Japuaara, localizada a 8 km ao sul de Canindé e 120 km de Fortaleza, com área de 1.863 ha, sendo desapropriada em março de 1971 após conflito que resultou em quatro mortos. Em 1973 foram titulados 44 parceleiros que não respondiam a processo criminal e em 1985 outros 7, após absolvição. Os parceleiros tem como atividades econômicas algodão, mamona, milho, feijão e pecuária em pequena escala, em lotes com área média de 35,72 ha. A síntese da ação assim pode ser vista:

"O próprio INCRA encarregou-se de realizar a **anti-reforma**. Limitou-se a levantar o perímetro e parcelar especialmente a área... A única obra realizada pelo INCRA, foi a colocação de uma imensa placa com os dizeres: Projeto de Assentamento Presidente Médici - Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária".⁷⁹

No Período de 1971 a 1985, a "reforma agrária" deu-se com parcelamentos que se concretizavam com as titulações aos posseiros.

Tal fornecimento de títulos dava-se após aquisição de terras pelos programas PROTERRA/FUNTERRA, Projeto Ceará e Desapropriação. O primeiro adquiriu 250 imóveis com 229.752 ha e titulou 1.907 famílias. O segundo adquiriu 24 imóveis com 36.151 ha e forneceu títulos de terra a 572 famílias. As desapropriações - no período de 1971 a 1983 - somaram 41.370 ha, existindo nas fazendas 1.244 famílias. Até julho de 1985 haviam se realizado 1.151 assentamentos - colocação em parcelas -, estando por se realizar 95, e foram entregues 836 títulos e sendo previstos outros 1.407.

Essas titulações tinham como pressuposto a participação ativa do latifundiário, fundamentalmente:

"a) Seleção da área que iria ceder. (Sempre as terras de baixa qualidade destituídas de benfeitorias, principalmente em termos de recursos hídricos).

b) Seleção de beneficiários. (apontava os trabalhadores mais próximos, visando a continuar o *status quo*).

c) Projeto de Parcelamento. (Verdadeiro crime contra o Planejamento físico. Existem parcelas com até 600 ha)".⁸⁰

Vimos que flagelados são também oriundos de parcelamentos, indicando que a prática do loteamento é não-recomendável para o semi-árido. Até mesmo o INCRA admite que as condições dos posseiros apresentam resultados

negativos desta "reforma agrária":

"... a situação dos parceiros do PROTERRA/FUNTERRA merece atenção especial. Por todos os equívocos cometidos em sua implantação, necessário se faz uma revisão por parte do INCRA. São quase 2.000 famílias em dificuldades...".⁸¹

Executar um parcelamento significa dividir, lotear, repartir uma fazenda, conforme é ilustrado na planta em anexo.

8.2.a. Capacidade de uso das terras: um alerta

Sabe-se que as terras não se mostram na natureza com uma única fertilidade. MARX demonstrou o significado de diferentes fertilidades de terras que se apresenta quando existe loteamento efetivo de propriedades; ou seja, demonstrou que a apropriação privada - individualizada portanto - de terras, leva a produções não homogêneas, e explicou as diversas rendas fundiárias. A sua presença dá-se com a agricultura capitalista sendo que a figura do proprietário territorial está separada da figura do capitalista, ou seja, a produção está organizada pelo capitalista. Duas rendas surgem: a absoluta e a diferencial. A primeira surge porque o proprietário de terra recebe do capitalista um tributo suplementar ao preço social de produção pelo monopólio das terras por parte daquele.⁸²

A outra, a renda diferencial, é explicada partindo da existência de diferentes fertilidades das terras: a renda é excedente sobre o lucro médio do locatário da terra, aquele que usa a terra. A renda, ressalta-se, não é criada pela terra; porém pelo trabalho que em diferentes terras produz diferenciadamente. O diferencial provém da diferença entre o preço social dos diversos produtos agrícolas e seu preço de produção em cada terra individualmente.

Sob propriedade privada de terras com fertilidades diferentes - capacidades de uso diferentes-, tanto a renda absoluta quanto a diferencial surgem na agricultura. A propriedade privada de terras é fundamental para existência da renda absoluta sendo, esta, parte da mais-valia que não se transforma em lucro médio, e a diferença de fertilidade de diversos solos é condição para que ocorram diferentes produtividades do trabalho, o que é condição para que ocorram formas diferentes de mais-valia.

Portanto, é o monopólio de terras fundamental para que seja

formado um preço social dos produtos na agricultura, ou base material para que surjam as rendas absoluta e diferencial, ou seja: existindo terras com capacidade de uso diferentes e justamente porque nas melhores terras o trabalho é mais produtivo, terras monopolizadas originam rendas do capitalista para o proprietário fundiário, sendo a união numa só figura destes uma forma de manifestação da propriedade da terra e, sobretudo, não eliminação da propriedade nem da existência de terras com diferentes fertilidades.

O conceito de capacidade de uso, nos diz que quantidades diferentes de produtos são obtidas quando terras diferentes são cultivadas por uma mesma quantidade de trabalho ou, por outro lado, que quantidades diferentes de produtos serão obtidos quando terras são cultivadas por quantidades diferentes de trabalho. Depreende-se, com isso, que existirão diferentes produções e produtividades quando terras monopolizadas - lotes/parcelas - são cultivadas.

Mostra ainda o conceito que essa "desigualdade" na qualidade das terras aponta para resultados de produção dizendo que a natureza distribuiu classes de solo diferentes, porém não é ela quem as monopoliza, significando que a concorrência entre proprietários de terra é busca em captar os resultados de produção em diferentes solos; ou seja, existe na natureza da concorrência entre monopolistas de terras- na figura fundida com a do capitalista ou não - a individualização de diversas capacidades de uso e a sua fragilidade frente àquela concorrência; ao mesmo tempo que é concorrência a disputa entre proprietários de terras e capitalistas - fundidos ou não na mesma figura - para captarem efetivamente os trabalhos operados nas terras com capacidade de uso diferentes. Em suma: sob propriedade privada de terras, concorrência capitalista mostra que existem terras com capacidade de uso diferentes e que, antes de tudo, a propriedade de terras aprisiona - monopoliza - diferenciadamente diversas capacidades de uso, que assim não se apresentam na natureza.

A capacidade de uso das terras é um conceito agrônômico que se fundamenta em fatores limitantes das condições agrícolas do solo - deficiência de fertilidade, deficiência de oxigênio, suscetibilidade à erosão e impedimento ao uso de implementos agrícolas - que se combinam a mais outros trinta sub-fatores que, ao final de estudos pedológicos, é obtida uma classificação de solos expressada em oito classes, tendo cada uma cinco graus de limitação. Tal classificação é também

feita pelos agricultores, sendo chamada no Ceará de qualidade das terras.

As classes vão desde a possibilidade de culturas anuais sem nenhuma prática conservacionista - passando pela possibilidade de diversos usos pecuários - até o impedimento total de qualquer prática agrícola. Evidente está que o controle do uso dos solos (ser proprietário de uma dada fazenda) leva a apropriação de rendimentos diferentes que as terras proporcionam, ao lado do controle estratégico frente ao fenômeno climático da seca, no caso do semi-árido. Apropriar-se do conjunto mais diversificado de classes de solos é apropriar-se de potenciais naturais para resistência à seca e, numa relação com o mercado, possibilidade de uma produção diversificada.⁸³

Distinção fundamental há que ser aqui feita. Dois conceitos são postos quando é buscada possibilidade de uso agrícola.

Um segundo conceito indica potencial de uso em grandes extensões de terra e uso a partir de condicionantes inerentes ao clima, relevo e solo.

No País RADAMBRASIL produziu estudos e relatórios que indicam capacidade de uso a partir deste conceito, que preocupa-se com o mercado na determinação das classes de solo:

"O... potencial econômico está condicionado não só pela qualidade intrínseca dos recursos naturais, mas também pela tecnologia aplicável na sua transformação em bens de consumo, pela magnitude de uma demanda insatisfeita e pela existência de uma infra-estrutura que permite a sua comercialização competitivamente".⁸⁴

A capacidade de uso indica para horticultura, lavoura, agricultura, fruticultura, pastos, silvicultura e preservação, conceituando como boa, regular, limitada e marginal.

No momento que é definida a classificação das terras são indicados os solos encontrados nos estudos, sendo que apresentando grandes manchas de um único tipo de solo nessa grande área de terras. Por exemplo, no Ceará, são apresentadas terras, onde situa-se o município de Itatira, classificados como **Re** em aproximadamente 1/3 da área do município.

Ora, este conceito é abrangente no sentido de área física e homogeneizador no sentido de classificação de terras: trata grandes extensões de áreas, fazendo com que uma dada fazenda aparentemente seja somente de solos

Re, ao mesmo tempo tende a levar toda a extensão classificada para uma única cultura. Por conseguinte, e não separando-se da abrangência citada, a homogeneização da extensão de terra faz com que diferenças entre solos - por exemplo litólicos ou não - não seja observada. O conceito faz com que uma grande extensão de área seja tida como de uma única qualidade de uso. Além do mais, deve ser levado em conta que a classificação busca conhecer os solos somente na verticalidade de si próprios, os solos são estudados dentro deste conceito, a partir das possibilidades de ampliação da sua fertilidade.

Para melhor compreensão de que existem diferenças entre os dois conceitos, vale destacar:

Este segundo conceito, ilustrando com levantamentos feitos na fazenda Vitória, quando é feita uma relação quantitativa de cada classe (de solo) em função de toda a área, as porcentagens apresentam-se em termos absolutos: cada classe de solo apresenta-se individualmente em relação ao total da área da fazenda. Por exemplo, sendo observado o quadro 19, podemos ver que a classe **PE** representa 11,1 % da área da fazenda, enquanto a classe **Re** representa 28,9 %.

QUADRO 19
FAZENDA VITÓRIA

SÍMBOLO, EXTENSÃO E DISTRIBUIÇÃO PERCENTUAL DAS UNIDADES DE MAPEAMENTO

Unidade de mapeamento	Extensão (ha)	% em relação à área total
PE1	340	8,5
PE2		
PE	103	2,6
PE	103	2,6
NC		
NC	1.112	28,0
Re	740	18,6
Re1	511	12,8
Re2	24	0,6
Re3		
Re	615	15,5
PL	404	10,2
Sub-total	3.952	99,4
Espelhos d'água	23	0,6
Total	3.975	100,0

Fonte: CEARA. FUNCEME, 1990

No primeiro conceito a apresentação das classes em termos quantitativos se dá a partir de área equivalente: a partir de ponderações, participação relativa da classe de capacidade de uso, dentro da fazenda, é apresentada em função da relação que existe entre as classes, não sendo cada classe vista individualmente; existindo relação quantitativa em função da qualidade de cada classe. Por exemplo, sendo observado o quadro 20, podemos ver que a classe IIIec (com 206 ha) tem uma área equivalente a 74 ha e sua participação relativa nas terras da fazenda é de 6,2%, enquanto que a classe VIII tem uma área absoluta de 24 ha e uma equivalente de 0,64 ha, ao mesmo tempo que a participação relativa é 0,7%.

QUADRO 20
FAZENDA VITÓRIA

EXTENSÃO E DISTRIBUIÇÃO PERCENTUAL DAS CLASSES DE CAPACIDADE DE USO EM RELAÇÃO À ÁREA TOTAL E RECOMENDAÇÃO DE USO

Classe da capacidade de uso	Extensão (ha)	Participação relativa (%)	Área Equivalente	Recomendação de uso
IIIec	206	6,2	74,16	No período chuvoso plantio de culturas de ciclo curto como feijão, milho e mandioca. Cultura do sistema radicular bem desenvolvido para captação de umidade nas camadas mais profundas, tais como fruteiras.
IVes	874	26,6	188,78	Utilizar com culturas perenes, pastagens e reflorestamento. Culturas anuais, desde que obedecidas práticas conservacionistas. Melhor uso será com pecuária.
Vlec	330	10,0	25,41	Imprópria para culturas anuais. Pode ser usada com cultivos permanentes, pastagens e reflorestamento. Práticas conservacionistas devem ser usadas rigorosamente.
Vles	1.016	31,0	78,23	Apresenta restrições para uso agrícola. Utilizar com pastagens e pasto adaptado às condições locais. Reflorestamento com espécies nativas para a produção de cerca/lenha.
Vlsa	300	9,1	23,10	Recomenda-se o seu uso com pastagens e pasto nativo selecionados.
Vlles	501	15,3	23,04	Imprópria para culturas anuais e mesmo para certas culturas permanentes. Utilização com pastoreio e produção de madeira com restrições
Vllles	24	0,7	0,64	Imprópria para qualquer cultivo
SUB-TOTAL	3.251	98,9	413,36	-
ESPELHO D'ÁGUA	23,4	0,7	-	-
TOTAL	3.274,4	99,6	413,36	-

Fonte: CEARÁ. FUNCEME, 1990 e ASSENTAMENTO VITÓRIA, 1992

Um segundo ponto, e que liga-se ao primeiro, está na apresentação de cada classe.

No segundo conceito existe a apresentação da classe em função dela mesma, sua absoluta classe em função dela mesma, sua absolutização enquanto classe de solo.

O primeiro aceita a classe de solo, porém submetida ao conceito - ou a classificação - de capacidade de uso. Ou seja: no conceito as classe de solo - absolutas e individualizadas - estão submetidas à capacidade de uso, sendo "parte" da classificação das terras.

Tomando o exemplo citado da classe, o solo **litólico eutrófico A fraco textura média fase pedregosa caatinga hiperxerófila relevo montanhoso substrato granito e gnaisse** é parte da classe em questão, sendo que nos quadros já comentados a apresentação da classe é "imprópria para qualquer cultivo".

Pode ser dito, enfim, que:

O segundo conceito redundando na individualização de cada mancha de terra e descreve-a verticalmente.

O primeiro conceito desindividualiza cada mancha de solo, ou põe cada mancha no seu contexto horizontal, como de um todo, ou não parcela o todo. Mais ainda: o conceito classifica terras por admitir que os solos tem um uso - são humanizados - e que este é em função de outras terras com diferentes qualidades.

8.2.b. Frente ao dilema de Duque

A região semi-árida está sujeita a emergência da seca, bem como a diversidade da região determina uso agrícola diferente, ou seja, os usos agrícolas devem ouvir o que a região oferece como potencial e como impedimentos. Clássicos são os ensinamentos de DUQUE para o chamado polígono das secas:

"O homem pode se considerar desarmado diante do clima e das forças físicas se ele não se agarrar aos outros seres vivos para tirar proveito das suas influências benéficas, das associações coletivas, de coabitação com plantas e animais no uso comum de determinado espaço" ⁸⁶.

Quando propõe administração de fazendas nas zonas secas do Nordeste, recomenda propriedades grandes como garantia de sucesso.

Atentando para uma análise considerada estritamente "técnica", tal administração deve ser, sob o ponto de vista ainda de Duque, feita sob um plano

fundado nas condições agroecológicas do semi-árido a partir de uma classificação de capacidades de uso.

Observa-se em Duque uma contradição entre o técnico - visto como preocupado com o estudo da semiaridez - e entre o pesquisador social - aquele preocupado com a humanização do semi-árido. De sua obra saem ensinamentos fundamentais para se buscar uso de terras no semi-árido. Vê-se que, mesmo esquecendo ser a propriedade privada como causa do flagelamento, são dados indicativos sobre possibilidades de uso. Veja-se que quando busca formular uma 'doutrina das secas' ele combina irrigação - quando possível - com a grande fazenda sertaneja, assim:

"Advogando a exploração particular da grande fazenda, na área seca, nós procuramos dar ao proprietário o rendimento suficiente para ele manter os moradores, fazer melhoramentos e preservar os recursos naturais. Ao mesmo tempo somos favoráveis ao trabalho coletivo, liberal, da família pobre nos açudes públicos, porque são esses os únicos pontos onde é possível fixarmos trabalhadores móveis, garantirmos as colheitas de alimentos para a gente da terra da seca lá fora, evitarmos as *retiradas* nas crises, e estabelecermos assistência médica, religiosa, educação cívica e higiene e instrução técnica, agrícola".⁸⁶

Não obstante o caráter de buscar manter propriedade, fica límpido que esta combinação reforça o que foi aqui adiantado sobre o que é próprio do semi-árido e as fertilidades diversas de terras. O trabalho "coletivo liberal" é parte da contradição em Duque, que mesmo assim oferece indicativos de exploração de terras na região semi-árida. Sem muitos rodeios indica que possibilidades de resistência no semi-árido passam pela cooperação na produção, a partir da experiência do indígena e sintetiza:

"Em 300 anos a civilização Nordestina pode ter evoluído muito na técnica das comunicações, no emprego das máquinas em geral, no regime político, na alfabetização parcial, etc., porém ela regrediu tremendamente na cooperação, na harmonia, na união do trabalho mútuo, nas qualidades de indivíduos como unidade da multidão".⁸⁷

Não só nestas passagens, porém em toda a obra de Duque sobre o "polígono das secas", existe a contradição entre o que é indicado para o semi-árido e o que faz o flagelamento - a propriedade capitalista - devendo, portanto, ser levado em conta o que ensina Duque, concedendo a ele as devidas **venias** neste sentido. Assim é que, aqui, quando vemos possibilidades de uso no semi-árido, aceitamos os pontos de vista "técnicos" de Duque lembrando sempre dessa sua preocupação com a propriedade das terras. Vejamos mais o contraditório de Duque, buscando

outros indicativos de possibilidade para o semi-árido, no momento que ele discute questões de exploração em açudes públicos - complementar à propriedade particular conforme acima foi adiantado - sobre a questão específica de exploração em lotes, portanto em parcela.

Parte da suposição de que "Excluindo as terras devolutas não é fácil encontrar-se um latifúndio" para daí propor o uso dos açudes públicos, irrigação.⁸⁸ Mesmo assim admite que "O lote familiar grande facilita mais a conservação do solo...", ao mesmo tempo que vê como possibilidade de exploração explorar todo o reservatório como uma célula agrícola, sob uma única administração.⁸⁹

Esta possibilidade de exploração - sob a forma de "cooperativa ou sociedade" - seria para fazer

"... todas as operações de compra e venda, em grande escala, que industrialize as colheitas, que empresta dinheiro à família do irrigante e que esta, em lavrando o seu lote, entregue as safras ao organismo supervisor juntamente com a sua confiança".⁹⁰

Sem discutir que o modelo de cooperativa ou sociedade proposto por Duque é, em essência, o que graçou nas cooperativas tradicionais e aqui já comentado, nem discutindo que o modelo objetiva - pelo menos em Duque - "estômagos nutridos e emoções acalmadas", vê-se que reproduz um parcelamento. Apesar disso, as economias de escala a montante e a jusante de cada parcela são coerentes para com o modelo. Porém, e fundamental, está presente na possibilidade da proposta - fundada no que diz a semiaridez e na capacidade de uso - de ser feita agricultura em lotes grandes e sob uma administração única.

Em síntese, os estudos de Duque sobre o semi-árido revelam que, mesmo sob o manto de um parcelamento, indicações de uso comum da região. Este ponto de vista "técnico", entretanto, vai de encontro à propriedade, como fez Duque no momento que se preocupou com a concorrência.

Está em Duque, emblematicamente, uma síntese de possibilidade de exploração de terras no semi-árido, buscando utilizar o conceito de capacidade de uso. Vê-se que na sua propositura existe cuidado em manter a propriedade o que, por conseguinte, faz mover a possibilidade dentro de propriedades individuais. Ao mesmo tempo a possibilidade individualista, tanto no sentido do uso quanto até de inserção no mercado que tenta preservar a propriedade, frente ao semi-árido são possibilidades numa unidade de produção, e coletiva.

A garantia de sucesso, evidentemente para o proprietário, apresenta administração devendo ser única e em grandes propriedades, sob um plano fundado nas condições agroecológicas a partir da capacidade de uso.

Com respeito à cooperação e vendo o Duque "liberal", pode ser encontrada sua justificativa quando o pesquisador trata das experiências dos "ameríndios".

Sem discutir se houve ou não a regressão apontada, observa-se na passagem o assumir de que a cooperação é fundamental para a possibilidade buscada. Importante ainda é ressaltar que a exploração em lotes, portanto em parcelas, no momento que individualiza - privatiza - a apropriação dos resultados da produção, coletiviza as terras.

Mesmo se fosse admitida a suposição de que não existiriam terras devolutas no Nordeste, pode ser visto que os minifúndios não são viáveis. Ao mesmo tempo a possibilidade seria: "... explorar todo o reservatório como uma célula agrícola, sob uma única administração".

Sob o manto do parcelamento, sob a forma de cooperação tradicional, fica explícito que a possibilidade é preocupada com a propriedade, com a concorrência e com a semi-aridez. Portanto, o modelo, ou possibilidade, não consegue fugir do que é próprio da região, ao mesmo tempo que assim fazendo é coletivista enquanto "técnico" e individualista enquanto "pesquisador social", sendo que o segundo busca manter o *status* social. O segundo contradiz-se com o primeiro porque o "técnico" é coletivista.

8.2.c. Uma ilustração de parcelamento

O parcelamento traz possibilidade de que algumas parcelas sejam diferentes de outras. Dado que um parcelamento não é autárquico, a concorrência intra-parceiros advinda da propriedade de terras diferentes, dar-se-á também junto da concorrência entre o "parcelamento" e o mercado no qual os parceiros interagem. É possibilidade de um loteamento reproduzir "artificialmente" a causa que faz pequenos produtores flagelados. Isto pode ser ilustrado quando é sintetizada a experiência do parcelamento Monte Castelo, do qual foi aqui anexada planta.

QUADRO 21
PARCELAMENTO MONTE CASTELO
POSSIBILIDADES DE USO EM FUNÇÃO DAS CLASSES DE SOLOS

Parcelas em uma única classe de solo	Quantidade (Nº)	% (1)	Indicação de uso
III	2	2,29	Cultura de ciclo curto, tais como milho, feijão e mandioca
IV	9	10,34	Culturas perenes, pastagens e florestamento. Melhor uso com pecuária
VI	22	25,28	Restrição para uso agrícola. Utilizar com pecuária e/ou pastos selecionados
Totais	33	37,91	-

Fonte: ALENCAR et al, 1985

(1) Em relação ao total de 87 parcelas

Vê-se que 33 parceleiros estão restritos a produzir somente em uma única classe, ou, dois somente poderão produzir culturas como feijão, milho e mandioca; nove somente culturas perenes; e, 22 não podem realizar cultivos daquelas culturas alimentares. Quer dizer: trinta e um parceleiros não podem produzir em suas áreas milho e feijão, fundamentais para subsistência.

Nos lotes com classe III - para cultivo alimentar - existe uma diferenciação com respeito ao tamanho: existem lotes na classe variando entre 22 a 2,8 ha. Sendo feita uma estimativa de produção de feijão (por exemplo) em 600 kg por hectare, um parceleiro diferencia-se de outro com produções de 13.200 kg e 1.680 kg.

Mesmo com a tentativa em obter um certo equilíbrio nas diferenciações pela agregação em cada lote (diferenciado na classe III) de frações de outras classes, não foi possível levar água para todos os lotes. Alguns lotes com potencial para pastagens artificiais - irrigadas - não tinham água, enquanto que outros sim.

Em levantamentos que realizamos com os parceleiros sobre os seus desejos de explorar as terras de Monte Castelo, 26 deles afirmaram que continuariam o parcelamento; outros 11 ocupando lotes quase que totalmente com

classe VI, somente para pecuária, afirmaram que buscavam uma alternativa para o parcelamento; 46 foram categóricos em buscar explorações coletivas. Quatro dos parceiros não responderam.⁹¹

Necessário foi dividir a fazenda em sub-áreas, o que foi praticado pelos assentados. Das cinco, somente uma (V) não foi projetada contratação de mão-de-obra. No levantamento vimos que ocorria venda de mão-de-obra, fora do "assentamento".

No momento que realizamos esse levantamento, passavam os parceiros por dúvidas internas entre a exploração em lotes ou tentar coletivização. Não obstante a demonstrada insatisfação para com o loteamento, decidiram 48 parceiros sobre a possibilidade de buscarem ou não meios para exploração em comum conforme quadro seguinte:

QUADRO 22
PARCELAMENTO MONTE CASTELO
SÍNTESE DE DECISÃO ENTRE USO COMUM OU INDIVIDUAL(1)

Objeto da decisão	Votos	
	Favor	Contra
1. Construção de portões/cancelas	20	21
2. Roço das paredes do açude	00	49
3. Construção de cercas do perímetro	03	44
4. Manutenção do caminhão da associação	23	20
5. Compra de trator	05	36
6. Compra de motocicleta	03	39
7. Montagem de serraria/madeiraira	05	35
8. Silo trincheira	04	34
9. Capital de circulação comum	10	32
10. Compra de veículo tipo Jipe	15	29
11. Borracharia/reparo de pneus	06	29
12. Rebanho bovino	00	37
13. Pasto		
14. Curral	03	34
15. Aprisco	00	34
16. Casa-de-farinha	01	34
17. Queijaria	02	31
18. Reforço financeiro à bodega	03	27
19. Horta	03	36
20. Cultivo de ervas medicinais	00	32
21. Centro comunitário	01	34

Fonte: Observação de campo em Monte Castelo

(1) Assembléia realizada em 17/07/90. Os objetos de votação indicam possibilidade de uso comum dos mesmos.

Vê-se que somente o caminhão foi decidido para ser "coletivo" enquanto que os demais meios, ligados à produção ou a serviços, não deixaram de ser possibilidade.

Hoje o parcelamento ainda é fato.

O flagelamento também é fato em Monte Castelo.

Observando-se a planta apresentada e lembrando-se das possibilidades de uso em função das classes de solo, pode ser visto que 33 parceleiros estavam (e estão ainda) forçados a produzir em uma única classe de solo, sendo que dois deles podem produzir somente culturas alimentares, nove somente culturas perenes, e vinte e dois não podem cultivar culturas alimentares tipo milho e feijão. Arigor, trinta e um parceleiros, pelo fato de que as terras dos lotes não são indicadas para cultivo de culturas de ciclo curto (alimentares), tem possibilidade de produzir tais culturas, em terras que são impróprias para tal.

Pode ser observado que em alguns lotes não existe água. Noutros, existe potencial para irrigação enquanto que nos demais este potencial é inexistente.

Enquanto parceleiros desejavam manter o parcelamento, outros buscavam alternativas ao mesmo, os quais tem seus lotes quase que totalmente localizados em classes para pecuária. Outros mais buscavam explorar terras sem parcelamento.

Existe contratação de mão-de-obra e/ou assalariamento intra-parcelas, bem como entre a "fazenda" e outros produtores.

Assim, a venda de lotes e outras conseqüências, mais do que uma estratégia para consolidar a fazenda Monte Castelo, que foi palco de lutas e conquistas, mostra fragilidade entre os parceleiros, indo isso de encontro ao que disse VIANNA, que afirmou que a venda ou troca de lotes podem cumprir papel na subsistência e início de capitalização dos "colonos".⁹²

FRANCO mostra que o oferecimento de crédito para assentamentos que se parcelizaram, instaurou o confronto entre assentados e suas lideranças. Identificando que

a) "O esforço de viabilização econômico - coadunado com o de adesão a um projeto político - revela dificuldades e atualiza uma tensão entre a proposta contida nas formas organizativas dos pequenos produtores e os agentes portadores de recursos".⁹³

b) "A intervenção do Estado através da injeção de recursos, se constituiu um novo marco de diferenciação entre pequenos produtores. Esta se manifesta não só numa maior ou menor possibilidade de sucesso econômico, mas -...- agudamente na alteração da correlação de forças internas ao próprio grupo, fortalecendo e legitimando uns em detrimento de outros".⁹⁴

Chega a essas conclusões encontrando a possibilidade de ser ou não contemplado o assentamento com recursos do Estado como determinante de diferenciação interna no assentamento. Outros determinantes, ou critérios definidores de formas diversas de cooperação, conforme diz Franco, existentes no assentamento antes daquela possibilidade de recursos, são apontados como também determinantes da diferenciação, a saber: quantidade de membros por família (força-de-trabalho); tamanho e condições técnicas dos lotes recebidos; o sistema de plantio de cada família assentada, nem sempre coincidentes; e mesmo questões étnicas (por exemplo, caboclo x de origem).

Do nosso ponto de vista os "critérios" são o fundamento da diferenciação: nasce no próprio assentamento e se potencializa e/ou aflora com o oferecimento de crédito, porque antes do confronto entre assentados e suas lideranças já existiam diferenças de força-de-trabalho entre famílias (quer de 'caboclos' ou 'de origem') e entre tamanho e condições técnicas dos lotes recebidos.

Acertadamente Franco tira suas conclusões de experiências de organização (ou tentativa de conquista de cooperação) de pequenos produtores, observando que: ao final da experiência o Estado interferiu preponderantemente sobre os produtores; que a viabilização econômica é dificultada com oferecimento de crédito pelo Estado ao lado das diferenças entre os 'pequenos produtores'; e existe - ou se manifesta- uma diferenciação entre os assentados, ocorrendo o fortalecimento de uns em detrimento de outros.

9. RESISTÊNCIA COLETIVA EM TERRAS CONQUISTADAS

9. 1. Autogestão: saída do capitalismo?

Aceitando os pontos de vista de CARVALHO sobre Autogestão, e pressupondo que os trabalhadores tem o poder de tomar decisões sobre a produção e distribuição através da participação direta, a noção de autogestão deve ser vista como uma sucessão (um processo), torna-se uma gradação no **continuum** de autogoverno, tendo como clímax unidades de produção antiburocráticas e antilucrativas, apresentado quatro maneiras de autogoverno:

1. Democracia participante:

"Nesses tipos de organização qualquer pessoa pode se tornar um líder e todos ajudam na escolha de um líder, mas, uma vez escolhido, ele/a lidera e os outros seguem, até não mais considerarem que o líder esteja representando eficientemente seus interesses".⁹⁵

2. Co-determinação

"Não importa os antecedentes dos indivíduos, desde que ele ou ela sejam membros de uma organização desse tipo, compartilham de toda autoridade existente".⁹⁶

3. Comunidade-de-interesses:

"Nela, todos lideram. Por causa do reconhecimento profundo de seus interesses comuns, qualquer pessoa está na posição de falar em nome do grupo. (...), os grupos organizados em comunidades-de-interesses querem estabelecer uma base de poder independente através do qual pretendem influenciar o curso da sociedade em geral".⁹⁷

4. Autogestão

Neste tipo de autogoverno algumas características destacam-se:

a. Todos os trabalhadores administram diretamente a unidade de produção, ou firma como denomina Carvalho.⁹⁸

b. Contém em sua complexidade todos os modelos anteriores do **continuum**.

c. Os trabalhadores podem votar, se transformar cada um em líder, tendo este que responder às necessidades e interesses das mais extensas comunidades entre as quais a firma está localizada.

d. Pela rotatividade da direção, os líderes e seguidores são as mesmas pessoas.

e. Por acertarem responsabilidades externas e internas às unidades de produção, os autogestionários adquirem identidade como trabalhadores e como cidadãos.

Esta última característica apontada leva à uma outra - de caráter globalizante - na qual o governo autogestionário "... não é apenas um modo de organizar uma única firma, mas é - simultaneamente - uma forma de organização social".⁹⁹

Tendo em vista que os trabalhadores da fazenda Vitória, pelo que anotamos aqui inicialmente, estariam dando sinais de uma nova organização social, o questionamento surge:

O que leva os agricultores de Vitória, no momento agudo de seca, não se mostrarem vivenciando o fenômeno? Que elementos de existência da fazenda se constituíram para que seja buscada a formalização de propriedade coletiva, ao invés da individualização da terra? Estaria acontecendo exploração coletiva no Ceará - a partir de uma conquista de terra, numa reestruturação agrária - que faz os assentados resistirem ao flagelamento? Em sendo Vitória como se expressa, é apresentar o presente na figura do futuro, problematizando a si próprio?

9.2. Uma hipótese: resistência de Vitória

O questionamento apresentado, forma para representar as ilustrações mostradas inicialmente, representa a constituição dos assentados em Vitória. Portanto, o movimento que se desenvolve no tempo e no espaço do assentamento Vitória são a própria constituição do não-flagelamento.

Sob este enfoque, o não-flagelamento teria se dado fundamentalmente a partir do assentamento, vis-a-vis a atuação "externa" a ele: a situação presente em Vitória confirmaria a hipótese do que chamamos de **resistência coletiva em terras conquistadas**, a qual em ABRA é expressada nos pontos de vista de Silva, Carvalho e Stédille, que enfocam possibilidades para assentamentos no processo de reestruturação presente (ou reforma caso a caso), na perspectiva de Reforma Agrária.¹⁰⁰

Antes de tudo existe o assumir, na hipótese, que as práticas dos assentados são referência política do MST. Essa referência, ou a hipótese em si, funda-se na não existência presente de uma reforma agrária, na gestão coletiva dos

meios de produção conquistados e na própria resistência - vista como resultado e prática dos pontos anteriores - dos assentados ao flagelamento.. Em síntese: a resistência coletiva em terras conquistadas seria constituição histórica própria de Vitória ilustrando o que é apresentado pelos pensadores acima citados.

STÉDILLE apresenta a resistência como desafio a vencer nas terras conquistadas, após apresentar outros cinco para conquista da Reforma Agrária:

"E o sexto desafio que nós enfrentamos é o de garantir a viabilidade da produção nas áreas conquistadas. Talvez, não tanto naquele espírito que estava presente um pouco no Plano Nacional de Reforma Agrária, criando um campo de agricultura reformada - já que a correlação de forças não está para isso - mas o espírito de que a viabilização da produção nas áreas conquistadas exerce um poder didático para amplas massas provando que a Reforma Agrária é viável, que é possível nós mudarmos, nós fazermos a agricultura brasileira de outra maneira. E essa forma, essa prova de que é possível a agricultura brasileira estar organizada a serviço das amplas massas trabalhadoras não se consegue só no discurso. É preciso ter exemplos concretos. O povo só acredita enxergando, e esses exemplos concretos nós temos que construir nessas áreas conquistadas, embora não possamos chamá-los de áreas reformadas porque, evidentemente - como José Gomes afirmou recentemente num artigo - os assentamentos são arremedos de Reforma Agrária; nem nós mesmos os chamamos de Reforma Agrária. Mas são áreas conquistadas pela classe trabalhadora e nessas mesmas áreas nós precisamos dar um exemplo para a burguesia: que nós temos capacidade de produzir, produzir melhor que eles, assimilar as técnicas que sejam adequadas às nossas condições, ao nosso meio ambiente. E provar que é possível organizar uma agricultura que atenda aos interesses da classe trabalhadora não só do meio rural, mas também da classe trabalhadora da cidade".¹⁰¹

Vejamos o que diz SILVA:

"Minha hipótese é de que a política de gestão desses assentamentos ilhados é fundamental para *neutralizar* as determinações externas que os empurram no sentido de uma regressão à condição anterior.

Na verdade, são esses dois elementos - a organização e a gestão dos assentamentos - que possibilitariam, ao menos em tese, superar as deficiências oriundas de uma política agrária caso-a-caso, criando um horizonte maior para essas *ilhas*. Não foi por outra razão que a de tentar estabelecer uma política comum de gestão, no seu sentido mais amplo, que o MST criou uma Associação Nacional dos Assentados.

Creio que somente com uma organização autônoma (em relação às demais categorias de trabalhadores rurais e pequenos produtores) é que os assentamentos e suas organizações se tornarão interlocutores obrigatórios e conseguirão fazer ouvir as suas reivindicações específicas. Caso contrário, o que restou do PNRA irá se diluindo lenta e dolorosamente, no tempo e no espaço".¹⁰²

Lembrando que tempo e espaço, juntos, em movimento, constitu-

em a história, o que diz CARVALHO:

"Além da luta pela terra, há o resistir e produzir na terra. Neste último sentido, um considerável amadurecimento político do MST deve ser ressaltado. O avanço das negociações do MERCOSUL, a competitividade capitalista e a experiência objetiva de que somente culturas tradicionais não conseguem reproduzir os meios de vida e de trabalho dos assentados tem determinado mudanças relevantes na organização econômica dos assentados, tais como a incorporação de tecnologias de ponta, novas inovadoras formas de gestão da terra, do trabalho e do maquinário e, principalmente, a formação de cooperativas de assentados. No Estado do Paraná (como em alguns outros Estados) a criação de cooperativas camponesas é um fato objetivo com a qual o MST teve uma enorme vitória na organização econômica".¹⁰³

Do nosso ponto de vista a explicação do não-flagelamento, da qualidade de Vitória, de sua resistência, estaria na constituição histórica dos assentados, devido a não separação da natureza agroecológica da fazenda (contida nas terras) da natureza econômica do assentamento, substancialmente porque a capacidade de uso das terras aponta para uma exploração coletiva, sendo que inseparável disso está a constituição histórica dos assentados, em dois momentos também inseparáveis: o inicial - visto como antes da conquista da terra -, e o seguinte (de "assentamento") que movimenta-se numa tensão entre explorações individuais e coletivas.

Neste sentido é importante lembrar que a proposta de cooperação plena nos assentamentos - de resistência coletiva em terras conquistadas - não está fora da concorrência capitalista, nem de que o desenvolvimento da cooperação é fundamental para a resistência dos assentados ao "mundo exterior" - quer seja na face do capital, quer na face das ações do Estado.

Também é importante lembrar que mesmo não sendo aqui buscada uma teoria do valor no assentamento, muito menos ainda ser conhecida a realidade total do fenômeno, adianta-se que CARCANHOLO oferece rumos - ou cuidados - quando se busca conhecer como se desenvolve uma produção de riqueza, a partir da teoria do valor.¹⁰⁴ Vejamos:

I - Tratar a teoria do valor como mera teoria dos preços é metodologicamente equivocado (é ser não-científico) porque incorre-se em erros ao se querer saber somente a magnitude da riqueza, devido dificuldades, e tal procedimento envolve uma extrema simplificação do verdadeiro conteúdo da teoria do valor e existindo dificuldades neste sentido: "A primeira dificuldade que surgiria nessa forma de ver o problema seria a escolha dos preços que nos serviriam de base

para o cálculo da riqueza produzida", ¹⁰⁵ e a outra dificuldade seria utilizar com elemento homogeneizador algum tipo de preço especial: "preço natural (na forma de Smith ou de Ricardo), preço de equilíbrio (na forma marginalista), preço técnico de reprodução (na forma Sraffiana)". ¹⁰⁶

II - A não correspondência entre preço e valor, leva-nos a tentar entender "... que implicações tem o fato de que os preços das diversas mercadorias não sirvam de medida adequada da riqueza produzida?" ¹⁰⁷

Propõe-nos Carcanholo que numa correspondência ou não-correspondência entre preço e valor, é necessário obter um equilíbrio - uma igualdade - que garanta que não ocorra a transferência de valor entre a produção e a apropriação de um bem, chamado esse preço particular de "... preço correspondente à magnitude da riqueza produzida ou, simplesmente, PREÇO CORRESPONDENTE AO VALOR"; existe um só preço - na igualdade - que corresponde ao valor de cada mercadoria produzida. ¹⁰⁸

Concordando com Carcanholo, segue-se que uma teoria do valor deve responder a três perguntas fundamentais: qual a natureza da riqueza? Qual a unidade de medida da riqueza ou valor? E quais são os fatores que determinam a diferença entre o valor produzido e valor apropriado por um determinado produtor, setor econômico, região ou país?

Fundamental é ainda o conceito que é feito de riqueza. Ainda segundo Carcanholo, David Ricardo teria distanciado-se devido não buscar a medida do valor, mas simplesmente uma particular unidade de medida de preços relativos dos valores-de-troca. Enquanto que Adam Smith tem como ponto de partida um conceito relativo da riqueza capitalista, aproximou-se de uma teoria do valor - trabalho obtido por Marx por preencher as perguntas adiantadas. Encontrar a natureza da riqueza é identificá-la como uma relação social, ou ainda: "Para Smith, então, riqueza é uma relação social; é a relação social que implica domínio sobre trabalho alheio, capacidade de compra, de controle sobre o trabalho humano. Uma certa quantidade de uma mercadoria qualquer representa uma determinada magnitude ou grandeza de riqueza igual a quantidade de trabalho que com ela se pode comprar. Isso ocorre na sociedade capitalista, onde o trabalho é assalariado. Em sociedades mercantis não capitalistas, a riqueza seria o domínio não sobre o trabalho, mas sobre o produto dele". ¹⁰⁹

10. CONCLUSÃO

O desenvolvimento capitalista no Ceará é razão fundamental da presença dos "flagelados da seca". Ao mesmo tempo a região semi-árida não é a "culpada" desse flagelamento, apresentando-se, pelo contrário, como possibilidade de ser razão de não-flagelamento.

A condição de sem terra não é prioridade somente de trabalhadores que não tem a posse/propriedade da terra. Essa condição é parte do desenvolvimento em curso e que, no Ceará, é realidade para os ditos pequenos produtores e para os que definitivamente não tem terra. Neste sentido, os trabalhadores que estão em parcelamentos de terras "reformadas" também são trabalhadores sem terra.

As condições agroecológicas do semi-árido apresentam-o como naturalmente não parcelável, indo isso de encontro ao desenvolvimento que se deu no Ceará, o qual tem por base a propriedade individual da terra. Neste sentido, a estrutura de propriedade da terra existente é questionável, se observada sob um ponto de vista estritamente técnico.

Entre a demonstração histórica das práticas de parcelamento e a presença em todo o Ceará de flagelados, apresentaram-se os assentados da fazenda Vitória negando a ambas.

Vejamos como é constituída tal negação no capítulo seguinte.

NOTAS

1. Como referência desta seção utilizamos de MARX, O capital; O trabalho assalariado e capital; e Capítulo VI inédito de o capital

2. MARX , s.d. : 41

3. O Exército Industrial de Reserva no Ceará, expresso pelo desemprego aberto e somente uma fração da "população ativa" empregada, é ilustrado em anexo.

4. MARX , s.d.: 52 .

5. MANN et DICKINSON, além de WANDERLEY, ofereceram fundamentos para a presente seção.

6. O movimento D-M-D', sinteticamente adiantamento de capital na forma de capital-dinheiro que transmuta-se em mercadorias (M)- meios de produção (Mp) e força-de-trabalho (Ft) que após a valorização, tal capital-dinheiro D, aparece como um D' - valorizado, ou D-M...P...M'-D'. Consultar MARX, 1980. Veja-se que o processo do capital é uma unidade de circulação e produção, abrange ambas. "O ciclo do capital-dinheiro é forma geral do ciclo do capital industrial que se pressupõe um modo de produção capitalista. Assim o processo de produção capitalista pressupõe-se, é condição primordial". p. 63. E ainda: "Este ciclo (o do capital produtivo- Mp e Ft) significa o funcionamento periodicamente renovado do capital produtivo, portanto a reprodução, ou seja seu processo de produção como processo de produção com referência à mais-valia; não só a produção, mas a reprodução periódica de mais-valia; função do capital industrial em sua forma produtiva, não como função que se exerce uma única vez, mas como função que periodicamente se repete, de modo que o reinício já se supõe como ponto de partida." p. 64. Bem com: "Quando funciona o capital produtivo consome suas partes componentes, a fim de transformá-las em massa de produtos de maior valor. Operando a força-de trabalho como um de seus órgãos, é também fruto do capital o excedente do valor do produto (gerado pelo trabalho excedente dessa força) acima do valor dos elementos constitutivos do produto... Seu valor é = P + m, igual ao valor do capital produtivo consumido em sua elaboração mais a mais-valia m que esse capital produziu." p. 40-41.

7. SANTOS , 1986.

8. DELGADO , 1986. Ver também DELGADO, 1989.

9. GOODMAN et al , 1986.

10. Apesar de não ser o tema central da presente dissertação, e acautelando-se que a economia brasileira em muito difere da americana do norte, alguns indicativos do processo de modernização lá ocorrido podem ser vistos como sinais do que poderia se constituir como futuro da modernização brasileira, a partir de um breve manuseio de dados e análises realizados por GOODMAN et al, tendo como balizamento principal as novas estruturas rurais gestadas no processo lá ocorrido: "... com o objetivo ostensivo de melhorar a renda dos agricultores-obtendo assim legitimação ideológica dos poderosos símbolos: fazenda familiar e objetivos de segurança alimentar nacional- o Estado promoveu implacavelmente a inovação técnica..." e que "...apesar disso, o produtor agrícola individualmente é um tomador de preços cujos lucros dependem (...) da manutenção de um (fator) positivo entre custos unitários e preços, na porteira da fazenda... As conseqüências

sociais do fracasso a (esse) 'aperto' de custo-preço, ou de 'reprodução', podem ser vistos no êxodo rural contínuo, desaparecimento de fazendas, ubiqüidade da agricultura de tempo parcial e marcante concentração da produção agrícola. As fazendas estão ficando maiores, mais intensivas e mais especializadas." (Cf p 147/148).

Observaram ainda, que são as maiores fazendas que proporcionam padrão de vida adequado, além de responderem por maior porcentagem de produção, e que se apropriam da maior parte da renda líquida (Cf p 153). Por outro lado, as pequenas não conseguem gerar renda suficiente para sustentar uma família através da agricultura. (Cf p 155)

Evidente que se faz necessário aprofundamento do caso americano. No entanto fica também evidente que, na busca de superar barreiras da natureza, o capitalismo (lá) ainda não conseguiu operar uma superação de si próprio, apresentando problemas de países (como o Brasil) que são vistos ainda como "atrasados" sob um ponto de vista dito tecnológico, fazendo as passagens anteriores parecer argumento pró-reforma agrária nos EUA

11. A classificação de Köppen é de fácil aplicação uma vez que utiliza como parâmetros precipitação e temperatura, que são determinadas mesmo por estações climatológicas ordinárias.

12. DUQUE , 1973 : 26.

13. IDEM : 18.

14. IANNI , 1983 : 5.

15. IDEM : 17

16. ENGELS, 1985: 224. Aceitamos que humanização é produção de espaço, conforme diz SANTOS (1978), assim: "... o espaço humano reconhecido, tal qual é, em qualquer período histórico, como um resultado da produção. O ato de produzir é igualmente ato de produzir espaço. A promoção do homem animal à homem social deu-se quando ele começou à produzir". p. 161.

17. CEARÁ.SEMACE , 1992 : 20.

18. IDEM : 21. Sobre as charqueadas consultar NOBRE.

19. IBDEM : 21

20. Op cit : 22

21. Op cit : 23

22. Op cit : 23

23. Op cit : 23

24. TORRES , 1993 : 27..

25. Tanto em MARX (1985) como em MARX (1981) podem ser obtidos elementos fundamentais para o entendimento do capitalismo na época do "descobrimento" do Brasil e de sua colonização.

26. A presente seção ancorou-se nos estudos históricos de ALVES (1982) e de POMPEU SOBRINHO (1982). Tais historiadores elaboraram as obras para o Instituto Histórico do Ceará. Na nossa garimpagem sobre história das secas nos valem da colaboração do Professor Luiz Teixeira Barros - também membro

de referido Instituto-, a quem aqui agradeço. Aceitamos de AGUIAR (1984) o resgate das ocorrências das secas no Nordeste.

27. ENGELS , 1991 : 232. Engels localiza o nativo brasileiro historicamente na barbárie, que é dividida em fase inferior, média e superior, a qual antecede à civilização. Aquele período, com a separação das fases, desenvolve-se sob a interferência das condições naturais, tanto no continente oriental (o velho) quanto no novo. "Em virtude dessas condições naturais diferentes, a partir desse momento a população de cada hemisfério desenvolve-se de maneira particular, e os sinais nas linhas de fronteira entre as várias fases são diferentes em cada um dos dois casos" (p.58).

E como ele caracteriza o estágio posterior?

"O estágio da produção de mercadorias com que começa a civilização (que no Brasil é adiantada pela colonização) caracteriza-se, do ponto de vista econômico, pela introdução: 1) da moeda metálica (e, com ela, do capital em dinheiro), dos juros e da usura; 2) dos comerciantes como classe intermediária entre os produtores; 3) da propriedade privada da terra e da hipoteca; 4) do trabalho escravo como forma predominante na produção". (p. 234).

28. Sobre a previsibilidade das secas consultar GUERRA (1981) e AGUIAR (1984). A revista Veja, disse: "O estado do Ceará vive um surto de prosperidade, mas está muito longe de ser rico. Se por exemplo, o governo deixar de pagar os 20 dólares mensais aos 313.000 trabalhadores nas frentes de emergência da seca, um quarto da população passará fome". p. 90. Pergunta-se: sabendo que a cotação do dólar, na mesma semana, fechou em 245 Cruzeiros Reais, o que significa para esses trabalhadores na emergência receber por mês CR\$ 4.900,00 (32,62% do SM) ? "Passar fome" é literalmente não comer?

29. FREIRE , 1992.

30. CARVALHO , 1985 a : 19 - 26.

31. LOUREIRO , 1987 : 99. "Em outras palavras, enquanto o trabalho se torna coletivo pela determinação do capital, a apropriação de seus resultados pode permanecer privada, definida pelo montante individual de capital investido, que se delimita a quota-parte e, portanto, o excedente de cada um". p 101. Na obra citada está o aprofundamento do que é a pequena burguesia agrária.

32. IDEM : 99.

33. IBDEM : 131.

34. CARVALHO , 1985 : 6.

35. CAMPOS et KHAN , 1992 : 18.

36. CAMPOS et al , :

37. FERREIRA , 1984 : 147

38. SANTOS , 1986 : 17.

39. IDEM : 18.

40. IBDEM : 176.

41. COSTA , 1984 : 115

42. Consultar IECC, 1991.

43. IPEA , 1993 : 5 - sgs.
44. Até 1993 o turismo sexual em Fortaleza, capital da dita ilha da prosperidade, não tinha sua existência "assumida" pelo Governo do Estado, pelo menos em diversas declarações na imprensa local. Em conversas com turistas ouvimos declarações "elogiando o frescor e juventude provados". Basta um pesquisador e/ou curioso circular na noite de Fortaleza que poderá ver, ou comprar, a prostituição infantil. É só conferir !!
45. SANTANA , 1993 : 21
46. IDEM : 24.
47. CEARÁ.IDACE , 1991. É relatório/memória de atuação do órgão estadual de terras entre 1987 a início de 1991. Ressalte-se que é o único documento em toda a história do órgão que diz um pouco da realidade fundiária no Ceará. Os dados coletados estão "esquecidos" numa saleta na sede do IDACE. Quando são obtidas as áreas médias nas microregiões e dentro de cada estrato, nota-se concentração de terra, por exemplo nos Sertões de Canindé: enquanto que a área média da microregião é 163,98 ha, nos estratos (além de áreas médias em cada estrato) vê-se diferença entre o estrato observado (5,58 ha, 208,37 ha e 2.574,75 ha, a exemplo) e a média total da microregião. Fica evidente também concentração de terra quando se olha todo o estado do Ceará. Ver anexo .
48. CEARÁ.IPLANCE , 1991.
49. LEMOS et ROSA , 1993 : 24.
50. Sobre PROTERRA/FUNTERRA, Projeto Ceará, consultar MIRAD.INCRA, 1985.
51. FAO/Relatório Projeto BRA/87/022, 1992. Foram avaliados no País 440 assentamentos através de uma amostra de 44. Dos 162 projetos de assentamento no Nordeste, com 19.169 famílias, foram pesquisados em amostra de 16 assentamentos, com 243 famílias pesquisadas. Dos 3,7 salários mínimos para o Brasil, assim se apresentaram as diversas regiões: Centro-Oeste 3,85; Nordeste 2,33; Sudeste 4,13; Sul 5,62.
52. IDEM : 11.
53. IBDEM : 11.
54. Op. Cit , 21. Ainda sobre a ocorrência de não-migração, diz relatório: "...apesar de inúmeras carências, um número considerável de beneficiários originais, tem preferido ficar na terra a migrar para as cidades".
55. Ao final de julho de 1993 ocorreu acampamento na Avenida Bezerra de Menezes, em Fortaleza, no qual estavam assentados de Vitória.
56. ABRA. Artigo primeiro, parágrafo segundo, dos seus estatutos. Conferir revistas de tal associação.
57. GRZYBOWSKI , 1987:46.
58. MST , 1991: 147
59. ALVES , 1988 : 57.
60. IDEM : 66
61. SANDRONI , 1980 : 29

62. IDEM : 27.
63. LIMA, 1979 . 20 - 21. Além de Lima, os fatos são resgatados por AGUIAR (1982). Uma boa síntese pode ser encontrada em MAIA (1992).
64. ENGELS , 1981 : 66
65. IDEM : 73.
66. IBDEM : 78.
67. ANDRADE , 1980 : 107
68. Com respeito aos conceitos e práticas das experiências de coletivização ver MST, 1991 : 119 - 127. Literatura mínima, que confronta pontos de vista sobre práticas de cooperação pode ser resumida em MANÉVITCH (1985), BELOUSSOV (1984), BENSON (1963), GRIFFITHS (1961), PRADO JR (1976) e SHANIN (1990).
69. SARAIVA (1981), além de demonstrar que cooperativas no Brasil são verdadeiramente Sociedades Anônimas, indica possibilidades de um "cooperativismo diferente".
70. SCHENEIDER, 1981 : 31.
71. CONTINI et al , 1991 : 170.
72. SILVA et SILVA, 1991 : 77.
73. MST, 1991 : 6.
74. IDEM : 7.
75. SANTANA , 1993a : 13.
76. IDEM ; 15.
77. IBDEM : 13.
78. Op. Cit : 15.
79. MIRAD.INCRA , 1985 : 2.
80. IDEM : 3
81. IBDEM : 3.
82. Consultar MARX (1985).
83. Consultar LEPSCH , 1983.
84. RADAMBRASIL, 1981 : 620.
85. DUQUE , 1973. Sobre as classes de terras consultar pág. 171.
86. IDEM : 136. Sobre a administração de terras no semi-árido consultar também Duque entre as págs. 160 e 172.
87. IBDEM : 144. Os grifos não estão no original
88. Op. Cit : 152.
89. Op. Cit : 153.
90. Op. Cit : 153.
91. Tivemos a sorte de executar tal levantamento quando estáva-

mos no IDACE. Os parceiros de Monte Castelo nos ofereceram oportunidade de melhor conhecer um parcelamento. Agradeço aqui outras oportunidades com eles e esta aqui comentada.

92. VIANNA , 1990.

93. FRANCO , 1991 : 73. A autora tece suas considerações a partir de ZIMMERMANN (1989), que estudou um evidente caso de parcelamento, mesmo que sob a aparência da cooperação.

94. IDEM : 73.

95. CARVALHO , 1983 : 9.

96. IDEM : 10.

97. IBDEM : 10.

98. Op. Cit : 10 - sgs.

99. Op. Cit : 11.

100. ABRA , 1993 , apresenta o que dizem.

101. STÉDILLE , 1993 : 45. Como apresenta os cinco desafios na luta por uma "Reforma Agrária de caráter popular e socialista", em síntese: primeiro, massificar e criar formas de luta pela Reforma Agrária e pela terra; o segundo é que a Reforma Agrária não mais ser "... apenas um projeto particular dos sem-terra mas, necessariamente, da classe trabalhadora como um todo"; terceiro, ampliar tal aliança e serem sensibilizados amplos setores da sociedade "... para perceberem justamente esse caráter da Reforma Agrária, que não é apenas resolver problemas de terra para pobres, mas, mais do isso, significa amplas mudanças estruturais do ponto vista econômico, social e político na nossa sociedade"; o quarto é a obtenção de maior organicidade: "... a questão da luta pela Reforma Agrária é uma questão que exige dos movimentos sociais uma organicidade muito maior, uma capacidade de organização superior a que nós estávamos acostumados..."; o quinto desafio é a formação de quadros, entendidos como: "... pessoas capacitadas e com uma ideologia revolucionária, que consigam colocar os conhecimentos científicos que já existem à disposição da sociedade, a serviço da classe trabalhadora- seja nas Universidades, seja no campo agrônômico, seja em todos os aspectos que envolvem a produção nas áreas conquistadas, seja no campo político, da propaganda e também da habilidade de lidar com as alianças". Cf p 43-44.

102. SILVA , 1993 : 27.

103. CARVALHO , 1993 : 41.

104. Conferir CARCANHOLO , 1991.

105. CARCANHOLO , 1991 : 184.

106. IDEM : 184.

107. IBDEM, 187.

108. Op Cit : 188.

109. Op Cit : 191.

CAPÍTULO III- A CONQUISTA DO NOVO

1. INTRODUÇÃO

O MST diz que a plenitude de um processo de cooperação, visto como o "jeito de organizar a produção através da divisão social do trabalho", é alcançada na Cooperativa de Produção Agropecuária- CPA. Concordando ainda que assentamento é uma retaguarda econômica de sobrevivência no capitalismo, apresentaremos um cotejamento entre os indicadores de cooperação daquele Movimento, lembrando que não é buscada uma mera transposição de um modelo apresentado. Serão aceitos treze pontos propostos pelo MST como referência de instalação de uma CPA plenamente coletiva, como meio de aferirmos qualitativamente o processo de assentamento.¹

Para tanto faremos o esforço de abstrair do mundo do capital- não nos preocuparemos aprioristicamente com as mercadorias- atentando para o fato de que as que se encontram no mercado constituem condições permanentes do processo de produção e reprodução capitalistas.

Abstrairemos, portanto, que a fazenda Vitória está comprando e vendendo mercadorias, atentando para as críticas feitas por MARX a Smith com respeito à precedência de se estudar as mercadorias antes de qualquer enfoque à circulação:

"A mercadoria de que trata A. Smith é, de início, capital-mercadoria (que abrange mais-valia, além do valor-capital consumido na produção de mercadoria), sendo portanto produzida por capitalista, resultando do processo de produção capitalista. Tal processo deveria ter sido analisado previamente e por conseguinte também o processo nele implícito de gerar mais-valia e de produzir valor. Uma vez que este por sua vez tem pressuposto a circulação das mercadorias, sua caracterização exige uma análise independente e prévia da mercadoria"²

Seguindo a indicação, veremos como se constituiu o Assentado de Vitória, que resiste ao flagelamento em terras conquistadas.

Veremos que a luta pela terra caracteriza a primeira fase do assentamento.

Três momentos constituem a fase segunda, a "de assentamento":

o primeiro, no qual é montada a estrutura fundamental de resistência à seca e quando o governo do Estado atua favoravelmente ao assentamento; o segundo, no qual os assentados garantem com sua força coletiva de trabalho aquela infraestrutura e quando o Estado afasta-se do processo; e o terceiro, quando os assentados apresentam-se numa CPA parcialmente coletiva, ao mesmo tempo que apresentam-se não-flagelizados. É o apogeu da resistência nas terras conquistadas

Tais momentos, entre 1988 e 1993, apresentam ainda o desenvolvimento da tensão entre explorações individuais e comuns, sendo que esse desenvolvimento leva o acionamento feito pelo capital das explorações individuais a se transformar em acionamento de explorações auxiliares, feito pela constituição da cooperação ainda não plena.³

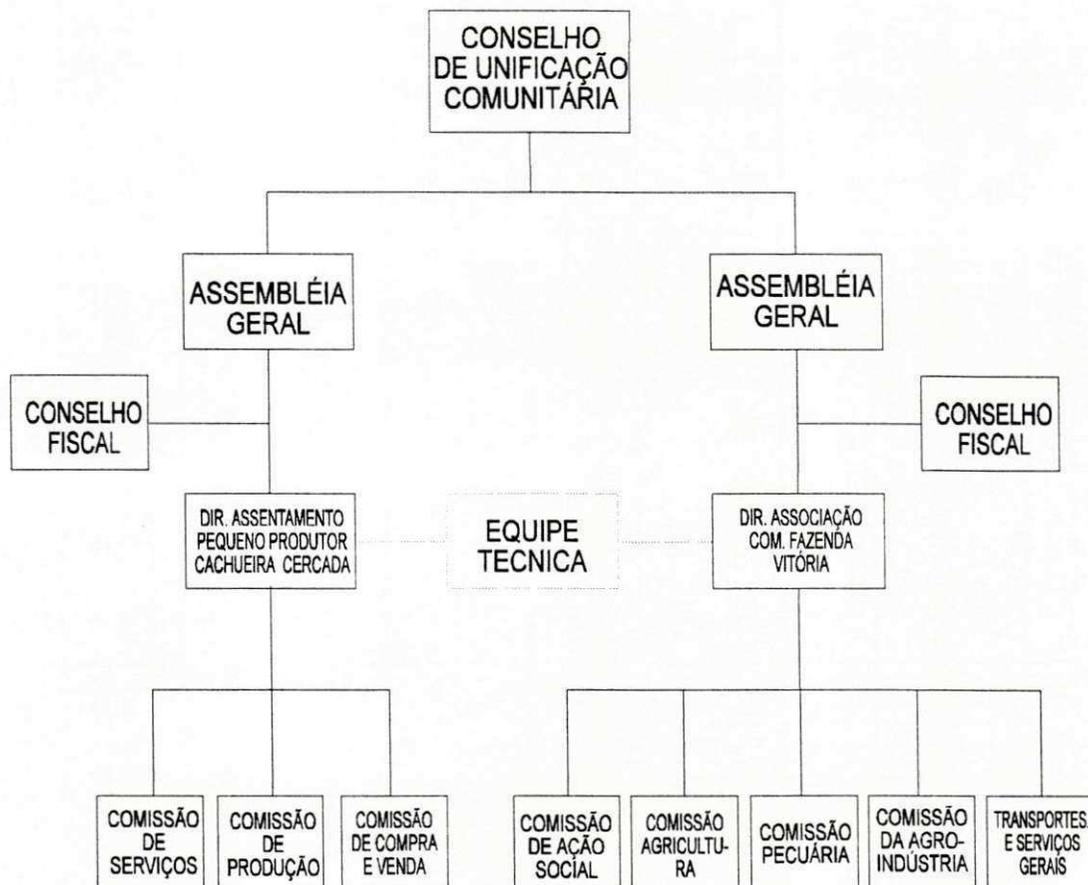
Entrando com os assentados nas terras que conquistaram, os acompanhando na construção de sua história, entra-se no lugar onde os meios de produção não apresentam-se como propriedade privada e onde ainda poderia estar escrito na entrada da fazenda: terras liberadas para construção do novo, para construção da cooperação da produção no semi-árido.

2. A FAZENDA VITÓRIA

2.1. Duas associações

Estão na fazenda Vitória sessenta e sete famílias, que a adminis-
tram conforme organograma seguinte:

FAZENDA VITÓRIA ORGANOGRAMA DE ADMINISTRAÇÃO



Parte da constituição do assentamento pode ser assim descrita:

A ocupação das terras iniciou pela comunidade de Cachoeira

Cercada em 1946 através de cinco famílias. Bandeira Velha começou a ser ocupada em 1954 por quatro outras. A área estava sob domínio do Sr. Antonio Umbelino que exigia das famílias trabalharem dois dias por semana e que toda a produção de milho, feijão e algodão fosse comercializada com ele. ⁴

Entre 1965 e 1977 a fazenda era administrada pelo Sr. Juraci Sabino, que era sobrinho de Umbelino. Este passou a cobrar novo sistema de renda: quando o representante do proprietário brocava e cercava a área a renda cobrada era de 50 % da produção; se o trabalhador recebesse a terra virgem para explorar era cobrada outra renda, de cada cinco partes ele tinha direito a uma, de 5/1.

Em 1977 Juraci conduziu até a área um oficial de justiça com a finalidade de inibir os trabalhadores e forçá-los a assinar um contrato de moradores novos na área, tendo estes se recusado a assinar tal contrato.

Após a morte de Umbelino, dos seus 17 herdeiros, 15 venderam sua herança ao Sr. Joaquim Magalhães, que no período de 1977 a 1979 passou a cobrar dos trabalhadores renda de 5/1, sobre toda a produção.

Em decorrência da seca, em ano de 1979 no programa de emergência do Grupo Executivo de Socorro às Calamidades Públicas- GESCAP, que estabelecia o sistema de contrapartida a ser paga pelo patrão (o Governo do Estado pagava 80% e o patrão 20%), Magalhães negou-se a pagar referida contrapartida e exigiu que os trabalhadores pagassem a mesma. Os trabalhadores não aceitaram a imposição do proprietário e levaram a questão para o Sindicato de Trabalhadores Rurais- STR de Canindé e para a Federação dos Trabalhadores na Agricultura do Estado do Ceará- FETRAECE.

Com a fazenda em questão o proprietário arrendou pasto para o Sr. Valdetário Alencar criar gado por um período de quatro anos, a partir de 1979. O arrendatário, então, convocou todos os moradores para uma reunião, na qual estabeleceu novas condições :

- a. Renda de 5/1 sobre toda a produção;
- b. Que toda a madeira das brocas que servisse para caibro, ripa, linha, etc., era dele. A que servisse para construção de cerca seria para cercar a propriedade. A de lenha era para ser posta numa estrada, que passa por dentro da fazenda, para que o seu "carro" pegasse para depois ser vendida, sendo que o

dinheiro seria dividido em duas partes: para o arrendatário e a outra para os trabalhadores.

c. Propôs ainda que assinassem contrato de moradores novos na área.

Como os trabalhadores não aceitaram as condições impostas, foi marcada uma nova reunião. Um dia antes da data marcada o arrendatário conduz a polícia para prender no imóvel dois trabalhadores, os quais foram obrigados a depor na delegacia de polícia de Canindé. A partir de então agudiza-se o conflito, com a resistência das duas comunidades. Vinte e seis famílias abandonam as terras e outras se submetem às exigências do arrendatário. Outros resistem.

Em 1984, Alencar troca 11 hectares da fazenda por 55 do Sr. Joaquim João, que tinha terras ao sul das terras em questão, voltando-lhe a diferença em dinheiro. Em seguida a "nova área" é registrada no cartório de imóveis com 1.853 hectares. Daí em diante o proprietário intensifica perseguição aos líderes do movimento de resistência.

Deste momento em diante o STR de Itaira oferece apoio maciço aos trabalhadores, ao mesmo tempo que são presos por seis vezes. As primeiras prisões foram feitas de forma individualizada; com o acirramento do conflito, quando as intimações de prisão chegavam nas comunidades para os líderes, todas as famílias compareciam apresentando-se na condição de presos, na delegacia.

Somente em 1985 o órgão de terras do Estado (Instituto de Terras do Ceará- ITERCE) inicia trabalhos, que resultaram em 1987 na desapropriação de 55 hectares e arrecadação de outros 3.319,4 como terras devolutas e imissão de posse pelo Governo do Estado em 21 de dezembro deste mesmo ano.

Após seis meses de imissão de posse, Juraci entrou com processo administrativo no agora Instituto de Desenvolvimento Agrário do Ceará- IDACE, provando serem as terras do já criado Assentamento Vitória propriedade particular e não terras devolutas, argumento que sustentara juridicamente a desapropriação e arrecadação sumária. No processo solicita indenização das terras, bem como das benfeitorias construídas pelo espólio de Umbelino. Em 1989 o IDACE, após demarches administrativas e batalhas jurídicas, resolve a questão, estando

presentemente o imóvel livre de qualquer agravo em seus limites

Atentemos um pouco para a história de Vitória

Já no momento de luta pela terra o trabalho nos roçados de grupos familiares dava-se com participação de 16 famílias em Cachoeira Cercada e 30 em Bandeira, sendo que nesta foi adotado o sistema de trabalharem duas horas por dia em cada roçado.

Em 1984 é criada uma associação em Cachoeira e no ano seguinte a de Bandeira. Após a imissão de posse, as duas associações fundem-se para representar todo o Projeto de Assentamento, que em vias estava de ser criado, no mês de dezembro de 1987.

Em 1988, no mês de fevereiro, é feita a seleção básica dos assentados- dentre as setenta e três famílias existentes na fazenda-, a qual foi fiscalizada pelo Presidente do STR de Itatira e por um Delegado do STR de Canindé.

Os critérios estabelecidos foram os do INCRA, que foram somados aos seguintes dos "assentados": o selecionado deveria ser trabalhador rural e morar na terra, ser ainda trabalhador que lutara pela posse da terra, e ainda ter "responsabilidade."

Em abril o assentamento foi batizado de VITÓRIA, e em 29 de maio é fundada a Associação dos Assentados da Fazenda Vitória (que foi formalizada em 28 de junho de 1988 - DOE número 14.848). Até abril do ano seguinte esta associação foi composta por membros das duas comunidades e era responsável pela fazenda frente o Governo do Estado, e quando do recebimento de crédito e demais recursos fazia o repasse para cada uma das "bandas" do assentamento.

Em 13 de abril de 1988 é publicado estatuto da Associação Comunitária dos Pequenos Produtores da Cachoeira Cercada (DOE número 15.045), mostrando isso que duas histórias estavam se constituindo na fazenda que fora conquistada. ⁵

Em 1994, a associação de Cachoeira conta com 21 associados e reúne-se de quinze em quinze dias aos domingos. A de Vitória reúne sua assembléia no primeiro domingo de cada mês e conta com 46 sócios.

Não obstante o relatado, vejamos a constituição do assentamento numa fazenda inserida no semi-árido e, sobretudo, sob o ponto de vista que seu movimento mostra a constituição do Assentado.

2.2. No semi-árido

Localização Geográfica

Tendo como base fotografias aéreas e folhas da SUDENE, é situada nas coordenadas geográficas 4°30' a sul e 39°00' W de Greenwich, semi-árido. (ver mapas/folha em anexo) ⁶

Clima

Distribui-se de modo uniforme, sendo típico da região semi-árida.

Os dados de chuva correspondentes indicam média de 678,8 mm, com trimestre mais seco nos meses de setembro e novembro, cabendo aos meses de março e abril os registros de maior concentração de precipitações pluviométricas. Quanto a distribuição regional, o clima avaliado segundo Köppen é tropical quente de seca acentuada com estação seca longa. Sobre quantitativos de chuva ver anexo.

Vegetação

O tipo de vegetação característica é de caatinga hiperxerófila, a qual se distribui em todas as formas de relevo, sendo conveniente observar a utilização intensa que provoca modificações profundas na fitofisionomia e tendo associação estreita com os processos de degradação ambiental. Importante salientar que a lavoura na caatinga deve ser feita respeitando o seu clímax de estabilização, porque permite a recuperação da fertilidade do solo.

Recursos Hídricos

O sistema hidrográfico é formado por riachos e córregos temporários com regime associado à distribuição das chuvas. Os açudes possuem espelhos d'água entre 5,0 e 23,0 hectares.

Relevo

É movimentado com altitude média de 400 m caracterizando-se por ação erosiva intensa, com predomínio de intemperismo físico, em condições

de clima semi-árido. As faixas aluviais, constituídas por sedimentos fluviais recentes, restringem-se a trechos predominantemente planos e pouco expressivos.

Águas para irrigação

As águas do Açude Novo foram classificadas como C_1S_1 , ou seja, são de baixa salinidade e baixos teores de sódio, podendo ser usadas em qualquer solo e com pouca possibilidade de salinização e/ou sodificação. As do Açude do Machado - "do sabonete" - foram classificadas como C_2S_1 , tendo salinidade média e o seu uso é limitado a solos com boa drenagem e para culturas moderadamente tolerantes a sais. ⁷

2.3. Usos possíveis das terras

Foi adiantado no capítulo II que para fazer agricultura no semi-árido é fundamental atentar para o que indica a natureza física. Com isso, possibilidades de uso da fazenda Vitória é buscar resistir e/ou conviver com possibilidade sempre presente de agudização das condições naturais, pois a fazenda é suscetível passar pelo fenômeno climático da seca.

Um loteamento (parcelamento) significa ficarem trabalhadores rurais submetidos a produzir em terras que potencializam a semiaridez. Ilustrando: um parceleiro buscaria localizar-se em lote junto dos açudes ou riachos; ou nas situações de relevo que possibilitariam acúmulo de água; ou nas manchas de terra menos suscetíveis a erosão; ou ainda onde a caatinga oferece melhores condições de criatório resistente à seca. Tudo isso buscando um lote com boa situação para moradia, além de ter tal lote terras diversificadas para cultivos e pousio, com fertilidade melhor possível. Não sendo o loteamento disponível *in totum* para o parceleiro, por conseqüência o mesmo iria se diferenciar dos demais - dado que parcelamento implica outros lotes. ⁸

Outra possibilidade para parceleiros seria não imputar para cada um diferenciação, não ocorrer desprivilégio frente ao clima e as terras, sobretudo com respeito a águas, relevo e vegetação, onde todos correriam os mesmos riscos se utilizassem os potenciais oferecidos pelas terras da fazenda. Sob este ponto de vista a fazenda necessariamente poderia ser vista como de um único parceleiro, portanto vista como um único lote controlado por um único parceleiro.

Esta possibilidade implica - tratando especificamente das

condições naturais - aceitar a possibilidade das terras da fazenda oferecerem possíveis usos levando em conta solos diferentes. Vejamos, com mais detalhes, como apresentam-se as terras da fazenda, no quadro seguinte.

QUADRO 22
FAZENDA VITÓRIA

EXTENSÃO E DISTRIBUIÇÃO PERCENTUAL DAS CLASSES DE CAPACIDADE DE USO EM RELAÇÃO À ÁREA TOTAL E RECOMENDAÇÃO DE USO

Classe da capacidade de uso	Extensão (ha)	Participação relativa (%)	Área Equivalente	Recomendação de uso
IIIec	206	6,2	74,16	No período chuvoso plantio de culturas de ciclo curto como feijão, milho e mandioca. Cultura do sistema radicular bem desenvolvido para captação de umidade nas camadas mais profundas, tais como fruteiras.
IVes	874	26,6	188,78	Utilizar com culturas perenes, pastagens e reflorestamento. Culturas anuais, desde que obedecidas práticas conservacionistas. Melhor uso será com pecuária.
Vlec	330	10,0	25,41	Imprópria para culturas anuais. Pode ser usada com cultivos permanentes, pastagens e reflorestamento. Práticas conservacionistas devem ser usadas rigorosamente.
Vles	1.016	31,0	78,23	Apresenta restrições para uso agrícola. Utilizar com pastagens e pasto adaptado às condições locais. Reflorestamento com espécies nativas para a produção de cerca/lenha.
VIsa	300	9,1	23,10	Recomenda-se o seu uso com pastagens e pasto nativo selecionados.
VIIes	501	15,3	23,04	Imprópria para culturas anuais e mesmo para certas culturas permanentes. Utilização com pastoreio e produção de madeira com restrições
VIIles	24	0,7	0,64	Imprópria para qualquer cultivo
SUB-TOTAL	3.251	98,9	413,36	-
ESPELHO D'ÁGUA	23,4	0,7	-	-
TOTAL	3.274,4	99,6	413,36	-

FONTE: CEARÁ. FUNCEME, 1990 e ASSENTAMENTO VITÓRIA, 1992

A fazenda não apresenta uma única classe de solo. Das seis existentes, nenhuma é de classe I ou II, ou seja, nenhuma apresenta potencial pleno de uso para qualquer cultivo sem restrição maior de uso. Vê-se ainda que as terras servem para cultivos de ciclo curto, cultivos perenes e impróprias para cultivos anuais. Vê-se restrições ao uso com agricultura, outras são próprias somente para pasto nativo e outras impróprias para qualquer uso agrícola.

O que significaria lotear a fazenda?

Executar um loteamento significaria proibir parceleiros de algumas capacidades de uso, para outros risco maior frente ao clima, e para outros impossibilidade de qualquer cultivo, além de que alguns lotes situaríam-se junto às águas dos riachos e açudes, enquanto que outros distantes delas. No momento da escassez de chuvas alguns parceleiros ainda conseguiriam produzir, outros sustentar gado e outros bem menos. Em lotes perto das águas produziriam- uns mais, outros menos-, outros teriam somente água para rebanhos, outros somente irrigariam pastagens, e outros nem uma coisa nem outra porque as terras eram impróprias para qualquer uso.

Outra possibilidade de um loteamento seria fazer uma ponderação entre cada lote- com frações proporcionais à cada classe de solo- para que cada parceleiro se apropriasse de um lote indiferenciado: a fazenda teria que ser transformada em franjas de solos aportadas uma à uma, além de que os parceleiros teriam que esperar que chuvas acontecessem em toda a fazenda por igual em quantidade, tempo, hora, etc. Sabe-se, no entanto, que a natureza ainda não fez tais franjas de solo, nem "manda" água em equipamentos e no sistema de "irrigação" conforme foi agora idealizado. ⁹

Sendo a fazenda controlada por um "único parceleiro", portanto indivisa, controlando este as seis classes de solo apresentadas, ficaria de posse o mesmo de todas as diferenças com respeito ao clima e potencial de uso das terras, como que coletivizando para si a natureza.

A fazenda é suscetível passar pelo fenômeno físico de seca. Um loteamento das terras- um parcelamento- significaria ficarem agricultores submetidos cada um a produzir em terras que menos impusessem a potencialização das condições do semi-árido. Ilustrativo seria dizer que um parceleiro buscaria situar-se junto dos açudes ou riachos, ou nas depressões dos

relevos para futuro acúmulo de água, ou nos lotes que menos fossem suscetíveis à erosão, ou ainda onde a caatinga oferecesse melhores condições para criatório. Outra opção para os possíveis parceleiros seria não imputar uma diferenciação frente ao clima: não ocorrer privilégio com respeito a água, relevo, vegetação, etc., onde todos correriam riscos iguais; esta opção seria não ser feito o parcelamento, significaria que todos (ao mesmo tempo) explorassem todas as terras.

Tomar a opção alentada, sendo o conjunto de parceleiros um único parceleiro, leva a não formação de lotes.

Uma outra possibilidade seria pensar cada parcela aceitando diferenciação com respeito à natureza. Na idéia, a decisão aceita que cada parceleiro iria ao mercado colocar seus produtos, ou a possibilidade de que cada parceleiro iria cooperar com outros para tal. A idéia aceitaria concorrência entre os parceleiros. A opção pensada leva consigo a decisão de que cada parceleiro seria proprietário de um lote diferenciado em função das condições naturais, ou que o parcelamento aceita propriedade de terras que são diferentes.

O loteamento em Vitória apresentava possibilidade de diferenciação entre parceleiros, significando concorrência entre proprietários de lotes.

Não discutindo no presente momento como seria a administração da fazenda, nem como seriam organizados- por exemplo- currais, estábulos, silos, irrigação, etc., nem discutindo como cada lote potencializaria ou não as condições de cada classe de terra, pode ser dito que a fazenda Vitória era coletivizável ou apresentava uma natureza agroecológica coletivizável, ou ainda que existia a possibilidade de não ser o proprietário concorrente ou diferenciado em relação a si próprio, precisamente porque existia a possibilidade desse proprietário não parcelar suas terras.

Concordando com o MST que assentamento é ensaio de possibilidade histórica de reforma agrária, vejamos a fase de assentamento em Vitória. Antes, será vista a conquista da terra, ou melhor dizendo, como se dão as primeiras dores do nascimento da exploração coletiva na Fazenda Vitória.

3. RESISTÊNCIA COLETIVA : VENCENDO DESAFIOS

3.1. Proletários em luta

Até a conquista da terra as explorações feitas pelos posseiros se davam através de famílias, ocorrendo vez em quando mutirões e/ou trocas de dias de serviço, sendo que os cercados de cada grupo familiar eram bem delimitados e identificados nas comunidades de Cachoeira e Bandeira pelo nome de cada grupo; "eram os cercados dos M..., dos C..., dos P..., dos S..." etc, situados em áreas de terras de classe IV ou VI - nas "capoeiras", que são terras mais próprias para pecuária-, e muito raramente nas terras de classe III - na "chapada" ou no "arisco". Os cercados, em terras que precariamente tinham condição natural para cultivo alimentar, não ultrapassavam o limite aproximado de cinco hectares por cada família que formava o grupo, consumando áreas aproximadas de vinte hectares por grupo. O restante das terras era reservado para o criatório de gado feito pelo proprietário ou pelo arrendatário.

Dez grupos familiares tinham esses cercados permitidos, onde algumas famílias criavam algum gado em quantidades mínimas.

Com a intensificação da luta, conforme adiantado, mutirões entre os P... e os M... (por exemplo) indo ao cercado dos C... , passam a ser mais frequentes, ao mesmo tempo que dois roçados são tocados por todos os grupos em luta: um primeiro situado nas proximidades do agrupamento de moradia de Cachoeira e outro pelas "bandas" do Mato Grosso. Em ambos os roçados foram feitas cercas sendo que, agora, além das cercas dos grupos familiares, passaram a existir cercas do conjunto dos grupos familiares. A partir daí agudizou-se o conflito, que é caracterizado pelo momento relatado da assinatura de contrato novo, de arrendamento.

A resistência na terra feita pelos futuros assentados, no momento que conquistam mais dois roçados em terras (manchas) de classe III, e com a particularidade de serem "comunitários", foi mais ameaçada com a queima das cercas de alguns roçados, com exceção de um com aproximadamente vinte e cinco hectares, além de que o gado do arrendatário iria para os novos dois roçados. Imperativo este imperfeito: nem o gado entrou nas novas áreas ocupadas, nem todas as cercas foram queimadas.

Retornemos um pouco na história dos assentados da Fazenda

Vitória.

Desde 1946 as famílias não tinham o controle do uso das terras da *fazenda*. Desde aquele ano perambulavam em roçados que eram concedidos, bem como quando do agravamento da semiaridez tornavam-se **cassacos** nas frentes de emergência. ¹⁰

Mesmo antes de 1946, a condição de sem-terra já se dava com os que hoje são assentados. O quadro seguinte ilustra a origem dos que tiveram permissão para entrar na terra, ressaltando ainda que os que eram de Itatira e Canindé não são nativos das terras que hoje fazem o assentamento.

QUADRO 24
FAZENDA VITÓRIA
ORIGEM DAS FAMÍLIAS QUE CONQUISTARAM TERRA

MUNICÍPIO	NÚMERO	%
Itatira(1)	49	67,12
Quixeramobim	2	2,73
Canindé	16	21,91
Maranguape	1	1,36
Santa Quitéria	1	1,36
Monsenhor Tabosa	1	1,36
Caridade	1	1,36
Quixadá	1	1,36
Baturité	1	1,36
TOTAL	73	99,92

Fonte: Pesquisa Direta no Assentamento

(1) Até 1955 Itatira era distrito de Quixeramobim

"Foram os velhos mais antigos que viero do sacco, da serra e da lagoa do mato, junto com o fio pequeno, que entraro na terra. Num lembro se eram de Itatira os outros; só sei que em 58 chegou outros". ¹¹

"Alguns que entraram tinham fora um naco de terra"

Efetivada a grilagem das terras, o arrendatário teve em 1986/1987 imposição feita pela natureza à sua "poupança" que pastava nas suas terras:

necessariamente tinha que salvar na seca verde - seca que somente produz pasto - o seu gado. Necessário era ter toda a forragem na forma de resto de cultura. Necessário era ter livres todas as terras que lhe pertencia. Imperativo era garantir que seu gado não fosse atingido pelo fenômeno climático. Imperativo era, para o proprietário, manter o seu gado. Sua poupança não podia ser flagelada.

Seguramente o dono do gado, e das terras, não iria às frentes de emergência (como não o foi), "pois não cabe a quem tem terra suficiente para o gado ser flagelado, ir para a emergência". Cabe aos "seus moradores" esta função (como assim sucedeu), porque a emergência garante a reprodução de somente sua força-de-trabalho.

A condição de sem terra também é ilustrada na queima das cercas: por uma lado - pelo lado do fazendeiro - a busca de garantir roçados na forma de restos de cultura subtraindo estas dos posseiros é, ao mesmo tempo, a efetiva condição de quem é a terra, por outro.

No momento que os trabalhadores entram na emergência afastando-se da terra - da produção -, formalmente e realmente o uso e controle das terras da fazenda é condição somente para o proprietário, quer fosse grileiro ou não. Migrar da terra, vender força-de-trabalho submetendo-se ao GESCAP, ou até mesmo ao proprietário nas mesmas terras da fazenda, é condição do flagelado. Isso cabe a quem não tem terra.

Assim, o dono das terras (que ainda são precariamente cercadas), propõe novas condições em 1987 aos grupos familiares, que visam atingir restos de cultura que giram em quase duzentos hectares, para que pasto extra seja liberado no momento de uma seca. Em surgindo resistência, como aconteceu, a solução encontrada pelo dono da terra foi usar de violência contra quem resistiu. Para cada grupo familiar que tem seu roçado ameaçado, a solução encontrada foi continuar resistindo junto com outros grupos familiares.

Do ano de 1987, na seca verde, sobressaem dois fatos: enquanto o gado do proprietário alimenta-se dos restos de cultura de alguns roçados individuais, os sem terra garantem alimentação nos roçados comunitários e complementam sua reprodução (mesmo minimamente) na emergência. Vale lembrar que os pequenos criatórios individuais escapam somente, ao mesmo tempo que o açude da fazenda abastece a casa sede e serve de *bebida* para o

gado do fazendeiro.

Como resultado da emergência - nas terras da futura Fazenda Vitória - fora de cada cercado individual, surgem três cisternas e uma casa-de-farinha. As cisternas são construídas junto do grupo de moradias do Bandeira, e a casa-de-farinha equidistante dos dois roçados e também perto do Bandeira. Naquele ano iniciava, ainda em luta, o assentamento.

Ao término do ano, no momento da conquista da terra, os posseiros contam com a possibilidade de produzirem numa fazenda que nunca fora parcelada e com a experiência a que foram submetidos pela condição de sem terra. Apresentava-se a fazenda com todas as suas diversas classes de solo, formando um corpo indiviso e ainda: as cercas dos cercados dos grupos familiares foram queimadas; além de que contavam com seus braços, sua força-de-trabalho.

Conquistada estava a possibilidade de não retornarem à condição de flagelados, pela luta e trabalho comuns; pela conquista da terra. Junto com a terra fora conquistada também a natureza de semiaridez daquelas terras, a qual aparecia como ameaçadora. Conquistada também, com tudo isso, estava a possibilidade de não serem mais flagelados frente a um patrão.

Assim, apresentava-se a possibilidade de um futuro no qual eles - assentados - teriam que conduzir as terras conquistadas como dono e trabalhador, e com algumas lições tiradas:

A primeira era de que nos roçados da luta não foram somente as famílias, ou grupos familiares, que estavam produzindo. Não eram os M..., os P..., ou os C.... Era um conjunto de membros de cada família do grupo que produzia nos roçados, ou seja, os trabalhos nos roçados davam-se com uma força-de-trabalho diferente da família ou do grupo familiar bem diferente do "cercado".

"Eu tinha vontade de ir ajudar, mas meu filho ia e eu ficavam em casa cuidando da casa ou do nosso cercado".

"Alguns ficavam vigiando o roçado comunitário. Uma vez era os mais velhos, outras vez era os mais novo".

"Sempre tinha alguém de cada família: um jovem dos P..., dos M..., ou um mais velho. Sempre tinha, alguém de todos"

A segunda lição mostrava uma produtividade nova:

"A gente unido no roçado rendia mais".

"Oitenta pessoas trabalhando junto dá muito mais trabalho. A união é maior".

Neste sentido, a produtividade do trabalho estava ligada à produtividade da luta:

"Num dia era feita a tarefa e ficava o resto da semana para o cercado ou para tocá a luta".

Terceira lição: não lotear, parcelar a terra.

"Se a gente tava trabalhando junto, tava lutando junto, como nós podia retalhar o roçado?"

"Se retalhasse o roçado o Valdetário pegava nós. A gente ia prá terra pior e se serava na luta".

Que estava ligada à terra conquistada e até então indivisa:

"Retalhar a terra era acabar com o pouco que nós tinha conseguido: terra, força, braço e até pouca água".

"Quando ganhemo a terra, conquistemo a luta do trabalho de todo mundo numa terra que não era prá dividir".

3.2. Segundo desafio : Iniciar a resistência na produção

A fase de assentamento, segunda na constituição dos assentados, inicia pela montagem de uma estrutura mínima na fazenda. Aproveitado o apoio dado pelo Estado, os assentados garantem estrutura que seria fundamental para resistência ao flagelamento.

Mas como agiram as 73 famílias ?

Dado que nosso recorte de estudo abstrai de como foi o papel do Estado, continuemos na fazenda que foi batizada de VITÓRIA:

"As terras era para plantar e criar. O patrão criava, e mais alguns sócio, e nós, plantava. Num dava prá fazer outra coisa"

"Se a gente dividisse, C..., uns ia ficá com terra de arisco e outros até com lageiro. Outros ia ficá com terra sem água"

Utilizando recursos do Programa de Crédito Especial para Reforma

Agrária- PROCERA os assentados incentivaram pequenos plantios comuns e estabilizaram plantios individuais, os quais foram limitados pelos assentados a quantidades que cada família (e não grupo de família) poderia conduzir, "conforme os braços de cada família". Mesmo assim, o somatório de áreas individuais em 1988 foi maior que o das áreas em comum

Com respeito ao gado - bovino, ovino e caprino -, com o crédito recebido incentivaram rebanho coletivo: um limite máximo de criatório foi estabelecido, sendo que aqueles assentados que cuidavam de gado "de fora" entregaram para os donos, além de que não houve recebimento de crédito para compra de gado individualmente. Foram compradas matrizes de bovino e ovinos em comum, sendo liberado o criatório de porcos e aves de fundo de quintal, que não é cercado.

Vale destacar, ainda, que na seleção feita para saber quem seria *posseiro*, alguns pontos eram fundamentais.

Primeiro: que a seleção indicaria aqueles que receberiam os "projetos", indicaria quem teria parte no patrimônio a ser montado, quer para pagamento, quer "a fundo perdido". Assim, a condição de *posseiro* - condição de assentado - era condição que passou a significar participação no patrimônio que era valorada pela contribuição com trabalho coletivo.

Segundo: planejamento da fazenda levaria em conta o anterior, bem como a manutenção na terra dos associados - *posseiros/assentados* - participantes ou não do patrimônio.

Terceiro: os créditos, os projetos, os investimentos enfim, seriam para montar uma **fazenda**; seriam para montar um patrimônio comum.

Quarto: as propostas anteriores teriam que garantir primeiro a subsistência e, em seguida, excedentes para comercialização.

Quinto: a montagem da fazenda, a construção do assentamento, não poderia esquecer que a terra conquistada está sob risco de seca. "A seca é coisa da natureza".

Sexto: aceitar ser votado para assentado era aceitar os itens anteriores, além de que nenhum candidato poderia ter terra individualmente, ter comércio, deveria ter "bons costumes", e ainda não querer ser "patrão" dentro da fazenda.

Assim iniciaram a fase de assentamento, controlando a estrutura que fora conquistada e que é apresentada a seguir.

QUADRO 25
ASSENTAMENTO VITÓRIA
INFRA-ESTRUTURA - CONQUISTA DA TERRA

DISCRIMINAÇÃO	QUANTIDADE
Terra	-
Estábulo	1 (um)
Curral	1 (um)
Aprisco	1 (um)
Açude	2 (dois)
Cercas	-
Armazém	1 (um)
Garagem	1 (uma)
Mata Nativa	-
Pasto Nativo	-
Casa Sede	1 (uma)
casa-de-farinha	1 (uma)

Fonte: Pesquisa Direta no Assentamento

3.2.1. Não parcelando a terra.

Os cultivos alimentares foram feitos nas terras de "arisco" e da "chapada", terras classificadas como de classe III, até então presas com o patrão. Não foram feitas cercas de divisão de pastos e quase foram raleadas boas quantidades de pasto nativo. Diz-se quase porque, apesar de terem "cumprido" o que foi indicado pela assistência técnica, as podas no pasto nativo não surtiram resultados satisfatórios. Assim também se deu com um plantio projetado com uma leguminosa (a leucena).

"Ralear o pasto é bom. Só que o corte das plantas foi feito errado".

"Nóis aprendemo: se a gente vai fazer agora o (r)valeamento do pasto, nós vai saber fazer".

"Também a gente sabe fazer as mudas. A muda (de leucena) tem

que ser feita diferente".

"Também a terra para leucena é aquela terra perto do serrote (terras de classe IV e VI); e não as melhores terras".

Não obstante o fracasso deste pasto "moderno", é montada a fazenda com uma importante aquisição: o açude novo. Marco importante na constituição do assentamento, o açude, que teve seu lugar - locação frente às águas e possibilidade de armazenamento - escolhido pelos assentados, é marco na divisão das histórias de Cachoeira e Bandeira/Mato Grosso:

Em 1988 todas as famílias que lutaram juntas buscavam construir um único assentamento formado pelas duas comunidades. Afinal juntas lutaram e conquistaram a terra, ao mesmo tempo que o IDACE incentivou um único assentamento.

"Nós sabíamos que dois assentamentos eram risco para Cachoeira. Suas condições de terra e recursos hídricos eram desfavoráveis para os vinte e três de lá". (Técnico do IDACE)

Pelo que se apresenta, tanto pela vontade do IDACE quanto pela vontade dos assentados, era de se esperar que hoje um só assentamento fosse fato. Afinal, Estado e assentados assim o queriam. Entretanto, duas histórias constituíram-se :

Mesmo entrando juntas na luta, a seleção feita pelos assentados mostrou que os de Cachoeira votaram em si, e os de Bandeira/Mato Grosso assim o fazem. Vinte e três votos aparecem quando são votados os de Cachoeira, e quarenta e seis votos aparecem quando são votados os de Bandeira/Mato Grosso. (ver anexo Folha de Votação)

Até com a tentativa de unificação via crédito, efetivamente cada lado da fazenda faz o seu projeto. ¹²

No momento que se apresentou a possibilidade de ser construído açude também em Cachoeira, sua opção se dá pelo cercamento do perímetro da fazenda, isto no seu lado.

Estes fatos mostram duas histórias diferentes, que estão ligadas ao que foi adiantado quando do momento da luta: o apoio dado pelos sindicatos de Itatira e Canindé (base territorial onde se localiza Cachoeira), junto do apoio dado

por uma "liderança" política, que também era presidente da então CEPA, que foi dado à Cachoeira. Se de um lado o grileiro era diretor técnico do então ITERCE, de outro explicitamente o presidente da CEPA apoiava moralmente somente os de Cachoeira. Os sindicatos ficavam ao lado dos "posseiros", sendo que aproximados de técnicos de dentro do IDACE e INCRA, que não se aproximavam do presidente da referida Comissão de Planejamento.¹³

Esta diferença no meio do Estado, sendo que à época da luta os "reformistas" não eram hegemônicos, levou com que os de Cachoeira fossem menos atingidos pelo grileiro e *couver* de Diretor Técnico do ITERCE.¹⁴ Os ataques às cercas, prisões e espancamentos, são coincidentemente quase raros em Cachoeira. Assim, já na luta, as condições de fragilidade de ambas as comunidades, no momento que efetivamente fazem proletárias as famílias, as fazem diferentes: os de Cachoeira enfrentam a luta relativamente mais amenamente, enquanto que os de Bandeira lutam de forma mais contundente. A luta dos de Cachoeira não tem o Estado como principal oponente, ao mesmo tempo que a luta dos de Bandeira/Mato Grosso é "amenizada" não pela ação de um técnico ou "autoridade" do Governo do Estado, sim pela ação dos STR's de Itatira e Canindé.

Com isso, ao definir-se Cachoeira pela cercas- declaradamente incentivadas por segmentos ligados ao agora ex-presidente da CEPA-, define-se em não aceitar água em seu lado.

"O Erivan, que é amigo do Mossclair, disse que o governo não ia deixar nós muito tempo na Vitória. Disse, e nós quisemos, que melhor era garantir o cerco da terra, era para garantir a nossa terra." (Trabalhador de Cachoeira)

Saindo agora da divisa entre Cachoeira e Bandeira, a qual consubstancia-se em duas associações, vê-se que caminho próprio instala-se definitivamente na história dos quarenta e quatro que hoje não vão às frentes de emergência através de "pedidos" a políticos e/ou técnico, lembrando que Cachoeira assim o faz, além de que Vitória fornece água do Açude Novo para seus companheiros de Cachoeira.

Vale salientar, sobre o que fez com que nos aprofundássemos no caso de Vitória:

a. Além de suas expressões, que nos indicaram como um fenômeno de não flagelamento;

b. Cachoeira apresenta, mesmo não estando em frentes de emergência fora da terra, flagelizados os assentados, ao tentarem trocar o açude que esperam construir, por algumas horas de trator com o Prefeito de Canindé, submetida esta construção ao controle de tal "líder":

"Ele (o prefeito) prometeu a gente a construção do nosso açude. Sem ele nós morre de fome ou vai prá Canindé. Ele disse que nós trabalhasse dois dias na emergência que dava as horas de trator". (Trabalhador de Cachoeira)

Continuemos com o segundo desafio de Vitória:

Em 1988 aconteceu um bom inverno. Choveu suficiente para encher os açudes e as chuvas foram nos momentos para plantio. Neste ano o Açude Novo sangrou. "Era a primeira vez que a gente trabalhava no coletivo".

Com os bons resultados da produção na agricultura e com os rebanhos se multiplicando, foi feita a primeira divisão dos produtos do trabalho: "Aqueles que trabalharam dez, ganharam dez. Quem trabalhou quinze, ganhou quinze".

Neste ano os assentados constataram que das diárias programadas e recebidas em comum, sobrara parte dos recursos das diversas fontes. Mesmo pagando diárias reguladas entre si acima do salário mínimo e trabalhando com turnos não superiores aos estipulados e cuidando dos plantios individuais, estavam surgindo muitas diárias para o coletivo feito no assentamento. Agora, com as comissões de trabalho estabelecidas e o controle da execução do planejado, esta poupança não programada (e surgida no banco) estava à disposição dos assentados. Um trator e um caminhão foram adquiridos com estes recursos próprios - recursos do trabalho coletivo -, além de que foi feita a recuperação de um armazém, de uma garagem, bem como construíram a estrada interna que leva ao Açude Novo, e concluíram:

"Do jeito que a gente tava fazendo a fazenda, era esse nosso caminho".

QUADRO 26
ASSENTAMENTO VITÓRIA
INFRA-ESTRUTURA - 1988

POR ORIGEM DE RECURSOS E USO PELOS ASSENTADOS

DISCRIMINAÇÃO	Origem	Quantidade
Terra	Luta/IDACE	3.274 ha
Cultivos Alimentares	PROCERA	130 ha
Criatórios	PROCERA	--
Brete	PROCERA	1 (um)
Pasto Melhorado	PROCERA	50 ha
Leucena	PROCERA	1 ha
Máquinas e Equipamentos	PROCERA	*
Açude Novo	CEPA/PPP	1(um)
Armazém	CEPA/PPP	1(um)
Prédio de Bodega	CEPA/PPP	1(um)
Recuperação de Armazém	Assentados	1(uma)
Recuperação de Garagem	Assentados	1(uma)
Estrada interna	Assentados	2 km

Fonte: Pesquisa Direta no Assentamento

() Máquina forrageira, dois motores AR 16, motor A 50, debulhador de feijão, debulhador de grãos BE 40, Trator MF 235, arado, grade, carreta, balança 399 kg, quatro cultivadores tração animal, plantadeira tração animal, uma carroça, povilhadeira, quatro pulverizadores costais, além de machados foices e facões.*

3.2.2. Amplia-se a cooperação.

As aquisições mais importantes, feitas com as "sobras de diárias" que estavam no banco, em 1988, ocorreram no momento que o assentamento ainda não completara a safra deste ano, ou seja: tais investimentos foram feitos não com o relacionamento do assentamento com o mercado de produtos. Lição fundamental: "Guardamos feijão, milho e farinha. O carro (o caminhão) e o jericó (o trator), e os consertos, fizemos com o dinheiro que sobrou no banco"

Em 1989 os assentados decidem ampliar os cultivos coletivos. "É de lá que sai nossa garantia". Neste ano a quantidade de terras cultivadas coletivamente foi maior que a quantidade de terras cultivadas individualmente.

As máquinas e equipamentos coletivos foram utilizados pelos assentados também individualmente, mediante pagamento feito à associação.

O armazenamento dos produtos dos roçados coletivos foi feito nos armazéns da associação e dos produtos individuais feito na casa de cada assentado. A comercialização da produção coletiva realizou-se através da associação.

É reproduzida também a divisão dos produtos coletivos. Cada assentado recebe proporcionalmente à quantidade de trabalho que dera ao coletivo com uma nova moeda para medir o valor do patrimônio, dos produtos e até mesmo para indenização de dois selecionados que não se adaptaram ao processo que se instalara: diárias, que correspondem ao turno de aproximadamente oito horas dadas até às 14 horas porque, após esta hora, raramente existe trabalho coletivo em Vitória.

Neste mesmo ano, o último de inverno regular e coincidentemente o último que o Estado atua favoravelmente aos assentados, surgem também sobras de trabalho coletivo. Também, neste ano, são obtidos ganhos de comercialização pela espera de preços de feijão, milho e mandioca (farinha). 1989 foi o ano que os assentados montam um horta junto do açude da fazenda e constroem um parque - mesmo simples - de vaquejada.

Em 22 de dezembro - num dia inteiro de muito sol e calor humano -, homens, mulheres, jovens e crianças comemoram pela primeira vez - e até aqui a única - a conquista da terra. Neste dia ocorreu vaquejada, missa, almoço, torneio de futebol e um forró, iluminado pelo luar do sertão.

Além disso, outras condições apresentavam-se: a união obtida durante a luta, prática nos roçados "da luta", vontade de mostrar que a luta não fora em vão e, sobretudo, quarenta e quatro famílias com vontade de trabalhar.

Ressalte-se que as explorações individuais não foram erradicadas.

Foi com a presença delas que a cooperação em Vitória se constituiu, sendo agora tais explorações auxiliares à cooperação, ou fazendo parte da cooperação.

Neste momento, duas medidas foram tomadas: uma que limitou a quantidade de cada área individual e outra que limitava a quantidade de gados. Ficou acertado que não existiriam cercas, quer para os roçados ou quer para os criatórios. Assim, a individualização do uso da terra é agora mais restrita, pela não possibilidade de cercar terras individualmente. Vale lembrar, também, que

ainda não existiam cercas dos pastos (as "mangas"), os quais passaram a ser utilizados pelos rebanhos individuais e comuns.

Outra medida - acessória às demais - foi a que obrigou cada assentado, que tinha (cuidava) gado "de fora", entregar referido gado, ou seja, foi permitido o criatório individual sendo que limitado à quantidade que cada "um pudesse cuidar".

Em 1989 a cooperação é ampliada. O quadro seguinte apresenta síntese da infra-estrutura então obtida.

QUADRO 27
ASSENTAMENTO VITÓRIA
INFRA-ESTRUTURA - 1989
POR ORIGEM DE RECURSOS E USO PELOS ASSENTADOS

DISCRIMINAÇÃO Origem	Quantidade	
Bodega	CEPA/PPP	1(uma)
Mini-posto agrícola	CEPA/PPP	1(um)
Peixamento	IDACE/DNOCS	7.200 alevinos
Equipamento de irrigação	SRH	1 KIT
Horta	Assentados	1 ha
Parque de Vaquejada	Assentados	1(um)

Fonte: Pesquisa Direta no Assentamento

3.3. Terceiro desafio : garantir o conquistado

3.3.1. Na presença do Estado

Nesta nossa reconstituição do assentamento Vitória, a resistência ao flagelamento - foco principal de nossa observação - é constituída pelos assentados, atores principais desta história. No entanto entra em cena, como parte da constituição do assentamento, o Estado atuando em alguns momentos como variável importante.

Dado que não é nosso objetivo presente aprofundarmos como o Estado atua na constituição dos assentados, vejamos, mesmo assim, como se apresentam as ações do Governo do Estado, a guisa de apresentar-mos detalhes iniciais de parte da totalidade de Vitória.

Mas o que vem a ser o Estado?

ENGELS mostra que a entrada da civilização na cena da história se dá com o nascimento do Estado, produto este da produção e da vida imediata, e conceitua.

"É antes um produto da sociedade, quando esta chega a um determinado grau de desenvolvimento; é a confissão de que essa sociedade se enredou numa irremediável contradição consigo mesma e está dividida por antagonismos irreconciliáveis que não consegue conjurar".¹⁵

Lembrando que existem especificidades no Ceará, a presença do Estado é, segundo ENGELS, "organismo para proteção dos que possuem contra os que não possuem". Portanto, o Estado não é neutro frente tais antagonismos não estando nem fora, nem acima deles.

"Mas para que esses antagonismos, essas classes com interesses econômicos colidentes não se devorem e não consumam a sociedade numa luta estéril, torna-se necessário um poder colocado aparentemente por cima da sociedade, chamado a amortecer o choque e a mantê-lo dentro dos limites da *ordem*. Este poder, nascido da sociedade, mas posto acima dela e distanciando-se cada vez mais, é o Estado".¹⁶

Estudando a intervenção estatal no Nordeste do Brasil, enfocando como age o Estado frente a seca, AGUIAR estudou o desempenho das funções do Estado através da execução periódica de ações, que chama de paliativas, e são materializadas nas frentes de emergência. Quando adentra no estudo encontra uma "instabilidade" em parte substancial dos trabalhadores que estão na produção agrícola, os quais são "liberados" para as frentes de emergência em virtude da estrutura agrária e das relações de produção existentes, constituindo a massa dos "flagelados" presente em cada seca. A intervenção do Estado, no momento do flagelamento, não reveste-se de ação que contribua para solução definitiva do problema.

"Considerando-se que a seca provoca o desnudamento da situação nordestina, agravando-a não se constituindo um problema propriamente dito, é possível chegar à conclusão de que os serviços do governo empreendidos nos momentos de estiagem não contribuem de fato para a solução a que se propõem".¹⁷

Neste sentido, mudanças que ocorrem no campo sem que transformações ocorram na estrutura da sociedade - como num processo de reforma agrária - são patrocinados pelo Estado buscando viabilizar a produção, no sentido de manutenção da reprodução capitalista.

Estudando, a "reforma agrária" ocorrida no Ceará no período de 1987 a 1989, no curso do PRRACE, MARTINS encontra o Estado agindo favoravelmente aos trabalhadores criando novas estruturas administrativas e mecanismos de integração entre o governo e os trabalhadores, implementando metodologia que buscava incorporar reivindicações e necessidades dos trabalhadores e alocando recursos financeiros e humanos para formar ou recuperar a capacidade dos assentamentos, numa articulação clara entre o Governo do Estado e o INCRA.

Como fundamental desta ação diferente do Estado no período, estava o incentivo à implantação dos assentamentos coletivos.

"As experiências de assentamento em construção, no Ceará, se aproximam mais do modelo de reforma agrária que tem como ponto central a evolução da posse socializada dos meios de produção, através da incorporação das práticas anteriores de cooperação dos trabalhadores, de apoio a formas associativas de trabalho, produção e propriedade da terra, da aquisição de bens indivisíveis (trator, açude, caminhão, engenho, bodega, entre outros), e da gestão coletiva dos meios de produção".¹⁸

De 1990 a 1993 o Estado abandona sua favorabilidade à "reforma agrária" - mostrando isso que estava sendo vivenciada uma reestruturação agrária no Ceará - tanto a nível federal, quanto a nível estadual.

Recomendando que está em Martins o aprofundamento do período 1987 a 1989 - período mais rico e único dessa diferente ação do Estado - sinalizemos um pouco com o desapoio ocorrido nos últimos três anos, para que possamos ver o assentamento Vitória vencendo o terceiro desafio: garantir sua estrutura de resistência ao flagelamento, na presença de um ente que antes mostrara-se como "amigo" e que agora mostrava-se antagonicamente diferente.

No âmbito do Governo Federal pode ser visto que os assentamentos são revistos enquanto organizados coletivamente, depois os créditos do PROCERA são suspensos e, em terceiro lugar, a nova política do INCRA é de promoção de parcelamentos.

Na órbita estadual, numa "coincidência" com a política federal apresenta-se também a face contra-assentamento, sendo que mais forte, quando desestrutura o corpo de apoio até então existente (GERA) e que fora montado no período estudado por Martins.

Inflexão no INCRA, sobretudo com a revisão da política

coletivista, pode ser ilustrada com propostas da "nova" política de assentamento, assim resumida:

"Assim, a concessão de áreas ao trabalhador rural, que dela realmente necessita e demonstre interesse em explorá-la racionalmente,...., será massivamente implementada, observando-se módulos rurais compatíveis com a capacidade de exploração do beneficiário...".¹⁹

Mais à frente, quando considerações finais são feitas, fica explícito que a geração de emprego e a produção buscadas caminhariam (como sucedeu) "induzindo o aproveitamento racional da propriedade rural, ou o seu parcelamento, formando novos proprietários..."²⁰

A desestruturação do GERA - que conduzia o processo diferente de reestruturação agrária -, em 1990, pela substituição de técnicos que representavam no grupo diversas instituições governamentais e pelo desprivilegiamento explícito de seu sentido, foram a pá-de-cal no processo que transcorria, ocorrendo coincidentemente com a ascensão do Superintendente do INCRA no Ceará, com sua nova política de atuação. "Naquele ano o GERA se desestruturava efetivamente: quase todos os seus membros foram substituídos, não mais foram aprovados projetos e o trabalho se desfez". (Técnico do Governo do Estado).

O relatório do IDACE, referente a suas atividades entre 1987 início de 1991, assinado por alguns técnicos que teimaram em fazê-lo, mostra, dias antes da saída destes técnicos dos seus cargos, qual a política até então seguida na autarquia - quando é comentada a regularização de terras -, e as constatações frente a do INCRA que se instalara, sabendo os mesmos que era semelhante a que estava se instalando no IDACE:

"A regularização fundiária, no entanto, no Plano Nacional e no Plano Regional de Reforma Agrária, funciona como atividade complementar, razão porque o IDACE não promoveu até o momento nenhuma titulação nestes moldes. A preocupação maior do órgão, com base em estudos promovidos pelo DTO, foi discutir com os beneficiários as formas ou modelos alternativos que reordenasse a estrutura fundiária vigente..."²¹

"Vale também destacar que a premissa de que a titulação é condição 'sine qua non' para o acesso a terra, ao crédito e ao desenvolvimento sócio-econômico dos ocupantes, é considerada inconsistente pelo DTO e por consequência para o IDACE, haja visto que à quantidade de força de trabalho familiar disponível cabe uma relação de absorção desta por um espaço físico compatível, sem a qual inviabilizada está esta forma de exploração, trazendo o endividamento progressivo dos ocupantes, o empobrecimento ainda mais dos mesmos, a inevitável perda da terra, a perda de sua condição de camponês, e sua consequente

transformação em assalariado rural, em proletário urbano ou em um emigrante rural".²²

As passagens ilustram que até então, ou no período comentado, no meio do Estado havia o entendimento de que o parcelamento de terra - visto como repetição da regularização - não era política implantada ou recomendada.

Sintomático da coincidência entre a política federal e estadual, pode ser notado quando o mesmo relatório tece considerações sobre a realidade que era vivenciada:

"O descompasso administrativo (com reflexos nas diretrizes operacionais) no nível federal apresentado por vários ministros, superintendentes do INCRA; no nível estadual com mudanças de secretários, e no IDACE - com a mudança de algumas chefias-meio, acarretaram, como era previsível, ou a não celeridade de ações voltadas para os assentamentos ou (que é mais grave) o não avanço no desenvolvimento da participação social dos assentamentos".²³

Em função dessa realidade, na qual o Estado favorece reforma agrária, num período curto de dois anos que a mesma está sob a direção da esquerda de parte do "governo das mudanças" - como bem sintetizou BESERRA²⁴, e que num segundo período que vem desde 1990 até o presente, no qual o Estado age contra a reforma agrária, o assentamento Vitória é em 1990 abandonado à sua "sorte". Sorte essa que se dá exatamente quando agravam-se as condições de semiaridez no Ceará e quando o assentamento mostra que a produção em Vitória já é comparativamente melhor do que a do município de Itatira.²⁵ Ver Quadro seguinte.

QUADRO 28
COMPARATIVO ENTRE VITÓRIA E ITATIRA-1990

Discriminação	Itatira			Vitória		
	Quant.	Fam.(3)	Méd/fam	Quant.	Fam.	Med/fam
Agricultura	5.414 _(ha) (1)	2.610	2,07	156	44	3,54
Pecuária	18.960 _(cab) (2)	2.610	7,26	420	44	9,54

Fonte: De Itatira- IPLANCE, 1992

(1) Os dados de agricultura referentes a Itatira não levaram em conta culturas de arroz, banana, caju, coco da Bahia, laranja, mamão, e manga, que não eram produzidos em Vitória.

(2) Os dados de pecuária levaram em conta bovinos, ovinos e caprinos.

(3) Para estimar a quantidade de famílias aceitou-se a média encontrada nas 67 famílias da Fazenda Vitória: 06 pessoas/família.

É a partir de então, a partir do momento que Vitória se depara com um mínimo montado, que a resistência sedimenta-se com a presença definitiva da cooperação.

Vejamos como somente com a força-de-trabalho dos assentados e os meios de produção já unidos à ela, conseguem trabalhadores resistir ao flagelamento que se avizinhava.

3.3.2. Garantindo o conquistado

Em 1990 o assentamento recebe ainda apoio do Governo do Estado, cercas para a fazenda e um prédio para grupo escolar, que fora "conseguido no ano anterior ainda quando Eudoro era Secretário de Agricultura", significou, por um lado, cercar o perímetro da fazenda e serem feitas divisões de pastos; por outro a tentativa de melhorar a educação formal, visando com isso diminuir os índices de analfabetismo que dificultavam a sofisticada administração do assentamento.²⁸

Cercar o perímetro, além de garantir "fronteiras", significava a materialização do corpo único da fazenda já com uma infra-estrutura considerável.

A divisão dos pastos, além de fazer parte da infra-estrutura montada é, neste sentido, montagem de um melhor manejo dos gados ou o início deste manejo. Tal divisão avança substancialmente a capacidade de suporte dos rebanhos e caracteriza o controle coletivo das terras próprias para pecuária, determinando em definitivo o uso das terras para agricultura. Neste ano os assentados saem do sistema de produção semelhante ao do tempo do patrão, sistema no qual o uso das terras não leva em conta o seu potencial- levando em conta somente o controle da propriedade-, para manejar as diversas capacidades de uso das terras existentes na fazenda.

Neste ano, com os resultados da produção e também com algumas sobras de diárias das cercas e do grupo escolar, são feitos os plantios coletivos e recuperados um estábulo e um curral. Ver quadro 29

QUADRO 29
ASSENTAMENTO VITÓRIA
INFRA-ESTRUTURA - 1990
POR ORIGEM DOS RECURSOS E USO PELOS ASSENTADOS

DISCRIMINAÇÃO	Origem	Quantidade
Cercas novas	FDC	50 km
Grupo Escolar	FDC	1(um)
Recuperação de Estábulo	Assentados	1(uma)
Recuperação de Curral	Assentados	1(uma)
Gerador Elétrico	Prefeitura	1(um)

Fonte: Pesquisa Direta no Assentamento

Neste ano foi tomada a decisão que seriam reduzidos os animais de trabalho individuais, por dois motivos: um, que os referidos animais punham em risco os pastos, "os animais comiam a flor do pasto", pois o trator realizava serviços nas explorações individuais (sendo desnecessário utilizar animais para tanto), além de que o uso dos animais implicava utilização também de força-de-trabalho individual. Enfim, significava isso garantir pasto para as explorações individuais e as coletivas, assim como garantir maior liberação de mão-de-obra do individual para o coletivo.

As áreas de lavoura individual passaram a ser "liberadas" para o pastejo dos gados, ao mesmo tempo que isso ocorria com as coletivas. Sendo os rebanhos coletivos e individuais de propriedade do conjunto de assentados, junto de que todas as terras também o são, as explorações individuais passaram a auxiliar o gado coletivo, da mesma forma que os criatórios individuais eram auxiliados pelas explorações individuais e coletivas, assim como os rebanhos individuais pastavam nas terras comuns, eram vacinados, "campeados" e até mesmo melhorados pelo uso dos reprodutores (únicos na fazenda).

As casas-de-farinha do assentamento funcionaram no sistema de anotação do trabalho como um setor do assentamento, no qual as diárias dadas na agroindústria contabilizadas foram para o somatório da cota de TRABALHO DADO por cada assentado (TRABALHO RETRIBUÍVEL). Com respeito ao uso individual, foi estipulado que os sócios teriam abatimento de 75% e os "pequenos produtores" poderiam ter abatimento de 50%.

Neste ano os plantios de culturas anuais, vacinações e tratamentos dos gados, compra de óleo para motores, etc., foram feitos com os resultados da espera de preços da produção e ainda de algumas sobras de diária provenientes da construção das cercas. Neste ano o assentamento contava ainda com o recebimento da complementação do crédito PROCERA, o qual fora projetado para financiar investimentos coletivos e custeios coletivos e individuais nos anos de 1990 e 1991. No entanto, com o não-recebimento do PROCERA, o assentamento não materializou investimentos, nem custeou via crédito bancário a agricultura e a pecuária. Estes "créditos" foram os dos "cofres do assentamento".

Este fato mostra que, naquele momento, ainda quando o assentamento estruturava uma fazenda até então inexistente, fomos assentados forçados a assumir (auto)financiamento, assumindo papel que até então coubera ao Estado sendo que, entretanto, utilizando parte da riqueza que tinham até então conseguido formar. Junto disso, mostra ainda que o sistema de controle de gestão e a lei de retribuição pelo trabalho dado eram importantíssimos no assentamento: o sistema de controle garantia ao conjunto de assentados que o seu trabalho-mesmo agora "fiado"- seria retribuído, como assim o fora nos dois anos anteriores; a retribuição pelo trabalho dado garantia que mesmo sem "projeto" os assentados teriam suas diárias (seu trabalho, em essência) retribuídas "quando a produção chegasse".

Assim foi distribuído o produto do trabalho dentro de Vitória: de qualquer produto acabado, do milho, do feijão, da horta, da farinha, parte da produção foi entregue a cada assentado proporcionalmente a quantidade de diárias que cada um houvera contribuído nas diversas comissões (de cercas, de broca, no caminhão, no trator, no plantio, na colheita, na diretoria), ressaltando que a quantidade de diárias correspondeu às dadas pelo sócio da associação com mais de dezoito anos de idade e que aqueles com menos de dezoito anos não receberam retribuição em produto, dado que a "participação deles" ocorrera na forma de pagamento das diárias em dinheiro.

Uma segunda fração do produto ficou reservada para sementes, correspondendo aos cultivos coletivos do ano mais a ampliação dos mesmos. Uma terceira fração, que correspondeu aos produtos que esperariam preço do mercado, ficou armazenada.

Da produção pecuária, o leite e o abate, não ocorreu divisão proporcional ao trabalho dado. Durante o ano cada família de assentado "foi buscar no curral" em torno de 1,5 (um e meio) litro de leite por dia- sendo que as que moravam (e moram) no núcleo do Bandeira algumas vezes não compareceram devido "ser longe do curral"-, e as carnes de bovinos e ovinos foram também aritmeticamente divididas, ou seja, um garrote - por exemplo- tinha sua carne cortada em função do número 44 (quarenta e quatro) e entregue a cada família uma porção. O vaqueiro foi incentivado com uma porção maior dos produtos agrícolas.

Com respeito ao "produto" dos serviços como caminhão, trator e casa-de-farinha, este foi depositado em conta bancária junto da contribuição de cada sócio, a qual corresponde a uma *quanta* estipulada- geralmente por mês, uma diária-, indiferente de sua condição de posseiro/assentado, ou simplesmente sócio.

No ano seguinte (1991) processo semelhante de retribuição e distribuição foi repetido. No entanto foi dada maior atenção aos registros e controles, sobretudo sendo dada maior atenção à qualidade do trabalho, já que os assentados tiveram confirmado o desapoio do Estado e se apresentava a não-possibilidade de recebimento de PROCERA.

Toda poupança que o assentamento reservara em caderneta de poupança foi confiscada pelo Governo Federal pelo chamado plano Collor, ficando o caixa do assentamento praticamente à zero. A infra-estrutura que foi agregada ao assentamento, que poderia significar alguma sobra de diária pela produtividade coletiva, se deu sob a forma física, ou seja, a unidade de raspa de mandioca, os mini-silos, e o grupo escolar "entraram" no assentamento correspondendo somente a quantidade de material e o mínimo de diárias. Além disso iniciava o processo inflacionário que perdura até hoje, o qual também passou a devorar a bodega que fora montada em 1989.

Frente ao quadro, frente nenhum capital em banco, ao mesmo tempo que compras do que não produziam no assentamento tinham que ser feitas pela bodega; frente ainda uma safra que ainda não fora terminada, ao lado de um processo inflacionário que amplificava os custos no mercado, os assentados tiveram o ano de 1991 resumido ao fracasso da bodega e no não pagamento de diárias aos sócios de sua associação, fato que não tinha ocorrido no ano anterior.

Já em 1989, durante um curso patrocinado pelo PNUD/GERA que durou sete semanas no assentamento, constataram os assentados que a bodega montada estava diferente do assentamento: enquanto que a "fazenda" estava se dando em função do somatório de trabalho coletivo, a bodega fora montada à partir de um capital inicial diferenciado de alguns assentados, apesar de que prédio e equipamentos eram do coletivo, e a bodega estar prestando serviço para todos do assentamento. Assim, enquanto o assentamento estava se constituindo diferente da bodega, esta fora montada como que na contra-mão.

Em 1991 a bodega entra em "quebra". Mesmo com contabilidade sendo executada, dois problemas postaram-se e não eram vistos na contabilidade: o caixeiro cumpria turnos de trabalho que não correspondiam uma coincidência com os turnos de trabalho das comissões, sobretudo com aquelas mais ligadas à produção, acarretando compras feitas pelo conjunto dos assentados em momentos raros na bodega "do assentamento", ocorrendo compras pelos assentados em bodegas outras existentes na fazenda ou na circunvizinhança da mesma. Por outro lado o sistema de financiamento da bodega- vendas "em caderneta" durante um processo inflacionário- não levava em conta referido processo, passando a bodega a funcionar deficitariamente.

Como avaliam, hoje, os assentados tais fatos: montada sob o sistema de cotas-parte estava conduzindo o empreendimento à uma diferenciação interna em detrimento do próprio empreendimento o que, em suma, era uma diferenciação em detrimento de todo o assentamento. Ao mesmo tempo, tendo a bodega uma administração "própria", desconectada do assentamento, o conjunto de assentados estava perdendo o controle da bodega. Efetivamente a bodega não era um setor do assentamento, "o seu movimento não era o movimento dos assentados", como assim o eram trator, caminhão, casa de farinha, roças e o gado.

Em função disso e junto disso, a bodega, que não era do conjunto de assentados, concorria externamente e dentro do assentamento. Ambas as concorrências e os subsídios feitos pelo conjunto de assentados fizeram que a bodega falisse.

Face a isto, e face a "descapitalização", os assentados se flagelizaram? Vejamos um segundo instante de 1991.

Desde 1988 os assentados retribuem-se conforme o trabalho, sendo diárias unidade de troca com moral maior que dinheiro. Antes de 1991, dentro e nos arredores de Vitória, passou a ganhar *status* um equivalente que não se desvaloriza com flutuações de mercado e tendo correspondência direta com os produtos do assentamento, e visto neles como correspondência ao patrimônio dos assentados: o trabalho que contabilizado é como diárias, trabalho que na fazenda Vitória sempre é retribuído com produtos do assentamento, o Trabalho Necessário para produzir a RIQUEZA em Vitória.

No instante que estamos em observação, particularmente atentando para o episódio da bodega e do quadro apresentado, os assentados depararam-se com uma situação na qual tem o uso da terra conquistada, uma estrutura de produção e serviços que nenhum "pequeno produtor" tinha (ou tem) em volta da fazenda, crédito no banco- por terem pago o PROCERA-, e com tudo isso, ainda sua força-de-trabalho que mostrara "do que era capaz de construir". No entanto os produtos do assentamento ainda não estavam acabados e não produziam os assentados outros que necessitavam para subsistência, com o agravante de que a situação apresentada punha em risco de ser perdido tudo o que fora conquistado exemplarmente visto com a bodega.

O que foi feito: utilizaram os assentados o crédito que demonstrara construir riqueza, produtos, subsistência enfim. Utilizaram o crédito que tinham como diárias dadas na fazenda- junto aos bodegueiros, os quais sabiam que tais diárias seriam pagas quando resultados de produção ou outros projetos fossem aportados ao assentamento.

Agora nova situação se constituía. Por um lado os assentados tinham terra e um patrimônio que garantido era pelo trabalho, ao mesmo tempo que garantia crédito fora do assentamento; por outro lado, sua força-de-trabalho não estava sendo oferecida fora do assentamento, o que estava sendo oferecido em troca pela subsistência era um crédito obtido via força-de-trabalho operada no patrimônio DO CONJUNTO DE ASSENTADOS. Como desafio a vencer neste momento estava trabalhar no assentamento para garantir o que fora conquistado.

Fundamental para o entendimento deste momento do assentamento, está ainda o fato de que parte da subsistência foi obtida com produtos que estavam armazenados para espera de preços. Optaram os assentados em se dirigir ao mercado, significando, no entanto, diminuição de parte da riqueza

do assentamento. Outra parte da subsistência foi obtida com os bodegueiros de fora da fazenda, através de vales feitos com estes comerciantes sendo que não materializando compra antecipada da produção e em formação, a conhecida "compra na folha".

"A gente tava trabalhando sem receber. A gente tava anotando as diárias. Os bodegueiros sabiam que receberiam as diárias"

"Eles (os assentados) sempre pagam. A gente sabe que eles tem sempre diárias para receber do assentamento na fazenda. Também eles são ricos..." (Bodegueiro vizinho de Vitória)

Portanto, invisível aos olhos dos assentados e dos bodegueiros, porém visíveis nos produtos e na riqueza acumulada, o trabalho "do jeito do assentamento" garantiu o processo de assentamento. Entretanto, na emergência que foram submetidos os assentados, esta credibilidade assumida pelo assentamento enquanto constituição que estamos relatando foi, neste momento, a um custo muito alto: em não sendo pagas diárias aos sócios não assentados, ocorreu desengajamento destes ("sem receber pelas diárias o jovem se desinteressa"), junto de que as explorações auxiliares ganharam sobrefôlego, por terem garantido parte da subsistência.

Mesmo assim, encerra-se 1991 mostrando que são os setores coletivos que garantem o processo de assentamento. É das explorações coletivas de onde provém os estoques fundamentais de milho, feijão e mandioca, da horta, o leite e parte das carnes do gado, e de onde provém receitas de serviços como as do trator, do caminhão e da casa-de-farinha. Enfim, e fundamentalmente, é da cooperação onde diárias são contabilizadas e emergencialmente são crédito fora do assentamento, mesmo quando a seca apresentava-se, e que no ano seguinte iria se estabelecer definitivamente, para desafiar a tensão entre explorações individuais e coletivas feitas numa fazenda situada no semi-árido. A infraestrutura montada em 1991 é ilustrada a seguir.

QUADRO 30
ASSENTAMENTO VITÓRIA
INFRA-ESTRUTURA - 1991

POR ORIGEM DOS RECURSOS E USO PELOS ASSENTADOS

DISCRIMINAÇÃO	Origem	Quantidade
Unidade de Raspa de Mandioca	CEPA/PPP	1(uma)
Mini-silos	SEARA	45(quarenta e cinco)
Grupo Escolar	Prefeit. de Itatira	1(um)

Fonte: Pesquisa Direta no Assentamento

3.3.3. Apresenta-se a seca

Em 1992 perdura o quadro do ano anterior, sendo que quase nada é agregado ao assentamento via Estado. Continuam os assentados jogados à sua sorte. Sabem que a seca instalara-se: "alguns companheiros de fora começaram a vender seu gadim".

O que sucedeu com os assentados?

Antes de tudo não ocorreu ampliação das explorações individuais, significando acréscimo relativo das explorações coletivas, ao lado de que atentam mais acuradamente para o que indicava a terra que conquistaram.

Maior rigor foi dado na escolha de terras para plantios de culturas anuais sendo decidido que as terras da chapada e do arisco- as de classe III- seriam as que receberiam tais cultivos. Ao mesmo tempo dividiram "mangas" em terras mais apropriadas (classe IV e VI), sendo determinadas terras para gado solteiro- de engorda- e terras para plantio de capim. O manejo do gado foi direcionado para o não pastejamento do gado grande e a "miúnça", cuidando melhor da separação de terras entre aquelas para tais gados- terras de classe IV para gado grande, bovino; terras de classe VI para ovinos e caprinos, a miúnça. Junto disso foram construídas cercas para tais fins.

Transcorreu o ano sendo cumprido o estabelecido e tendo os assentados cuidados maiores com o uso das águas: o açude da fazenda (casa sede) passou a ter uso mais imediato porque "corria mais perigo de secar logo", e o açude novo foi quase que proibido. Em tal açude as águas foram utilizadas somente com irrigação, por ser de "melhor controle", e o açude do "sabonete"-

com volume de água entre o açude da fazenda e o açude novo - foi utilizado como "bebida para o gado".

Neste ano também foi feita divisão dos produtos, feita reserva de semente para o ano seguinte e armazenados produtos para comercialização. A produção coletiva do ano anterior garantiu que neste ano isso pudesse ser feito pelos assentados.

Transcorrendo um ano mostrando seca mais aguda para o ano seguinte, junto da possibilidade do recebimento de recursos do FNE recém instituído, foi aproveitado o planejamento feito em 1989 - com modificações concernentes a maior capacidade de suporte forrageiro-, entrando o assentamento na "briga" por crédito, assim inicialmente: durante um mês os assentados se reuniram na casa sede para montarem projeto de crédito, assessorados por dois técnicos do IDACE que neste momento estavam cedidos ao PNUD, e logo em seguida apresentaram documento ao BNB; isto no mês de outubro. Luta mesmo, a qual se consubstancia em inúmeras viagens à Fortaleza por que "o governo cometeu o crime de sunegar apoio a nós". Tramitou o projeto dos assentados no BNB até julho de 1993, e os assentados continuaram sua perigração no órgão de terra e outros do Governo do Estado também até este mês: "era difícil falar com os homens, mas a gente não se cansou... nós queria completar a nossa fazenda".

Assim desafiado estava o assentamento ao final de 1992. Após a prática inicial de cooperação, com a seca apresentando-se enquanto fenômeno climático, junto de que o apoio externo ao assentamento mostrava-se como aventura rumo a inimigos, não retornar à condição que os fizera assentados- paradoxalmente quando apresentam ao BNB proposta de crédito que nunca apresentariam enquanto flagelados das frentes de emergência- era o desafio que historicamente se constituía: superar o flagelamento, sendo possibilidade de ser flagelado !!

3.4. Vitória dos assentados

"Até hoje o produto domina o produtor; até hoje, toda a produção social é regulada, não segundo um plano elaborado coletivamente, mas por leis cegas, que atuam com a força dos elementos, em última instância, nas tempestades dos períodos de crise comercial".²⁷

É isso que sucede em Vitória ?

Reverendo 1987, ano de conquista da terra, vê-se que :

Embora a produção agrícola fosse fonte fundamental de renda das famílias que lutavam por terra, o trabalho assalariado já era realidade enquanto composição de tal renda. Mais ainda, ressalte-se, o trabalho assalariado temporário- nas frentes de emergência- era parte desta realidade, junto da obtenção de renda via outras fontes através de aposentadorias, doações e biscates. Portanto, em Vitória, existia nesse ano a presença de "alimentação" do exército industrial de reserva, consubstanciando a presença de operários na fazenda, manifestação do desenvolvimento em curso no estado do Ceará.

QUADRO 31
FAZENDA VITÓRIA
ORIGEM DA RENDA FAMILIAR - 1987

Fonte	Quantidade de famílias	% ⁽¹⁾
Produção Agrícola	67	94,36
Trabalho Assalariado	41	57,74
Temporário	31	43,66
Permanente	10	14,08
Outras	26	36,61

Fonte: Levantamentos DTO/IDACE, 1987

(1) Referente ao universo de 71 famílias pesquisadas em 1987

Operários livres em Vitória, ilustrados no quadro, mostram marcas de luta entre vendedores e compradores de força-de-trabalho, sendo a condição de flagelado oferecimento no leilão promovido naquele momento pelo Estado; leilão este substancialmente sintetizado por MARX:

"O operário livre,...., vende-se a si mesmo, pedaço a pedaço. Vende em leilão oito, dez, doze, quinze horas da sua vida, dia após dia, a quem melhor pagar, aos proprietários das matérias-primas, dos instrumentos de trabalho e dos meios de vida, isto é, aos capitalistas. O operário não pertence a nenhum proprietário nem está preso a nenhuma terra, mas a oito, dez, doze, quinze horas de sua vida diária pertencem a quem as compra. O operário, quando quer, deixa o capitalista para quem trabalha e o capitalista pode despedi-lo quando achar necessário, quando já não obtém lucros dele ou quando não lhe arranca o lucro que lhe esperava. Mas o operário, cujo único recurso é a venda da sua força de trabalho, não pode desligar-se dela de toda a classe de compradores, isto é, da

classe capitalista, sem renunciar a existência. Ele não pertence a este ou aquele patrão, mas à *classe capitalista* e compete-lhe a ele encontrar quem o queira, isto é, encontrar um comprador dentro dessa classe burguesa". ²⁸

Não sendo diferente em Bandeira / Mato Grosso, a presença de trabalho assalariado pode ser vista no quadro 32. A composição da renda das famílias através da emergência e outras fontes pode ser vista em anexo.

QUADRO 32
BANDEIRA/MATO GROSSO
ORIGEM DA RENDA FAMILIAR - 1987- (a)

Fonte	Quantidade	%(1)
Produção Agrícola	37	94,87
Trabalho Assalariado	19	48,71
Temporário	17	43,58
Permanente	2	5,12
Outras	12	30,76

Fonte: Levantamentos DTO/IDACE, 1987

(1) Referente ao universo de 39 famílias, pesquisadas em 1987

(a) Refere-se às que em 1993 estavam no assentamento Vitória, e que em 1987 foram pesquisadas.

Mesmo não sendo possível resgatar a especificidade de Bandeira / Mato Grosso, nota-se na fazenda a presença de diferenciação entre as famílias.

Naquele ano, na fazenda, dois grupos de famílias usavam a terra. O primeiro explorava a terra combinando agricultura e pecuária, e tendo as famílias criatórios ditos de fundo de quintal, enquanto que o segundo fazia somente agricultura e criatório de fundo de quintal.

Ressaltando que existiam somente o "açude da fazenda" e o do "sabonete", vimos que o grupo de famílias que fazia somente agricultura, utilizava quantidades de terra maiores que o outro, sendo que a média por família no grupo era abaixo da média no outro grupo. Não obstante sabermos que a média por família traz implícito o fato de algumas cultivarem maiores áreas de terra do que outras, essa diferenciação por tamanho é ainda agravada por não possuírem as famílias do grupo bovinos, caprinos e ovinos.

Em 1987, quando lutavam para conquistar terra, ao mesmo tempo

que buscavam as frentes de emergência como única saída para obtenção da sobrevivência, as famílias possuíam os instrumentos e equipamentos de trabalho apresentados a seguir.

QUADRO 33
FAZENDA VITÓRIA
INSTRUMENTOS E EQUIPAMENTOS DE TRABALHO - 1987

Discriminação	Quantidade	Famílias
<i>Instrumentos</i>		
Foice	131	68
Enxada	162	67
Machado	45	39
Chibanca	54	34
Facão	3	3
Pá	12	10
<i>Equipamentos</i>		
Pulverizador costal	3	3
Cultivador tração animal	16	16
Arreios	7	7
Selas	10	10
Cangalhas	29	25

Fonte: Levantamentos DTO/IDACE, 1987.

Fica evidente que somente algumas famílias possuíam "o prolongamento de seus braços", tais como machado, chibanca, facão, enxada, etc. Com respeito aos equipamentos, algumas estavam "melhores" que outras, haja visto que algumas famílias possuíam- por exemplo- cultivador a tração animal, outras possuíam arreios, outras selas e algumas possuíam cangalhas.

Em 1989, dois anos após a conquista da terra, os assentados fizeram o primeiro planejamento da fazenda conquistada, que foi materializado em projeto ao PROCERA.

Em 1992 um replanejamento, uma adequação daquele planejamento, em função de uma realidade nova- mais sofisticada- que então se apresenta, materializando sob a forma de projeto de crédito e que pode ser visto nos quadros seguintes, sendo adiantadas as inversões já existentes no assentamento.²⁹

QUADRO 34
ASSENTAMENTO VITÓRIA
INVERSÕES EXISTENTES - 1992

Discriminação	Unidade	Quantidade
Armazém de alvenaria	m2	66,50
Armazém de alvenaria	m2	48,00
Armazém de alvenaria	m2	48,00
Mini-posto de insumos agrícolas	m2	45,26
Casa-de-farinha	m2	100,00
Casa-de-farinha	m2	50,00
Brete de madeira	um	1,00
Aprisco de madeira	m2	100,00
Cerca de arame farpado 8 fios	Km	5,8
Cerca de arame farpado 9 fios	Km	8,5
Cerca de arame farpado 5 fios	Km	4,9
Cerca de arame farpado 6 fios	Km	2,2
Cerca de arame farpado 3 fios	Km	1,5
Cerca de arame farpado 5 fios	Km	9,0
Cerca de arame farpado 4 fios	Km	10,1
Cerca de faxina/lombo	Km	13,00
Curral de faxina	um	1,00
Máquina forrageira	uma	1,00
Motor	um	3,00
Debulhador de feijão	um	1,00
Debulhador de grãos	um	1,00
Trator	um	1,00
Caminhão(10 ton)	um	1,00
Automóvel	um	1,00
Balança (300 Kg)	uma	1,00
Balança balcão	uma	1,00
Cultivador tração animal	um	1,00
Grade(trator)	uma	1,00
Carreta (trator)	uma	1,00
Plantadeira tração animal	uma	1,00
Carroça tração animal	uma	1,00
Aplicador de formicida	um	1,00
Pulverizador costal	um	1,00
Carro de mão	um	1,00
Balde para leite	um	3,00
Povilhadeira	uma	1,00
Seringa/pistola	uma	1,00
Secador de raspa de mandioca	um	1,00
Depósito de raspa de mandioca	um	1,00
Rebanhos bovino e ovino(1)	-	-

Fonte: Pesquisa Direta no Assentamento / ASSENTAMENTO VITÓRIA, 1992.

(1) Ver quadro referente a 1993

QUADRO 35

ASSENTAMENTO VITÓRIA
PROJETO DE CRÉDITO
USO PROGRAMADO DAS TERRAS

Especificação	Uso (ha)	Anos									
		1	2	3	4	5	6	7	8	9	10 ss
ÁREAS INDIVIDUAIS	181,10	97	102	107	115	115	115	115	115	115	115
Milho + Feijão	123,00	92	92	92	92	92	92	92	92	92	92
Mandioca + Feijão	-	5	10	15	23	23	23	23	23	23	23
Mandioca + Milho	4,60	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Algodão + Mandioca + Feijão	2,00	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Algodão Herbáceo + Feijão	0,50	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Algodão Herbáceo	30,50	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Mandioca	18,50	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Milho	1,00	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Feijão	1,00	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
ÁREAS COLETIVAS	40,00	206	286	333	367	391	412	412	412	412	412
Milho + Feijão	31,00	40	50	60	70	80	100	100	100	100	100
Urucum + Feijão	-	5	8	10	15	15	15	15	15	15	15
Mandioca	9,00	10	20	30	40	50	50	50	50	50	50
Banana	-	2	4	6	8	10	10	10	10	10	10
Capim elefante	-	22	24	26	27	27	27	27	27	27	27
Palma forrageira	-	90	98	108	111	113	114	114	114	114	114
Pasto nativo + capim buffel	-	37	82	93	96	96	96	96	96	96	96
Pasto nativo rebaixado	-	18	41	47	48	48	48	48	48	48	48
Pasto nativo	336,50	74	163	187	193	193	193	193	193	193	193
Leucena	-	54	59	65	67	68	68	68	68	68	68
ÁREA DE PRESERVAÇÃO PERMANENTE											
(Reflorestamento)	10,00	10	15	20	30	50	100	200	300	400	514
Sabiá	-	10	15	20	30	50	100	200	300	400	514
ÁREA DE INFRA-ESTRUTURA E BENFEITORIAS	5,00	10	15	20	30	50	100	200	300	400	514
ÁREAS INAPTAS (Classe VIII)	24,00	24	24	24	24	24	24	24	24	24	24
ÁREA DE ROTAÇÃO DE CULTIVO	-	97	97	97	97	97	97	97	97	97	97
TOTAL	2.569										

Fonte: ASSENTAMENTO VITÓRIA, 1992

QUADRO 36
ASSENTAMENTO VITÓRIA
PROJETO DE CRÉDITO
INVERSÕES PROJETADAS E REINVERSÕES

Discriminação	Unidade	Quantidade
INVERSÕES		
Estábulo para 30 vacas	um	1,00
Curral	m2	200,00
Silo Trincheira	ton	30,00
Cerca de arame 9 fios	Km	2,00
Brete para contenção	um	1,00
Aprisco	m2	100,00
Ensiladeira	uma	1,00
Burdizzo	um	1,00
Pistola	uma	1,00
Silo metálico (220 kg)	um	393,00
Reprodutor bovino	um	4,00
Matriz bovina	uma	60,00
Reprodutor ovino	um	6,00
Matriz ovina	uma	55,00
REINVERSÕES		
Cerca de arame 5 fios	Km	4,90
Cerca de arame 9 fios	Km	8,50
Cerca de arame 8 fios	Km	9,00
Cultivador tração animal	um	1,00
Aplicador de formicida	um	1,00
Pulverizador costal	um	1,00
Carro de mão	um	1,00
Baldes para leite	um	3,00
Povilhadeira	uma	1,00

Fonte: Pesquisa Direta no Assentamento, com apoio ASSENTAMENTO VITÓRIA, 1992.

Neste projeto existe proposta de compra de sessenta matrizes bovinas e dois reprodutores, solicitação de crédito para comercialização, despesas com creche-escola, despesas com um posto de saúde; existe ainda solicitação de

crédito para pagamento de salários com um "assessor", com um técnico em agropecuária, com um contabilista, bem como despesas com deslocamentos e com material de escritório e com energia elétrica.

Cinco anos após a conquista da terra, precisamente quando mostra-se a fazenda conquistada dentro de uma seca, os assentados de Vitória materializam um plano que está em contínuo aperfeiçoamento- a partir de um original. Em 1993, ano que no estado do Ceará 350.000 famílias estavam nas frentes de emergência recebendo US\$ 20, os assentados de Vitória não se afastaram da terra conquistada.

Continuemos com a história destes assentados, observando agora o ano de 1993, para que possamos ter a matéria total de constituição dos mesmos e completar nosso olhar sobre o que historicamente se constituiu: ao mesmo tempo que flagelados esmolam por meio salário mínimo, assentados participam de festa para comemorar exploração coletiva de terra, com outros trabalhadores que não estão se vendendo nas frentes de emergência.³⁰

3.4.1. Sem flagelamento

Ao final de 1992 o assentamento contava com doze toneladas de grãos em estoque (três toneladas de feijão e nove de milho), cento e noventa e uma cabeças de gado bovino e outras cinqüenta e quatro de ovinos. O gado bovino individual somava cinqüenta e cinco cabeças e o ovino/caprino cento e duas cabeças. Recordando que este ano já se caracterizava como de seca, a área média por família era de 58 ha, a quantidade de bovinos por família era de quase 4,5 cabeças coletivas e menos de 1,5 individuais; a área média cultivada nas explorações coletivas foi de menos de 1 (um) hectare por família e a área média cultivada individualmente um pouco menos de quatro hectares por família.³¹

No início de 1993 trocaram caminhão que tinha capacidade de quatro toneladas por outro com capacidade de dez. Vislumbrando saída futura da seca, o caminhão foi usado neste ano como transporte de passageiros entre o assentamento e Canindé (principalmente) e com fretes de cargas. Essa troca de caminhão é executada utilizando parte da produção ainda estocada e com o descarte de trinta e cinco "gados". Até o mês de março "alguma esperança tinha de inverno". Deste mês em diante o caminhão passou a ser a fonte de renda do assentamento.

No final de março os assentados procuraram frente de emergência, sendo os deslocamentos feitos no caminhão. Este instante de março assim é visto pelos assentados:

"No momento que a gente se encontra em dificuldades a gente se reúne, conversa, e logo a gente encontra uma saída, encontra uma opção que a gente vença aquela dificuldade"

•

"Aonde vai a voz de muitos ali tem mais valia"

Porque

"Mesmo tendo tudo isso em mãos ainda não era o necessário para viver e vencer essa seca porque, por exemplo, se fosse pegar o gado e vender para comprar alimento (porque o que mais necessita é alimento) aí acabava o gado. Com que ia ser repostado esse gado?"

Pelas passagens pode ser visto que a "emergência" se caracterizou como garantia de não perder gado, a poupança viva. Neste sentido, esta mesma preocupação foi sentida, relembremos, pelo grileiro no tempo da luta que os assentados fizeram pela terra: a agudização da semiaridez pôs em risco a poupança constituída pelos assentados, preocupação esta que para os assentados era de garantirem o seu "capital". E como entra a frente de emergência no assentamento?

Os assentados, em comissão, compareceram diretamente ao gabinete do coordenador estadual da defesa civil e exigiram vagas para todos os assentados de Vitória exigindo ainda o controle das atividades pelo assentamento, "apontamento" feito pelos assentados e pagamento na casa sede da fazenda. Dificuldades para obtenção das vagas foram apresentadas pela autoridade governamental, entretanto foram contra-argumentadas assim: caso as vagas não fossem obtidas, o caminhão iria retornar no dia seguinte "cheio" de assentados. As vagas chegaram para Vitória. Daí em diante o assentamento passa a contar com duas fontes de recursos financeiros, o caminhão e a frente de emergência.

A utilização da "emergência", se deu fundamentalmente com a construção de cercas. O caminhão continuou sendo uma das "linhas" entre o município de Itatira e Canindé, além de pegar fretes. Além disso foi utilizado para

transportar assentados para o acampamento que ocorreu na sede do INCRA em abril e na Avenida Bezerra de Menezes, em julho, ambos em Fortaleza. O que dizem os assentados sobre a emergência: "Se fosse vender o caminhão para suprir a necessidade, aí depois com que ia ser comprado outro caminhão?".

Lembrando que as "necessidades" dos assentados eram supridas também com os créditos nas bodegas, bem como com "alguma caça" na fazenda, com a distribuição de leite que continuou ainda a ser feita- sendo reduzida a quantidade para meio litro diário-, com carnes bovina e ovina ainda distribuídas, além da produção de cultivos alimentares do açude novo. Este açude, junto do outro do "sabonete", foi o suporte hídrico da fazenda neste ano da dita maior seca do século no estado do Ceará.

Vejamos como se deu a utilização das águas do assentamento, enfocando esta utilização como parte do não-flagelamento que estamos a reconstituir.

3.4.2. Apogeu do assentamento

Em abril, definitivamente caracterizada a seca, instante complementar se constitui na história dos assentados de Vitória. Algumas medidas foram executadas.

O gado - coletivo e individual- pastaria nas mangas em torno do açude sabonete, o qual continha reserva de água somente para até a metade do ano, ficando reservado o açude novo para o segundo semestre e sendo o mesmo utilizado para cultivo de vazantes. A água- prestável para consumo humano- seria utilizada para esse fim, conforme já vinha ocorrendo. Aqui dois pontos merecem ser salientados: primeiro que a escolha do local do açude novo, pelos assentados, foi fundamental para determinar quantitativos de água e sua qualidade; e segundo, que o consumo de água desde o mês de março- feito não só pelas famílias do assentamento, assim como por grande parte do município de Itatira- foi garantido sem abstrair do que acima fora decidido. ³²

As vazantes no açude , feitas por cada família de assentado conforme sua possibilidade, nas terras "tombadas", seriam cultivadas com milho, feijão, cucurbitáceas, batata e capim, sendo que voltados os cultivos para **AUXILIAREM O ASSENTAMENTO**. Os gados coletivos e individuais por estarem nas mangas da "fazenda", e já que esta havia trocado grãos armazenados e parte do gado pelo caminhão, além de que a emergência estava servindo para atividades

coletivas, os restos de cultura seriam utilizados pelos rebanhos, assim como o capim. Neste sentido o gado individual seria alimentado- "no quintal de cada assentado"- com os restos de cultura e capim, atentando para a alimentação no curral com capim e restos de cultura. Em torno das vazantes, nas mangas circunvizinhas ao açude novo os gados realizariam pastejo, com o cuidado do assentamento em não permitir a entrada de gado coletivo ou individual nestas produções "individuais".³³

Desta forma todo o gado resistiu até julho- instante que o assentamento recebe o crédito FNE- e sobretudo é também garantida alimentação dos assentados, salientando ainda que os mesmos compareciam nas atividades da "emergência" durante três dias na semana em comissões de trabalho e que nenhum trabalhador saiu da fazenda. Nenhum assentado flagelizou-se.

3.4.3. Ampliando a resistência

No início de agosto, quando os assentados restringiram a retirada de água do açude novo pelas "pipas da emergência" a duas vezes por dia em função de garantirem a fazenda- o assentamento- com estoques até retorno do inverno, é liberada a primeira parcela do crédito do FNE.

O recebimento do crédito mostra algumas particularidades que ligam-se à resistência ao flagelamento - vista essa, agora, como resistência ao "mundo externo" - sem abstrairmos que assentamento é parte desse mundo.

No momento que os assentados buscaram o crédito, este significava ampliação de sua capacidade de resistir à fragilidade de "pequenos produtores". Crédito significava possibilidade de ampliação do ASSENTAMENTO, que significa, pelo que aqui foi visto, cooperação que resiste ao desenvolvimento capitalista, não obstante ser também relacionamento flagelizante de si próprio: Vitória recebe a primeira parcela do FNE já defasada em se tratando de planilhas referentes aos investimentos programados- "o dinheiro não dava quase para nada"- e tendo que cumprir o programado pelos assentados e que fora também "prometido" ao banco, dado que o patrimônio constituído até então fora dado em garantia.

Não coincidindo os custos programados com os recursos recebidos, a primeira medida do assentamento foi direcionar os trabalhos da emergência

para complementar a aplicação dos recursos. Dois episódios se destacam:

Primeiro- quando do recebimento da parcela a compra do gado previa que os animais fossem adquiridos em outubro, em função do projeto prever montagem de suporte forrageiro antes da chegada do "gado novo". Do ponto de vista dos assentados tal aquisição em sendo realizada somente em outubro- o crédito saíra em agosto-, acarretaria maior defasagem da planilha gado em se tratando da quantidade e qualidade dos animais, assim como vacinações, equipamentos, etc. Em função disso a diretoria do assentamento comparece ao banco e exige que um fiscal se desloque até a fazenda para verificar a condição de pasto, tanto o nativo quanto o artificial, entendido aqui capim e restos de cultura. Acatando o "convite" de seu cliente, o gerente envia um técnico e este comprova que não só os pastos eram suficientes, bem como que o "patrimônio da fazenda" garantia a liberação de dinheiro. Tendo sido os recursos liberados (caracterizando assim um adiantamento), o assentamento compra sessenta e nove cabeças de gado bovino mestiço de holandês e indiano.

Segundo- estando prestes a ser liberado o complemento da parcela de crédito, é informada a diretoria do assentamento, já estando a mesma nas dependências da agência do banco, que dinheiro em espécie não estava disponível na mesma. O que sucede? Após isso a diretoria troca telefonemas com o chefe da carteira referente ao FNE em Fortaleza e este informa que existia dinheiro na agência em Canindé. Daí então, após argumentação da diretoria e outros assentados junto ao gerente e após um literal murro na mesa do banco, o dinheiro surge nos caixas como que por encanto.

Até novembro de 1993, continua a montagem do sistema de resistência do assentamento, conforme quadros apresentados, e com os recursos do FNE, o que pode ser visto no quadro seguinte.

QUADRO 37
ASSENTAMENTO VITÓRIA
INFRA-ESTRUTURA - 1993
POR ORIGEM DOS RECURSOS E USO PELOS ASSENTADOS

Discriminação	Origem dos recursos	Quantidade
Estábulo	FNE/Emergência/Assentados	1(um)
Curral	FNE/Emergência/Assentados	1(um)
Aprisco	FNE/Emergência/Assentados	1(um)
Silo Trincheira(1)	FNE/Emergência/Assentados	1(um)
Cercas	FNE/Emergência/Assentados	5 Km

Fonte: Pesquisa Direta no Assentamento

(1) Capacidade 50 TON

Algumas especificidades merecem ser explicitadas. O estábulo, que tem capacidade para trinta cabeças, é equipado com forrageiras e motores adquiridos com o PROCERA. O curral, projetado para sustentar com inverno até mil cabeças, denota que existe plano do assentamento em formar "poupança" na forma de bovinos. Mesmo sendo a quantidade de ovinos ainda pequena, o aprisco tem capacidade para seiscentas cabeças mostrando - junto com o projetado para bovinos- que os assentados planejaram utilização do potencial da fazenda levando em conta quantitativos possíveis.

Vê-se que o planejamento é para construir resistência dentro dos limites que a terra oferece. Por fim, cinco quilômetros de cercas- ao invés dos dois projetados no FNE - adequam avaliação feita no final de 1992 que novas divisões de pastos são importantes para sustento do gado e que, com o tamanho da riqueza do assentamento, o perímetro total da fazenda deveria ser cercado.

A montagem complementar da estrutura, que fora globalmente planejada em 1989, passou por decisões fundamentais, a saber: uma, que as terras onde foi plantada palma forrageira são "um poquinho pior que o arisco"- classe IV - sendo indicadas para referida forrageira tendo em vista maior produtividade. Outra decisão foi localizar o plantio perto do parque de pecuária-curral, estábulo, aprisco, unidade de raspa de mandioca-, além de que fundamental era cercar a palma como meio de garantir forragem para todo o gado do assentamento.

Estas decisões, se por um lado mostram o controle do conjunto dos assentados sobre toda a fazenda mostrando, portanto, o controle pelo ASSENTA-

MENTO das terras, por outro mostra não-plenitude da cooperação no assentamento. Observemos melhor.

A definição de aprisco, curral, estábulo e unidade de raspa de mandioca- vista definição como localização-, ainda não é ponto pacífico entre os assentados. O parque de pecuária situa-se contiguamente ao local onde está "crescendo" ano a ano a agrovila- lembrando aqui que ainda residem alguns assentados no Bandeira-, estando muito próximo (excessivamente próximo, talvez) de residências, escola, armazéns, garagens, mini-posto agrícola, creche recentemente conquistada, casa sede- a qual inclusive funciona como posto de atendimento médico e salão de festas-, causando pontos de vista diferentes no meio dos assentados.

Esta indefinição reflete o momento da cooperação em Vitória: mesmo sendo os pastos e águas localizados além da casa sede- além do açude da fazenda-, ainda os assentados gostam "de ver o gado passando em frente a casa sede; o meu gado, o nosso gado, que passa em frente a minha casa". Por outro lado, montar o parque de pecuária praticamente dentro da agrovila, revela o estratégia de equilibrar a vontade anterior de alguns assentados com o controle de todos os assentados dos gados e do parque de pecuária. De uma maneira ou de outra, mesmo ainda existindo essa indefinição, é importante ressaltar que uma localização "separada" da sede da fazenda é cogitada levando em conta a qualidade das terras, onde poderia se localizar o parque de pecuária: "se precisar mudar já foi decidido que o gado vai ficar em terra que sirva"

Comparando os momentos de conquista da terra (1987), de garantia do conquistado (1990) e de apogeu e ampliação da resistência ao flagelamento (1993), apresentados no quadro 38, vê-se que a produção cooperada está expandindo-se no assentamento, o que não acontece com a produção individual, além de maior produção nas terras da fazenda.

QUADRO 38
ASSENTAMENTO VITÓRIA
PRODUÇÃO NO ASSENTAMENTO - CONFRONTO

DISCRIMINAÇÃO	1987(a)		1990(b)		1993(b)	
	Quant.	Med/fam	Quant.	Méd/fam	Quant.	Méd/fam
Agricultura(hectares)						
Coletiva	15	0,34	84	1,90	210	4,77
Individual	233	3,19	72	1,63	176	4,00
TOTAL	248	3,39	156	3,54	386	8,77
Pecuária(cabeças)						
<i>Bovinos</i>						
Coletivo	-	-	158	3,59	152	3,45
Individual	34	0,46	53	1,20	98	2,22
<i>Ovinos</i>						
Coletivo	-	-	80	1,81	60	1,36
Individual	12	0,16	45	1,02	42	0,95
<i>Caprinos</i>						
Individual	46	0,63	84	1,90	98	2,22
TOTAL	92	1,26	420	9,54	450	10,22

Fonte: Pesquisa Direta no Assentamento

(a) Refere-se a toda FAZENDA VITÓRIA

(b) Refere-se ao ASSENTAMENTO VITÓRIA

Dando mais atenção à situação dos rebanhos, quadro 39, podemos notar que de 1990 a início de 1993 os gados coletivos apresentam-se com maior peso que os individuais. A "poupança viva", pelo que o quadro apresenta e pelo que vimos, é utilizada do gado coletivo.

QUADRO 39
ASSENTAMENTO VITÓRIA
SITUAÇÃO DOS REBANHOS - CONFRONTO

DISCRIMINAÇÃO	Final de 1990	Início de 1993	Final de 1993
<i>Bovinos</i>	211	246	250
Coletivo	158	191	152
Individual	53	55	98
<i>Ovinos</i>	125	94	102
Coletivo	80	54	60
Individual	45	40	42
<i>Caprinos</i>			
Individual	84	62	98
Sub-total(col)	238	245	212
Sub-total(ind)	182	157	238
TOTAL	420	402	450

Fonte: Pesquisa Direta no Assentamento

Sabendo-se que utilizar os gados coletivos é constituinte da resistência dos assentados, vê-se ainda que a "miunçada"- ovinos e caprinos- serviu para utilização no médio prazo, sendo o gado coletivo para investimentos no curto prazo. Mesmo globalmente apresentando-se o assentamento mais cooperado e menos individual, onde as produções individuais estão sendo efetivamente auxiliares, pode ser visto ainda no quadro que um salto nos gados individuais apresentou-se exatamente no momento que se dá o apogeu da resistência ao flagelamento.

No momento que o assentamento mostra que a cooperação na produção é saída construída pelos assentados para resistirem, entram os assentados individualmente num processo de ampliação de sua "poupança viva", junto de que é também ampliada a área individual de agricultura. Feitas estas considerações, resta saber se o assentamento- a cooperação que se processa na fazenda Vitória-, pode ser visto com características de uma Cooperativa de Produção Agropecuária.

4. CPA PARCIALMENTE COLETIVA.

4.1 Indicativos de cooperação. O MST apresenta as principais formas de cooperação agrícola, bem como as diferenças entre cooperativa tradicional e dos assentados, conforme os quadros seguintes: ³⁴

QUADRO 40
RESUMO DAS PRINCIPAIS FORMAS
DE COOPERAÇÃO AGRÍCOLA

Características	Grupo Coletivo	Associação	Cooperativa
Quem participa	Vizinhos, parentes ou amigos. Geralmente só homens	Famílias. Homens e às vezes também mulheres.	Famílias. Homens, mulheres e jovens acima de 16 anos.
Número de sócios	Geralmente abaixo de 10 pessoas	Entre 200 e 400 conforme o tipo.	Número mínimo exigido por lei: 20
Forma de participação nas decisões	Combinação verbal entre todos os membros do grupo.	Assembléia.	Assembléias. Conselho dos representantes dos setores.
Para que se juntam	Geralmente para: compra de implementos, venda de produtos, construção de benfeitorias, ajuda mútua no trabalho.	Geralmente para: Prestação de serviços de comércio e transporte, encaminhamento das reivindicações da comunidade.	Para: organização coletiva da produção e comercialização, criação de agroindústrias.
Uso da terra	Geralmente individual.	Individual e semi-coletivo.	Semi-coletivo e coletivo.
Divisão do trabalho	No máximo mutirões de ajuda mútua.	Formas simples de divisão social do trabalho.	Especialização do trabalho através dos setores de atividades.
Estatuto e Registro	Não tem estatuto; geralmente não tem regimento interno; quando existem registros, os principais são os contratos assinados por todos.	Precisa de estatuto, pode ter registro interno, não pode ter bloco de notas fiscais.	Tem estatuto regulamentado pela Lei Cooperativista, deve ter registro interno, pode ter bloco de produtor e notas fiscais, deve ter registro oficial da contabilidade.

Fonte: MST, 1993

QUADRO 41

PRINCIPAIS DIFERENÇAS ENTRE COOPERATIVA TRADICIONAL
E COOPERATIVA DE ASSENTADOS

Características	Cooperativa Tradicional	Cooperativa dos Assentados
Sócios	Empresarios rurais, pequenos produtores, pequenos proprietários.	Pequenos produtores (Assentados ou não) e suas famílias
Classe	Burgueses junto com trabalhadores	Somente trabalhadores
Quem trabalha	Assalariados ou empregados permanentes e temporários (relação patrão/empregado)	Sócios
Ramos de atividades	Comércio, agroindústria	Produção agropecuária, comercialização, agroindústria
Poder de gestão	A minoria que detêm o maior capital controla a diretoria e toma as decisões	A maioria decide sobre tudo o que acontece na cooperativa
Forma de participação do sócios	Assembléias anuais	Assembléias mensais, conselho diretor, conselho de representantes dos setores
Distribuição das sobras	Os associados não tem como controlar. Acontece através de prestação de serviços aos associados e através dos fundos previstos em lei.	Adecisão é do coletivo. Geralmente acontece em função da quantidade e qualidade do trabalho realizado e em função da liberação de militantes para o MST. Acontece através de serviços, valores em dinheiro e espécie, e através dos fundos previstos em lei.
Planejamento das Atividades	De cima para baixo. (os burocratas e a diretoria fazem).	De baixo para cima (cada setor faz seu plano de trabalho que deverá ser aprovado em assembléia)
Inovação tecnológica x Geração de empregos	Por utilizar assalariados, ao adotar novas tecnologias tende a agir como empresa privada, dispensando alguns empregados.	Por não poder despedir sócios e nem ter mão de obra ociosa, ao introduzir novas tecnologias busca diversificar a produção para manter o pleno emprego
Acesso as informações	Quase nenhuma, Editais, balanços complicados, jornais de propaganda.	Total: Editais, balanço, jornal interno, mural de trabalho, informe e balanço crítico geral da empresa.
Resultado social	Mantém a tendência de concentração da renda e da propriedade, estimulando a expulsão dos trabalhadores do campo.	Possibilita o desenvolvimento rural baseado na melhoria de vida de toda a população do campo.

Fonte: MST, 1993

Instalou-se em Vitória na primeira fase, na fase de luta pela terra, o grupo que resistia principalmente em 1986 e 1987. Diz o MST que é uma boa maneira de iniciar uma experiência de trabalho coletivo, é o primeiro e mais simples passo. No entanto o primeiro passo, o de luta e conquista da terra, evoluiu para a segunda forma de cooperação: a associação.

Nas terras da fazenda Vitória, que justifica o Projeto de Assentamento Vitória nas contas governamentais, duas associações foram criadas. No assentamento Vitória a condição de assentado, a condição de "posseiro", é diferente da condição de simplesmente sócio da associação. Ser sócio garante direitos de assentados sendo que - entretanto - ser sócio não garante direitos aos simplesmente sócio. No caso de Vitória ocorreu com a associação uma significativa diferença com respeito à maior parte desta forma de cooperação. Vejamos antes, o que diz o MST sobre o recurso terra:

"Na associação os lotes de terra continuam individuais. (...) É mais adequada (a associação) para atuar em outras atividades ligadas à agricultura e não ao trabalho coletivo na roça. Mas existe associações que incluem o trabalho coletivo. Neste caso, os associados mantêm um pedaço de terra aonde trabalham individual e cedem um pedaço pro coletivo." ³⁵

Em Vitória a cessão de um pedaço de terra foi feita pela associação à cada associado - inversamente ao tradicional - sob as condições que adiantamos. Ao mesmo tempo, e substantivamente, não existiam lotes prévios para continuarem individuais. Não existia um pré-parcelamento, e este não foi feito pós-conquista da terra.

Com respeito aos objetivos e a divisão do trabalho, os quais também diferem em Vitória da associação tradicional, ocorreram numa fazenda montada sobre uma organização da terra e trabalho em coletivo, junto de que a prestação de serviços também é fato em Vitória. Assim os objetivos que na associação tradicional são determinados - comprar máquinas, construir um armazém, ou comprar um caminhão -, no caso de Vitória, a própria particularidade do assentamento que não estava prioritariamente voltado para o mercado - apesar de não abstrair dele -, as aquisições de máquinas, as compras de caminhão e a construção de armazéns, se dão sendo estes objetivos globalizadamente.

Dos treze pontos indicados pelo MST, que caracterizam uma CPA plenamente coletiva, entendemos que cinco deles caracterizam resultados do que

seria praticado num dado assentamento, quais sejam: participação plena; reeducação dos associados e permanente educação cooperativa e entendimento entre o associados por estarem conseguindo forjar uma nova cultura e uma nova ética e existência de espaço para atividades culturais e recreativas, e existência de consciência organizativa. Isto posto, vejamos como em Vitória se apresentam os demais pontos, buscando checar o que acontece no momento presente referenciando-nos no que é proposto para "mensurar" o que poderia ser uma CPA plenamente coletiva.

"A terra está sob controle do coletivo (associados). Ou porque os lotes familiares foram repassados para a CPA na forma de comodato, sem renda da terra, ou porque se conquistou o título coletivo junto com a terra".³⁶

Esta primeira e fundamental característica, no caso de Vitória, mostra sendo satisfeito o controle pelos associados de toda a terra. As duas possibilidades para tal apontadas pelo MST (repasse de lotes ou titulação coletiva) foram, no início do processo de assentamento, negadas: não existiu um loteamento em Vitória, nem a titulação. No caso da titulação - que significa a propriedade formal da terra -, a particularidade está na propriedade formal da terra pelo Estado; aos assentados foi concedido o uso da terra. Em Vitória, a primeira característica de uma CPA, indica que a terra conquistada pela luta (coletiva) é terra do coletivo.

A segunda característica - os meios de produção fazendo parte do patrimônio social da CPA - ainda não é satisfeita, porque mesmo fazendo parte do patrimônio da associação de Vitória - veículos, máquinas, animais, benfeitorias - ainda não é o assentamento uma cooperativa. Mesmo assim estão à serviço de todos e controlados coletivamente. No caso, a característica é satisfeita por natureza coletiva.

O trabalho está organizado empresarialmente, além de que existe absorção de toda a mão de obra, mesmo na seca, através das linhas de produção agropecuária, a agroindustrial e de serviços. Existe controle da qualidade do trabalho, existe a busca de ser reduzido o tempo de trabalho e o trabalho é feito dentro de uma jornada diária que é previamente estabelecida pela Assembléia Geral.³⁷

O quarto item de mensuração, que diz que a produção numa CPA

está voltada para subsistência e o mercado, é também preenchido. No caso de Vitória não é o mercado a prioridade primeira, nem a subsistência a única. Entretanto a subsistência é o fundamental para onde a produção se direciona, sendo o mercado também como meta, porém secundária do que é produzido.

A especialização técnica, apesar de incipiente, é contínua, bem como é distribuída e controlada. É satisfeita a quinta característica, embora que parcialmente.

A tecnologia - como disse o MST, o jeito de fazer as coisas - é usada a mais adequada. Pode ser dito que é usada a tecnologia de assentamento.

O assentamento faz planejamento global. No entanto ainda não é de uma CPA, mesmo com a presença de projetos e planos de metas junto ainda de controles do processo produtivo e o assentamento gerenciado sob um plano.

A moradia, que muito determina a realidade de Vitória, ainda não está numa agrovila. Foi visto que dois aglomerados formam *agrovilas* do assentamento. Vale lembrar que está sendo montada na "sede da fazenda" com refeitório (mesmo precário), escola, casa sede (onde se dão cursos, festas, etc), e os demais equipamentos que foram indicados na planta em anexo e quadros. Portanto, comparando com as indicações do MST, a agrovila existe, porém ainda precariamente.

Os itens anteriores estão na intimidade do caso estudado. Portanto, pode ser dito que são os determinantes fundamentais da natureza de Vitória, estando no ato mesmo de produção, onde a natureza física está unida à natureza econômica dos assentados, ou, é onde se constrói a concreticidade do assentamento Vitória, ou ainda, é onde está o valor do assentamento. Neste sentido, os cinco demais pontos que caracterizariam uma CPA plenamente coletiva - isto sob o ponto de vista do MST, conforme foi aqui adiantado -, são indicativos que mostrariam o que é sustentado pelos oito pontos. Os cinco pontos, lembrando que eles estão ligados aos demais, formam com esses oito pontos o conjunto de indicações de uma CPA plenamente coletiva, sendo que os oito são a base fundamental.

Veja-se que, mesmo não existindo lotes, existindo explorações auxiliares e importantíssimas para a resistência ao flagelamento e para a coletivização que se processa, são tais explorações os resquícios que Vitória

mantém (intra-sua-constituição) de pequena burguesia agrária.

Está na constituição do assentamento o que lhe faz forte e frágil: as produções auxiliares, que fazem os assentados não se mostrarem flagelizados, é exatamente o que faz o assentamento ainda frágil, exatamente pela sua existência (e como tal), que se reproduz ainda como pequena burguesia agrária. Vale lembrar que aqui estamos abstraindo de que o assentamento é parte do mundo do capital, o que nos levará a comentar isto mais à frente.

Por outro lado, o salto observado nas produções auxiliares - o qual consubstanciou-se numa média por família quase igual à média por família nas explorações coletivas-, materializa o "amarradio" que foi mais explicitamente visto quando do uso do açude novo em 1993. Neste sentido, "do amarradio", o incremento se dá sob a lei de que as produções "individuais" auxiliem a fazenda- vista como o assentamento- porque garantem o que até aqui vimos: "o amarradio", que os restos de cultura irão ser utilizados pelos rebanhos, garante a CPA conforme até aqui vimos. Enfim, ressalte-se, com o incremento das explorações agrícolas e até mesmo com os gados individuais, é garantida a ampliação da resistência feita via ampliação do patrimônio coletivo. Mesmo assim, ao mesmo tempo que se constitui ampliação da resistência, é a ampliação observada, ampliação- mesmo que nos limites aqui adiantados para agricultura e pecuária- da existência ainda da presença de produções individuais.

Os cinco itens indicativos de uma CPA plenamente coletiva serão em seguida discutidos, lembrando do que acima observamos, assim como do que até o momento foi apresentado como reconstituição do processo de assentamento. Segue-se que:

Ainda a participação não é plena. Nem tudo que se passa no assentamento todos conhecem, apesar de que em momentos alguns conhecem tudo ou todos conhecem quase tudo. Em alguns momentos as decisões tomadas nas assembléias foram à partir de discussões vindas desde cada comissão de trabalho, passando por outras discussões no momento das assembléias. Entretanto ainda alguns jovens, mulheres e velhos, participam menos - sobretudo quando na condição de somente sócio, ou seja, quando decisões são tomadas com respeito ao patrimônio, aos projetos, à divisão dos produtos do trabalho, enfim quando a condição de somente sócio apresenta-se diferente da condição de sócio-

posseiro.

Apesar de ambos terem o direito a trabalho no assentamento e receberem os serviços que o mesmo presta, o posseiro tem seu trabalho dado - as diárias - contabilizado no patrimônio, enquanto que o somente sócio não é "sócio" do patrimônio. Assim, tanto o posseiro quanto o somente-sócio tem direitos, entretanto somente-sócio não tem trabalho contabilizado, e o posseiro tem seu trabalho como parte do mesmo.

Mesmo com o apresentado, pode ser dito que participação é quase plena em Vitória, sobretudo se observarmos a importância especial (indicada pelo MST) que se revestiria a participação no desenvolvimento que é buscado.

"Significa que os sem terra, antes acostumados em seu lote familiar a decidir sobre tudo, devem continuar a decidir, de forma organizada, sobre o processo de cooperação. A gestão democrática direta é fundamental neste tipo de empresa (a cooperativa)." ³⁸

Pelo que vimos, em Vitória as produções auxiliares são gerenciadas pelos assentados (ou por cada assentado), sendo que sob normas do processo de cooperação que lá se desenvolve. Com isso, este caráter particular de explorações que não são em lotes e as fazem auxiliar, levam ao fato de que a gestão ainda não é plenamente cooperada.

Cuidando de cotejar o desenvolvimento, ou não, de uma educação cooperativa, sob quatro sub-características propostas pelo MST, pode ser dito que ainda não plenamente existe tal educação. Vejamos:

a. A primeira sub-característica (que os dias parados devem ser recuperados e isto significa trabalhar mais em outros dias que o tempo estabelecido), foi desenvolvida quando o assentamento passou pelo **abandono** do Estado. Neste período - como vimos - dias que poderiam estar parados, foram fundamentais para a própria constituição da resistência do assentamento.

b. Existe pagamento à associação das máquinas, equipamentos e serviços do patrimônio coletivo. Existe a consciência do que seria a sub-característica:

"Que por eu ser dono de um pouco de tudo não sou dono de nada em particular, por isso não posso me apropriar de nada que seja do coletivo".

³⁹

Os assentados, utilizam individualmente o patrimônio coletivo: os estábulos, pasto, as vazantes do açude novo; os animais de trabalho, o sistema de iluminação em torno da casa sede, etc.

c. O patrimônio social não é "comido" via má distribuição de sobras ("Que não existe salário, mas adiantamento de sobras, e que se esta for mal feita estaremos *comendo* o patrimônio social").⁴⁰ Em Vitória os adiantamentos de sobras - as diárias pagas - são extremamente controladas.

Primeiro pelo significado que tem quando da retribuição, ressaltando que no período de manutenção da infra-estrutura de resistência a anotação de diárias dadas foi importante quando da retomada (o que aconteceu quando do recebimento do FNE).

Em segundo lugar, sem ser separado do primeiro, os adiantamentos de diárias com o conseqüente controle, são para os sócios/posseiros/assentados adiantamento de sobras, e sua restituição - representa o trabalho que valoriza e faz valoração do patrimônio, o eixo da gestão do assentamento.

Mesmo assim, tanto os controles de adiantamento quanto os de retribuição conforme o trabalho dado, carecem de melhor qualidade, principalmente com respeito às diárias adiantadas nos setores como creche (que ainda não é feito), educação, cozinha (quando nos momentos que Vitória recebe visitas, faz festas, etc), e no uso do trator, do caminhão e do "carro" pequeno, além do setor de saúde (onde o atendimento foi deslocado de tarefa "produtiva" e não teve diária contabilizada).

Ligada a isso está ainda a não-atenção mais acurada da depreciação do patrimônio improdutivo (como cercas, armazéns, etc) e até mesmo do produtivo (como casa-de-farinha, caminhão, etc), os quais não tem maior (ou melhor) cálculos de depreciação e uso, além de que os abatimentos feitos aos sócios (quer "posseiros", quer somente sócios) são estipulados sem cálculo acurado - exemplo, 50% a menos para os sócios no uso do trator e/ou nas passagens do caminhão, bem como para "pequenos produtores" (por exemplo 75% de uma hora de trator - cotada à partir de preços em Canindé ou Itatira -, ou 75% quando da passagem do caminhão - que é cotada também por preços de fora).

Mesmo ocorrendo cuidado em não "comer" o patrimônio, o

mesmo é comido pela não-acuidade com os custos, por uma "confiança" no que é determinado fora. Com tudo isso, um GRANDE BALANÇO é feito ao final de cada ano, ainda sendo feitos balanços por setores - produção agrícola, pecuária, máquinas, veículos, etc - em função de um preço de reposição *versus* diárias que correspondem (ou corresponderiam) para aquisição do patrimônio, ou parte dele.

d. É sabido em Vitória que ..todo trabalho gera riqueza, mas que nem todo trabalho gera mercadoria. Porém pelo que foi adiantado, ainda não existe distribuição proporcional ao trabalho para quem não está diretamente na produção como, por exemplo, dirigir o caminhão, apontar diárias nas comissões, cuidar para que o gado não entre nas vazantes, etc.

Em alguns momentos a retribuição é conforme a qualidade do trabalho. A aferição da qualidade do trabalho é feita antes da retribuição, muito antes até, ao lado de que ainda os produtos do trabalho ainda não são "fartos" a "aferição" da qualidade é quase que esquecida. No momento de sustentação do patrimônio montado e quando da resistência ao flagelamento, a anotação de trabalho dado não levou em conta a qualidade deste trabalho.

O Movimento dos Sem Terra apresenta dentre os treze pontos outros três que sinalizariam uma nova ética e uma nova cultura, mostrando a existência de tempo para atividades culturais e recreativas, e a existência de uma consciência coletiva. Vejamos isto a seguir.

4.2. Uma nova cultura.

Sustentada pela produção, sob a lei fundamental de construir o novo dentro do velho, conduzindo plantios individuais auxiliares ao assentamento, determinações são cumpridas por todos os assentados, tais como:

"Que a cerca cerque a fazenda".

"Que quem vai cercar individual não juntar garrancho na cerca (do perímetro)".

Os plantios auxiliares no Açude Novo, além de mostrar a coletivização das águas "socorrendo" a produção individual, mostra ainda que tais plantios ocorreram sob condição de socorrerem o gado coletivo, caso o plantio de capim projetado para o segundo semestre de 93 não produzisse "nas áreas reservadas

do açude novo..."

Quando era discutido o preenchimento de 7 vagas que surgiram porque alguns selecionados "traíram" ou "pediram para sair", outras ilustrações surgem: "Existem candidatos a candidatos, que terão uma conversa com a diretoria e se submeterão à votação" quando será esclarecido que deve "se comportar bem, contribuir, participar", e saber que tem "facilidades e dificuldades", mostrando isso delegação dada à diretoria pelos assentados, que não significa poderes superiores aos dos mesmos.

Também quando é discutida a situação de aposentados, as bases fundamentais desse direito ou dessa ética ficam mais claras: o aposentado tem o "direito" de indicar um substituto que será também submetido a processo seletivo, bem como de que "o que é do filho é do pai e o que é do pai é do filho", ou seja, "o patrimônio é dele", porém o aposentado deve "contribuir na manutenção do patrimônio" sendo que não tem o direito de "negociar o patrimônio, nem o direito à terra". Saliente-se que o substituto do assentado terá direito a "patrimônio novo"- constituído pós ingresso do novo assentado-, e ainda o aposentado tem o direito de permanecer nas terras da fazenda, contanto que cumpra as normas do assentamento.

Os direitos futuros ou adquiridos ligados estão, portanto, ao patrimônio constituído por trabalho no assentamento. Isto é mais ressaltado quando é observada a avaliação que fazem da saída de alguns selecionados: alguns saíram "de acordo", "conscientes", mesmo que não tenham sabido "reagir", apesar de terem "levado alguma coisa". Ou então alguns que saem "por conta própria" e mesmo assim poderiam tentar "buscar algum direito lá fora", não poderão evocar direitos dentro do assentamento se não houverem contribuído com trabalho. Detalhemos.

"O único direito é de uma morada, igualmente um aposentado", porém, "não tem direito de trabalho, de participar, dar um grito". Devendo-se isso sobretudo porque "a indenização foi por trabalho". Portanto, "os direitos", estariam garantidos pelo trabalho e tendo como fundamental o do uso da terra: "O direito mais importante que tem o sócio, o posseiro, e o assentado, é o direito de usar a terra do nosso jeito".

Mesmo instituída a base que fundamenta o direito de Vitória,

contribuição com trabalho no assentamento, referido direito não é pleno exatamente porque o assentamento não está constituindo-se autarquicamente.

Veja-se que as produções auxiliares tem suas quantidades limitadas, além do que foi adiantado, pela quantidade de água disponível no Açude Novo, quantidade esta que é limitada pela quantidade de água que fornece ou fornecerá para fora da fazenda através de carros-pipa. Portanto, estas produções estão fora do ASSENTAMENTO, mesmo que fisicamente dentro da fazenda, quando momentaneamente, alguns assentados não cumprem as normas estabelecidas, "os amarrados de não passar do limite de cabeças de gado". Mesmo assim, são emblemáticos da sustentação das leis do assentamento critérios para quem deseja ser candidato à vagas na fazenda: "Ele iria atrapalhar se vivesse trabalhando e ficasse de fora", isto porque "... vem trabalhando, vem dando diária, vem colaborando".

O trabalho, as "diárias dadas", a "participação" que significa a parte de cada assentado na formação do valor dos produtos que são retribuídos, significa também o *quantum* que cada assentado tem como participante do patrimônio coletivo.

Os desafios que venceram os assentados em Vitória - desde quando lutavam pela terra, passando pela montagem da infra-estrutura mínima de produção e chegando na resistência ao flagelamento - foi antes de tudo resistência coletiva nas terras conquistadas o que, enfim, está sendo a construção do novo dentro do velho - como diz o MST -, numa tensão entre o velho e o novo.

Em resumo: quando é feito um cotejamento entre o que é proposto pelo MST como características do que seria uma CPA plenamente coletiva, enquanto ensaio do futuro, o caso do assentamento Vitória mostra que está ocorrendo construção do novo - visto superação positiva da propriedade privada - sendo que esta superação é marginal, por ser o novo (ou cooperação plena) ainda parcial, visto enquanto dentro de Vitória - embora ali dominante -, e ainda sendo Vitória dominada pelo velho, que está fora e dentro do assentamento.

5. A NATUREZA DO ASSENTAMENTO.

5.1. Seus elementos fundamentais.

Conhecer uma produção que não é determinada pela compra de força-de-trabalho e se movimenta com a presença de trabalho que se paga, é conhecer a produção em Vitória. É conhecer uma produção que, após a retribuição ao trabalho, distribui esta produção ainda também para o mercado de produtos sendo que, nas terras do assentamento, se mostra sem realizar mercadorias.

Elementos da cooperação que se processa se constituíram a partir de um não-parcelamento e, sobretudo, sem a compra de força-de-trabalho. Com isso estaria negando o movimento do capital, assim:

a. Não há D-M; os produtos não são mercadorias, não ocorrendo a transmutação de D em Mp e Ft. A força de trabalho não é comprada, não existindo venda de força de trabalho pelos assentados.

b. A circulação D-Mp (que é ocorrência do ciclo geral das mercadorias) é interrompida no assentamento, enquanto estágio do ciclo geral. A transformação de dinheiro em meios de produção é uma simples forma de ocorrência no assentamento que não produz tudo o que necessita, apesar de que - como veremos em seguida- ser também razão da não-plena coletivização.

c. A riqueza (ou parte dela) que temporariamente assume a forma de D, assume a forma de RIQUEZA COLETIVA por estar dentro de Vitória, fora do ciclo global do capital. Estando em Vitória D assume a figura de dinheiro de circulação, com o destino de se desgastar moralmente e tendendo a perder o *status* de equivalente geral, sendo desmoralizado pelos VALES-TRABALHO que representam e equivalem ao trabalho dos assentados.

d. A massa de trabalho cresce com a contribuição de cada assentado, a partir de cada membro da família de cada assentado, ao mesmo tempo que a planificação dos meios de produção se dá buscando absorver essa massa total de trabalho.

Partindo de uma equação de valor ($V = C + V + mv$), ressaltando que em Vitória um V' é buscado sem mv , a planificação busca o incremento de C- seu crescimento- numa variação de V. Não sendo encontrada uma variação de V a partir de mv , as quantidades desse incremento surgem, se constituem, pela

qualidade da união de Mp a Ft. Se constituem pela não-separação entre a natureza agroecológica contida nas terras da fazenda e a natureza do trabalho coletivo. Pelo adiantado, união entre Mp e Ft, o trabalho contém-se na riqueza: os que trabalham se identificam com a riqueza, porque os meios de produção são propriedade dos que produzem. A substância da riqueza está contida na materialidade da riqueza.

e. Vitória é utilizada como propriedade única e indivisa dos assentados, donos de todos os "ramos de produção", o que é fundamento para o que até aqui vimos, ou para o desenvolvimento de uma riqueza que move-se pelo TRABALHO NECESSARIAMENTE SOCIAL, por um valor que supera o do capital: riqueza coletiva, única e indiferenciada pelo TNS e pela retribuição proporcional à contribuição de trabalho cada assentado.

Não tendo sido feita troca de lugar ao ser observada a geração de riqueza no assentamento, a "mercadoria" tem sua aferição (medição, valoração) pelo trabalho dado, sendo o nivelamento desta aferição pelo TNS. Como não existe apropriação de trabalho não-pago, ou este não existe, "capitais diversos" unificados pelos coletivos de trabalho- as comissões de trabalho- são de propriedade do coletivo geral que trabalha. O "preço de custo", neste sentido, é igual em todos os produtos, que expressa o Valor Social, o qual é igual à massa da proporção do trabalho dado, que é igual ao TNS. Este preço é medida de trabalho e sua substância também, fazendo com que "preço", medida de valor social e substância da riqueza sejam Trabalho Necessariamente Social, que expressa o Trabalho Retribuível, as diárias que garantem a participação no patrimônio.

Ainda necessário se faz observar que:

O TNS só adquire *status* de medida quando a produção coletiva se instala preponderantemente, quando a tensão entre explorações individuais e explorações coletivas apresenta-se como explorações "individuais" que auxiliam o assentamento, ou ainda quando práticas de coletivização são preponderantes.

Retribuição nominal feita em dinheiro, em produtos, ou em serviços, varia com a aproximação ou distanciamento da retribuição real que se faz pela *quanta* de trabalho dado. A proporcionalidade entre trabalho dado e retribuição proporcional aquele trabalho movimentam-se dialeticamente crescendo e diminuindo, formando uma unidade, reconstituindo a si e ao movimento. Assim,

o valor coletivo satisfaz a lei do assentamento de retribuir conforme o trabalho dado, sendo a massa de retribuição repartida em proporções eqüitativas- proporcionais- às contribuições. Tanto para o trabalho retribuível, quanto para a retribuição, é o trabalho substância que é vista nos produtos.

5.2. Não apresenta um pequeno burguês agrário.

O instrumento mais poderoso criado pelo capitalismo para reduzir os tempos de produção e consumo foi o crédito. A redução desses tempos é redução do ciclo global do capital, redução do movimento D-D'. Na reestruturação agrária ocorrida no Ceará sob o manto do PRRA-Ce, crédito também foi utilizado sendo que em Vitória não movimentava dinheiro buscando reduzir o ciclo de acumulação de mais-valia.

Conheçamos um pouco a linha de crédito FNE/PROCERA, como meio de melhor compreendermos a utilização de crédito pelos assentados:

É linha de crédito de custeio e investimento, visando financiar atividades em imóveis objeto de assentamento ou colonização, através de projetos elaborados ou aprovados pelo INCRA. No Ceará, presentemente, a elaboração também é feita pelo Governo do Estado. Foi instituído pela Constituição Federal e regulamentado pela Lei nº 7.827 de 27.09.89. Os recursos do Fundo Constitucional para o Nordeste correspondem à 1,8 % da arrecadação líquida do Imposto de Renda e do IPI.

Custeando lavouras com prioridade na produção de alimentos e realizando investimentos, beneficia os "pequenos produtores" individualmente ou grupalmente- em associações e cooperativas integradas à assentamentos ou projetos de colonização.

Para obtenção do crédito é exigido que o solicitante seja beneficiário de projeto de assentamento e que apresente um plano/projeto de aplicação de financiamento; em financiamentos para cooperativas ou associações deverão estas submeter os planos à aprovação de uma assembléia geral.

Assim são as garantias: os produtores individuais garantem com aval, sendo que o avalista e avalizado estejam no mesmo projeto, independentemente da capacidade econômica de pagamento. No caso de financiamento para cooperativas, associações ou outras atividades assemelhadas também o aval

solidário é aceito. O penhor ou hipoteca se dão quando os bens são passíveis de danos. No caso do custeio a safra é penhorada.

Sobre os financiamentos são cobrados juros de 4% (quatro por cento) ao ano, que são capitalizados no período de carência, assim como é cobrada correção monetária de 50% (cinquenta por cento) da TRD.

Para custeio o prazo de financiamento é de até dois anos para assentados que são de primeiro ano, e para assentados com mais de um ano o prazo se dá em função do ciclo da cultura e o período de comercialização da safra. Com respeito ao investimento, a carência é de dois anos, sendo que os prazos são diferenciados: os projetos integrados, como no caso de Vitória, têm até sete anos de prazo; os isolados, para aquisição de animais, cinco anos para pagamento, enquanto que para calagem o prazo é de quatro anos e demais investimentos também sete anos para pagamento.

A liberação do financiamento é feita pelo BNB, diretamente ao beneficiário, mediante crédito em conta corrente, em parcelas correspondentes à capacidade de pagamento.

Ressalte-se ainda que o FNE/PROCERA institui sanções ao beneficiário que descumprir as obrigações contratuais, ou alienar o imóvel na vigência do contrato, ou utilizar o crédito em especulação, quais sejam: restituição do valor do financiamento atualizado com 100% (cem por cento) da TRD, mais encargos de 12,5% ao ano de juros, e inabilitação para novos créditos FNE/PROCERA.

A utilização dos créditos pelos assentados, mostrou-se radicalmente diferente de outras experiências, quando essas incentivaram aprofundamento da fragilidade dos "pequenos produtores", à partir de uma diferenciação entre eles.

A constituição de Vitória- sem um loteamento prévio, com sua coletivização-, nega que o oferecimento do crédito PROCERA tenha potencializado diferenciação. Pelo contrário, foi utilizando o crédito que a coletivização foi impulsionada.

Com respeito aos recursos do FNE, no momento que Vitória tem mais crítica a agudização da semiaridez, sua utilização foi instrumento poderoso para não produzir diferenciação entre os assentados, sendo isso, em essência, não fazer dos assentados flagelados e ainda submetidos ao Estado, quando da

busca de frentes de emergência. É aqui, na não-ida às frentes produtivas, enquanto única possibilidade para o flagelado, que mostra-se a utilização do FNE como instrumento de coletivização.

A proposta de cooperação plena nos assentamentos- ou de resistência coletiva em terras conquistadas- não abstrai da concorrência capitalista, nem de que dentro dos assentamentos é o desenvolvimento da cooperação fundamental para resistência ao "mundo exterior", quer seja na face do capital, quer seja na face do Estado.

Portanto, a utilização em Vitória dos créditos PROCERA e FNE trouxe resultados diferentes de outros casos, não porque os créditos foram diferentemente oferecidos por instituições ou técnicos de governo- ou porque normas de oferecimento eram diferentes-, porém porque foi dentro do assentamento que a utilização do dinheiro não se deu para reduzir tempos de produção e de consumo. Mesmo existindo a obrigatoriedade de pagamento de crédito, existindo a ocorrência de compras dos ditos insumos e que os produtos do assentamento são colocados no mercado, o crédito não foi utilizado em função do movimento D-D'.

No caso de Vitória, dinheiro lançado na circulação (pelo Estado) foi utilizado produtivamente privilegiando e retribuindo o trabalho. Tal constituição se deu sem potencializar diferenciação, desincentivando-a até, pela utilização do crédito PROCERA inicialmente e pelo FNE, num outro momento, quando ocorre a ampliação da resistência feita pelos assentados. A utilização dos recursos, no momento que a fazenda tem mais crítica a situação de semiaridez, garante uma cooperação que se instalara e ainda a impulsiona.

O crédito foi instrumento poderoso para que não ocorresse o flagelamento de trabalhadores- o qual é regra ser impulsionado pelo crédito, em função do desenvolvimento capitalista-, impulsionando coletivização que está a se processar. Utilizar o PROCERA e o FNE significou aplicação de dinheiro na construção da riqueza coletiva, a qual encurta o TNS, encurtamento este que pode ser visto nas sobras de recursos financeiros (dinheiro mesmo) que apresentaram-se em banco após o trabalho das comissões e mostra-se referido dinheiro "aparecendo" porque ocorrera contribuição de trabalho formando a massa de TNS.

Comparando o assentamento com uma unidade de produção de pequenos burgueses agrários, podemos ver que mesmo existindo ainda diferenciações entre os assentados com respeito ao tamanho das unidades auxiliares de produção, natureza das atividades agrícolas que desenvolvem em tais unidades e nível de desenvolvimento das forças produtivas, o acionamento do trabalho coletivo não se deu pelo capital ocorrendo a orientação do que produzir, quantidades e ritmo do processo de trabalho pelo assentamento. É de dentro de Vitória que emerge a produção coletiva !!

Constatações emanam disso:

Conhecer profundamente as interfaces de Vitória com o mercado, ligações dentro/fora/dentro, é também buscar entender ainda como o Estado se insere na história do assentamento, recordando o significado da superação negativa da propriedade privada, que foi explicada por XAVIER, aqui resumidamente: em essência as funções produtivas, comerciais e financeiras (assumidas historicamente pelo Estado) conjugam-se com o parasitismo do capital privado surgindo, por isso, o quadro presente de regressão na economia brasileira que tem como "cria" a barbarização das relações sociais. Neste contexto, o Estado, para se desfazer de seus déficits, agiu premiando o parasitismo do capital, em oposição a uma retribuição ao trabalho. ⁴¹

Mesmo restando dúvida com respeito a totalidade do que seja o assentamento, é seguro dizer que nele o trabalho é retribuído, nos permitindo agora ser feita uma analogia: em Vitória o motor da opositividade pobreza-enriquecimento não funciona. O combustível da acumulação privada não alimenta a contento o motor, pela existência de uma peça constituída pelo trabalho do assentados, que não é pequeno burguês, e está no seio da produção de mercadorias.

Embora não apresentando feições de pequeno burguês agrário, o assentamento Vitória leva a questionar sua realidade enquanto interagente com o mercado, que se dá individualmente, apresentando-se como unidade de produção diferente das até então existentes, a qual é uma realidade que ainda não consegue a plenitude de ser cada um dos assentados que compõem o ASSENTADO de Vitória livre da concorrência capitalista, nem ainda o assentamento.

5.3. A Gestão do assentamento

Quando definiu Carvalho autogestão, os membros de uma unidade autogestionária adquirem identidade como trabalhadores e como cidadãos; identidade essa como uma definição de classe e que explicitaria a forma de um governo autogestionário. Dado que não vivencia o estado do Ceará reforma agrária, junto de que o assentamento mostrou-se como resistência coletiva em terras conquistadas, a gestão no assentamento assim apresenta-se:

Na seção 5.1., onde são apresentados elementos fundamentais do assentamento, mostrando a natureza de uma CPA, as características da cooperação são também de construção de autogestão.

Aceitando o **continuum** apresentado por Carvalho e com ele o indicativo de que democracia participante, co-determinação e comunidade de interesses, em sendo praticados, constituem a construção da autogestão, o caso de Vitória mostra o assentamento em processo autogestionário. São ilustrativos os fatos de que votar e se transformar em líder é possibilidade de qualquer assentado contando que o voto e liderança satisfaçam os interesses do assentamento, porque os líderes e seguidores são a figura única do assentado, ou uma figura coletiva.

A identidade como trabalhadores e cidadãos, mesmo apresentando-se em Vitória, é ainda parcial, devendo-se isso à parcial cooperação. Neste sentido pode-se dizer que existe impedimento à plenitude da autogestão-ou sua plena constituição- porque Vitória é resistência nas terras conquistadas. A não-plenitude da cooperação, porque não é vivenciada reforma agrária, impede a plenitude da autogestão.

De posse disso importa lembrar que XAVIER salienta que a socialização real, aceita aqui como a plenitude da autogestão, é responsabilidade dos trabalhadores e que essa socialização necessariamente passa por autogestão, contra-ofensivamente ao que se constituiu no País, contra-ofensivamente à superação negativa da propriedade privada:

"... sem que, à privatização - desestatização atualmente em curso degenerativo, venha a ser contraposta a socialização das relações de propriedade, apropriação e produção, sob formas historicamente superiores às estatais precedentes, é inimaginável a retomada do desenvolvimento das forças produtivas numa dimensão econômico-socialmente significativa. Socialização que

pode vir a ser, conjunturalmente, formal, estatal-capitalista, reconstituindo-se, sob formas democráticas, auto-gestoras, as relações Estado **versus** economia, em crise. (...). E, estrategicamente, convém não perder de vista a socialização real, as relações democrático-socialistas de propriedade, apropriação e produção".⁴²

Portanto, a autogestão em Vitória pode ser entendida como plena no sentido de vê-la intra-cercas da fazenda e parcial quando observadas as interfaces que o assentamento faz com o "mundo extra-cercas". Pelo fato de que no País não é vivenciada superação positiva da propriedade privada, de posse de que a autogestão existente em Vitória tem as particularidades apresentadas, os pontos de vista de Silva- que existiria uma gestão particular nos assentamentos-, e de Carvalho- de que a ação direta pelos trabalhadores, seria o caminho para ser conquistada a reforma agrária-, foram confirmados, além de que o ponto de vista de Stédille- que existe o desafio para os assentamentos de produzir melhor do que na forma capitalista- é confirmado também.⁴³

Entretanto, as confirmações são limite de si próprias: por existir o assentamento no capitalismo, a realidade da autogestão parcial, é realidade de resistência coletiva em terras conquistadas, que a faz diferente pela cooperação na produção, porém parcial.

A diferença com outras experiências de cooperativas nas quais a cooperação se dá apenas na aparência, em que a terra é explorada individualmente, essência é de uma cooperativa de assentados e apresenta a resistência ao flagelamento numa fazenda onde não se deu o parcelamento da terra conquistada.

Hoje, em 1994, quando o assentamento Vitória mostra que desafios do assentado são qualitativamente diferentes do chamado pequeno produtor, sua história leva-nos a entender melhor como é a realidade do assentamento observando sua globalidade, vista essa como o conjunto formado pela fazenda e seu entorno, sobretudo porque a união do assentado ao meio de produção terra foi a base sobre a qual elevam-se a gestão do assentamento e os objetivos políticos do assentado, que são pela conquista da reforma agrária.

6. CONCLUSÕES

O desenvolvimento capitalista no Ceará tem no flagelamento sua maior expressão. Com a constituição do assentamento, a partir da ruptura com uma das bases da reprodução capitalista- a propriedade da terra-, mesmo dentro da realidade capitalista, ocorre o afastamento dos assentados da produção capitalista, pelo afastamento do assentado do mercado de força-de-trabalho, ou pela sua não-flagelização. Opositivos são o assentamento e o que lhe origina. Esta contradição, ao mesmo tempo que afirma o assentamento, afirma também o desenvolvimento capitalista.

Os flagelados afastam-se da produção ao mesmo tempo que dela aproximam-se, ao venderem sua força-de-trabalho. Em Vitória, junto da não existência do flagelamento, está a venda dos produtos produzidos pelos assentados. Com isso estão juntos a condição para o flagelamento e sua negação, que é a não produção de mercadorias pelos assentados.

Este estudo de caso, no momento que vivencia o Ceará uma reestruturação agrária - portanto ainda nos marcos do domínio da burguesia -, aponta que num momento raro o Estado negou sua natureza, indicando que é necessário o aprofundamento da interface Estado/Assentamentos.

Outra constatação surge: impossível separar o assentamento - conforme aqui foi descrito - do mundo no qual ele se movimenta, exatamente porque este mundo existe. Assim, fica evidente que se faz necessário ser estudada a interface que faz o assentamento - resistência coletiva em terras conquistadas - com a esfera da circulação de mercadorias, para que seja melhor conhecida a constituição histórica de Vitória. Pode ser dito que um passo sobre a natureza de um assentamento no semi-árido foi simplesmente ensaiado aqui.

Vale ressaltar que ao final de 1992 ESTERCI et al convidaram para que fossem debatidos "assentamentos rurais", após o acúmulo de reflexões fundamentadas em atividades de assessoria e consultoria, pesquisa e orientação de dissertações.⁴⁴ Não obstante suas reflexões restringiram-se somente ao Sul-Sudeste do Brasil, concordamos que as questões recorrentes nos trabalhos acadêmicos e técnicos são, entre outras, as citadas:

- a. Não existia ainda uma definição de assentamento e assentado;

b. Coletivo **versus** individual é o debate que se dá sobre a organização dos assentamentos;

c. Existe dúvida se os assentados são ou não pequenos produtores;

d. Existe uma preocupação com a viabilidade econômica dos assentamentos.

A partir da nossa experiência nos assentamentos cearenses e instigado a anotar um pouco da experiência dos assentados, foi feito este estudo.

Em função dele algumas considerações são apresentadas:

As questões anteriores "a" e "c" estão intimamente ligadas, bem como as questões "b" e "d". Definir assentado, além de trazer o entendimento do que seja assentamento, traz a possibilidade de não aceitar que o mesmo seja "pequeno produtor", significando dizer que as questões traziam a possibilidade de ser negada a realidade na qual se reproduz o chamado pequeno produtor, dado que este é fruto e parte desta realidade; a natureza do que é um pequeno produtor poderia ser diferente do que seria um assentado.

Com isso as questões "b" e "d", que indicariam a natureza do que seria o assentado, estão ligadas com as duas primeiras comentadas. Por ter sido adiantado este embricamento das quatro questões, vale destacar: tratar da organização dos assentamentos é tratar da viabilidade ou não dos mesmos organizados em coletivo e/ou individual, porque o nosso estudo de caso mostrou que a viabilidade do assentamento é e reflete sua organização.

Sob este ponto de vista, entendemos que recortes podem ser feitos, contudo sem ser perda de vista esta totalidade que é parte da totalidade em que movem-se os assentamentos.

Frente a isso, dois momentos de nossa reflexão apresentaram-se: o primeiro tratou de como os assentados de Vitória resistiram ao flagelamento, visto enquanto expressão da viabilidade da organização do assentamento, entendendo o que é o assentado, ator principal da história que tentamos aqui anotar.

Assentado que vimos em 1993 e um pouco em 1994, tem sua origem nas cinco famílias sem terra já em 1946, as quais assim continuam até 1987. Nesse período exploram a terra os ancestrais do assentado, junto com suas famílias, sendo que, com a modernização ocorrida no Ceará, a exploração da terra dava-

se através de grupos familiares.

Conquistada a terra, sendo posta a possibilidade de mostrar-se conduzindo sua parcela de terra, o assentado não executa a divisão da terra que coletivamente conquistara, e assim nós o vimos: sujeito coletivo que conduz uma Cooperativa de Produção Agropecuária (informal) constituído no processo de assentamento que ainda se desenvolve.

Presente e passado são a gênese do assentado: ao mesmo tempo que é um conjunto de trabalhadores que utiliza a terra, as famílias destes trabalhadores conduzem explorações auxiliares e constituem o coletivo que trabalha e gestiona a terra conquistada. Assentado não é também um pequeno produtor, um pequeno burguês agrário, por definir-se politicamente como um sem terra, portanto no proletariado, sem o ser, podendo isto ser visto nos acampamentos, nas caminhadas, no seu voto declaradamente situado nos partidos do "campo de esquerda", pela sua filiação partidária, e até mesmo quando mostra-se com quadros do MST, além do seu tamanho físico de terra e do tamanho da unidade de produção Assentamento Vitória.⁴⁵

O segundo momento, que aqui não foi tratado, que não está separado do primeiro e junto do mesmo forma a totalidade do Assentamento Vitória, refere-se às interfaces que mantém com o "mundo externo" ao seu.

Quando SANTOS demonstrou a presença de "viéses de mudança técnica na agricultura brasileira", mostrou que o desenvolvimento ocorrido no País necessitava ser questionado, pois no mesmo terra e trabalho não foram verdadeiramente utilizados. Tal desenvolvimento não levou em conta a existência de fronteiras agrícolas dentro das médias e grandes propriedades, junto da estrutura concentrada de terra, ou que tal desenvolvimento ocorrera com ociosidade das terras e afastamento delas dos trabalhadores.⁴⁶

Tais constatações indicam que romper com esse modelo significa romper com a estrutura de propriedade da terra vigente, levando em conta os fatores terra e trabalho, rompendo assim com bases de reprodução do desenvolvimento capitalista.

Portanto, observar na Reforma Agrária o que diz a natureza das fazendas, no rompimento do paradigma capitalista, é observar a natureza das propriedades reformadas e a natureza daqueles que as conquistam. Sendo

diferente, é reproduzir o desenvolvimento existente, ou simplesmente reestruturar o modelo de desenvolvimento.

Vimos aqui que, mesmo numa reestruturação agrária, pois não está ocorrendo um processo revolucionário, ocorreu o não-flagelamento dos assentados, a partir do processo de assentamento, indicando que a resistência coletiva em terras conquistadas reveste-se de um caráter diferente da presença de viéses de mudança técnica.

Neste sentido, a crítica aos assentamentos coletivos deve levar em conta a natureza de sem terra dos que conquistam terra e a natureza da própria terra, pelo menos no caso do semi-árido, se não for feita abstração de que os assentamentos estão no desenvolvimento capitalista, ao mesmo tempo que rompem com ele. ⁴⁷

Indicativos de Reforma Agrária este estudo de caso mostrou, além de que não podemos abstrair que os assentamentos e/ou CPAs nascem no seio do desenvolvimento capitalista, o qual tem leis gerais e suas particularidades. Portanto:

a. É fundamental estudar a capacidade de uso das terras conquistadas, sendo imperativo no caso do semi-árido;

b. Saber que cooperação na produção, apesar de diferenças fundamentais entre experiências de Associação e CPA são marcantes, não é mera transposição de modelos sendo, sim, desenvolvimento da realidade específica de uma cooperação para outra superior, ou para a mais superior;

c. A natureza da cooperação em Vitória, que apresenta diferenças entre uma cooperativa tradicional e uma cooperativa de assentados, mostra a presença de uma Cooperativa de Produção Agropecuária- CPA (embora que parcialmente instalada). Neste sentido, a forma jurídica de Associação, em função de que a cooperação associação é cooperação CPA, apresenta-se consubstanciando o distanciamento entre tal forma jurídica e o que se constituiu historicamente;

d. Ficar somente na contemplação de um dado momento do assentamento, sem que este momento de cooperação seja apoiado no sentido do seu impulso para outro, é esquecer que objetivamente formas superiores à em questão são possíveis, dado que a condição de sem terra é apogeu do

desenvolvimento capitalista no campo, mostrando isso que formas superiores de cooperação devem ser apoiadas;

e. Especificamente tratando do Ceará, importante ter em conta que mesmo sendo espetaculares os resultados da resistência coletiva nas terras conquistadas, os mesmos resultados ocorrem em "ilhas", não se dão massivamente no estado. Em função disso, operacionalizar Reforma Agrária no semi-árido cearense é operacionalizá-la em pelo menos 90% do território do Ceará.

Feitas estas considerações, pode ser dito que o novo no Ceará é o ASSENTADO, que constrói resistência ao flagelamento no semi-árido cearense, e que deste novo é importante não abstrair.⁴⁸

O Assentado é novo porque não é flagelado, mesmo com a agudização da seca, construindo uma nova história no Ceará.

Por conclusão: a resistência coletiva em terras conquistadas mostrou a constituição de elementos fundamentais de uma Cooperativa de Produção Agropecuária, a qual tem no uso coletivo da terra e outros meios de produção sua fundamental natureza, porque não foram separadas a natureza agroecológica das terras conquistadas da natureza de ser o assentado fruto do desenvolvimento capitalista.

Assentado em Vitória não é nem pequeno burguês agrário, nem proletário. Assentado em Vitória é novo no semi-árido do Ceará, que resiste ao velho e o questiona, porque nas entranhas do velho está sendo conquistado o novo.

NOTAS

1. MST, 1993 : 147.

2. MARX, 1983 : 416

3. Porque não apresentaram-se assentados vendendo força-de-trabalho, portanto sendo isso quantitativamente igual a ZERO- enquanto exército industrial de reserva-, resolvemos conhecer Vitória sob o ponto de vista qualitativo. Os dados de campo no assentamento foram levantados a partir de questionário e entrevista básicos, partindo de questões temáticas e seguindo resultados de um pré-teste, que indicou-nos que Bandeira e Cachoeira continham histórias diferentes.

Além de KOSIK (1989), serviram como guia de nossa pesquisa PINTO (1980), GAJARDO (1986) e DAMASCENO (1990). Muito importante foi utilizar COSTA et al (1989) bem como ESTERCI et al (1992). Instrumental operacional valioso foi ALER-Brasil, IBASE, FASE, SEPAC/EP (1986), que apesar de tratar de como deve ser feita a entrevista coletiva "jornalística", muito útil nos foi. Também muito útil foi SOUZA (1991), que ofereceu esclarecimentos sobre elaboração da dissertação.

4. Comunidade, "comum unidade", tem noção histórica, cuja população da comunidade tem interesses- sobretudo econômicos- comuns. A noção baseia-se em PINTO, 1980, que diz: "Numa comunidade local podem, portanto, construir-se como processo distintas 'comunidades', no sentido de uma unidade de objetivos, ..., com base em interesses distintos (paralelos, opostos ou antagônicos)" p.3. Por não ser nosso interesse estudar as comunidades Cachoeira Cercada e Bandeira, e sim reconstituir o assentamento que partindo delas se deu, ficamos operacionalmente com o que também diz PINTO: "Toda comunidade está subdividida por interesses econômicos que não tem diretamente relação com a convivência geográfica. 'Comunidade', portanto, concebida no sentido de interesses comuns é a base para tal homogeneidade objetiva de interesses de um grupo que tem o mesmo tipo de relações produtivas. Estas relações são a base para obter interesses comuns". p.29.

5. As passagens anteriores fundamentaram-se também em ASSENTAMENTO VITÓRIA (1992). O documento é um projeto com 410 páginas, em cujo corpo constam estudos básicos, diretrizes, estratégia, linhas de ação e planos setoriais de produção, comercialização, desenvolvimento social, organização e gestão. A responsabilidade jurídica é da Associação dos Assentados da Fazenda Vitória. Em dezembro de 1988 o Governo do Estado criou o Projeto de Assentamento Vitória, englobando 3.374 ha e prevendo assentar 70 famílias. Ver em anexo ato de criação.

6. Aceitamos as informações de clima, vegetação, recursos hídricos, relevo e águas para irrigação, dos levantamentos executados por CEARÁ.FUNCEME (1990).

7. Segundo CEARÁ.FUNCEME, 1990: "A metodologia adotada para a classificação dos resultados foi baseada no U.S. Salinity Laboratory Staff (RICHARDS, 1954), ..., e fundamenta-se na concentração total de sais solúveis (CEmmhos em -1 a 25 C) e concentração relativa de sódio, com relação ao cálcio e magnésio, RAS (razão de adsorção de sódio)." p.36.

8. Aceitamos o conceito de Trabalhador Rural, como sendo o de COSTA (1984): "Para nós o trabalhador rural pertence a um setor da classe

trabalhadora do campo que nem sempre mantém relações tipicamente capitalistas, mas que são expropriados de seu trabalho, contribuindo assim para a acumulação capitalista. São os pequenos proprietários, parceiros, rendeiros, posseiros e assalariados rurais, e que no caso cearense se caracterizam pela heterogeneidade de relações de trabalho que mantém. Por exemplo, um trabalhador pode ser rendeiro e assalariado, ou até mesmo numa cultura agrícola encontrar-se vários tipos de relações de trabalho." p. 42.

9. Em GUROVICH, 1985, podem ser encontrados fundamentos sobre irrigação. A obra é um bom instrumento de auxílio teórico e prático sobre projetos de irrigação.

10. Cassaco é uma lembrança do roedor doméstico maior (rato caseiro). Pigoiteiro refere-se àquele que manuseia - usa- a pigoita, que é no Ceará denominação dada à chibanca, à pá, à picareta, que são os "ferros da emergência".

11. Lembramos que a partir deste ponto todas as citações sem especificação de fonte correspondem a afirmações dos assentados de Vitória,

12. Quando observamos PROJETO DE ASSENTAMENTO VITÓRIA, 1989, que foi projeto definitivo de amparo ao PROCERA- no qual estavam previstos investimentos e custeios iniciando naquele ano e indo até 1992- vimos que um único projeto é apresentado ao BNB, apesar de uma divisão ser vista nos pedidos de crédito.

13. Vale ilustrar que no período o IDACE passou a contar com um serviço de estudos e projetos, e com um outro para atuar exclusivamente com assentamentos, sem esquecermos que no período em tela todo o corpo do GERA também apoiava assentamentos.

14. Denominamos de reformista aquele que, no embate frontal com os que lhe são contra, posiciona-se com os assentados e/ou sem terra. Interessante que em 1985, no então ITERCE, técnicos realizaram visitas "discretas" às terras em conflito. A partir de tais visitas, que evidentemente não eram autorizadas por seu diretor técnico, foram desencadeadas as vistorias para a arrecadação sumária das terras, fundamentada que foi pela constatação "grilo". Em 1986, agora chamando-se o órgão de terras IDACE e contando com um novo Diretor Técnico, os fatos decorreram como são conhecidos.

15. ENGELS, 1991 : 227.

16. IDEM, 227.

17. AGUIAR, 1984 : 35. Consideramos, que além deste trabalho, é importante consultar DOMINGOS NETO et BORGES, 1983. Vejamos o que dizem, ao comentarem propostas do movimento sindical, após sublinharem que reforma agrária é saída efetiva para os problemas do Nordeste: "Ao concentrar suas reivindicações referentes a 'seca' nos problemas fundiários, o movimento sindical reflete uma compreensão do fenômeno radicalmente oposta à dos mentores da ação governamental. Seguramente as propostas dos trabalhadores oferecerão resultados diferentes dos até agora apresentados pela intervenção do Estado. O céu deveria ser redimido da falsa 'inclemência' para com os produtores rurais." p. 107.

18. MARTINS, 1990 : 219. A pesquisadora forneceu o estudo sobre a ação do Estado no período entre 1987 e 1989, mais especificamente com respeito à ação de "reforma agrária". Os acontecimentos estudados são a memória dos fatos.

19. INCRA , 1990 : 2.
20. IDEM : 10.
21. CEARÁ.IDACE , 1991 : 62.
22. IDEM : 63.
23. IBDEM : 59.
24. BESERRA , 1993. Mostra as diversas faces do primeiro "governo das mudanças"- Tasso Jereissati. Mostra que a esquerda teve seu tempo e espaço reduzidos, pela "democracia" de tal governo. É um aviso do que seria o segundo "governo mudancista", Ciro Gomes, quando adianta os métodos que são utilizados para submeter as esquerdas.
25. Já em 1990 a seca apresentou-se enquanto fenômeno de irregularidade de chuvas. Os anos seguintes, 1991 e 1992, caracterizaram o fenômeno. 1993 foi o clímax da seca.
26. Os recursos foram empenhados na SEPLAN- Secretaria de Planejamento do Ceará, via FDC-Fundo de Desenvolvimento do Ceará, através de Nota de Empenho nº 796, de 29.08.89. Os recursos previam para a Fazenda Vitória: construção de 63 casas, recuperação de 1 açude, construção de duas escolas/ centro comunitário, construção de 1 armazém, construção de 12 Km de estradas, perfuração de 1 poço profundo e ainda 24,5 km de cercas, todos cotados à partir de planilhas do INCRA.
- Referido Secretário deixou a Secretaria de Agricultura e Reforma Agrária-SEARA ao final de 1989. Sabe-se que o mesmo fez campanha para Lula, já no primeiro turno das eleições presidenciais, enquanto que o então Governador Tasso Jereissati fez campanha para Collor. O mesmo Secretário é hoje, 1994, oposição ao Governo Ciro Gomes, e foi uma das pessoas com quem o MST dividiu o Prêmio Nobel Alternativo.
27. ENGELS , 1991 : 233.
28. MARX , 1987 : 23.
29. Conferir ASSENTAMENTO VITÓRIA (1992).
30. O assentamento Santana e o assentamento Maceió, através de suas cooperativas, realizaram festas de comemoração do "assentamento" e fizeram transmissão de cargos de diretoria e prestação geral de contas. Tivemos oportunidade de comparecer a ambos os festejos. Uma delegação do assentamento Vitoria compareceu à Santana. Interessante que seu time de futebol, no torneio que foi realizado, ficou em segundo lugar atrás da seleção do município de Monsenhor Tabosa, onde localiza-se Santana.
31. Antes de março de 1993 as atividades coletivas se davam durante dois dias por semana, sendo ininterruptas aquelas impreteríveis, tais como cuidados com o gado, utilização de máquinas, administração, etc. Deste mês em diante as atividades passaram a ser durante a cinco dias por semana.
32. Desde março de 1993 que o assentamento forneceu água para todo o município de Itatira, e parte do município de Boa Viagem. No início eram oito carros-pipa retirando diariamente água do açude novo. Paulatinamente ocorreu redução para seis, depois quatro e finalmente dois.

33. Ao final de 1993 três levas de trinta cabeças aproximadamente chegavam ao curral/estábulo da "fazenda", totalizando noventa por dia. O gado solteiro ficava nas mangas em torno do açude novo.

34. MST , 1993 : 25 e sgs.

35. IDEM : 28.

36. IBDEM : 51.

37. O instrumental de controle (e registros) é utilizado sinteticamente, assim: existem folhas de controle dos setores (ou comissões) especiais para a pecuária, motores e máquinas, trator, veículos, mensalidades da associação e viagens. As prestações de contas são feitas via recibos fornecidos pela associação, e com outros recibos oriundos "de fora" do assentamento, que são passados para uma folha geral. Existem os livros de atas, de visitas ao assentamento, e de freqüência. São anotadas as freqüências da diretoria, freqüências às reuniões extraordinárias, e freqüências às assembléias. Estas (assembléias) ocorrem no primeiro domingo de cada mês. A diretoria reúne-se todos os sábados, sendo as reuniões abertas. Ver anexo Instrumental de controle.

38. MST , 1993 : 53.

39. Op. Cit : 52.

40. Op. Cit : 52.

41. Conferir XAVIER , 1992.

42. XAVIER , 1992a : 100.

43. Conferir ABRA, citados no Capítulo II. Não seria exagero dizer que a vertente coletivista, adiantada aqui no capítulo primeiro, teria tido aqui sua confirmação com o caso de Vitória e muitos outros assentamentos e/ou CPAs existentes, pelo menos no Ceará. Também não seria exagero dizer que a proposta de SANTANA(1993), adiantada no segundo capítulo, também teria sido ilustrada.

44. Conferir ESTERCI et al (1992).

45. Concordamos com SILVA (1994) que são auto-explicativos os resultados quantitativos dos assentamentos, haja visto sua performance sob este ponto de vista. Assim é que esta pesquisa buscou compreender a essência do processo produtivo nos assentamentos, ou compreender- pelo menos- no caso Vitória. Embora concordando ainda que os elementos cruciais, na busca dessa essência, são as formas de organização social da produção e o perfil da intervenção pública. À luz do caso estudado, discordamos do pensador que 'as formas de organização da produção nos assentamentos possam ser interpretada à luz da performance da pequena produção ou da produção familiar', bem como de que 'possam ser interpretadas à luz da essência da pequena produção'. Pelos mesmos motivos discordamos do MST, quando trata o Assentado como 'pequeno produtor'. Ver citações sobre MST. Ilustre-se com o quadro (Resumo das diferenças).

46. SANTOS , 1986.

47. Campo vasto de pesquisa é a experiência de assentamentos coletivos no Ceará. GARJULLI e outros "videomakers" (1992), conseguiram fazer síntese da experiência em curso no assentamento Santana. Conferir como tal e como instrumento didático.

48. Aproveito para agradecer o "incentivo" feito por alguns "companheiros" que, no desejo de que não existisse a realidade, afirmaram estar eu "delirando na estratosfera". Sem este "incentivo" não teria tido o cuidado em fornecer nome e endereço do caso que estudei.

CAPÍTULO IV - CONCLUSÃO

Mais do que símbolo de experiência de cooperação na produção, assentamentos coletivos no semi-árido apresentaram-se com o caso de Vitória, no momento que o País vive a cotidianização da barbárie social e o Ceará viveu a maior seca do século, superando o flagelamento, opositivamente à miséria, à fome, enfim mostrando-se como possibilidade historicamente constituída de uma nova realidade para o estado, para a região e para o País.

Contextualizada a realidade que surgem, numa reestruturação agrária que momentaneamente foi favorável à construção da cooperação pelos assentados, a qual em seguida foi abandono pelo Estado dessa favorabilidade, os assentados mostraram-se superando o flagelamento, que até então era tido como insuperável.

Buscando esta dissertação anotar um caso de assentamento coletivo, guiamo-nos pelo entendimento de que os assentados são fruto do desenvolvimento capitalista. Neste sentido, o flagelamento expressa, na agudização da semiaridez, esse desenvolvimento o que, portanto, significa expressão da condição de trabalhadores sem terra.

Por isso buscamos saber o que estava ocorrendo no Assentamento Vitória, por não se apresentarem os assentados como flagelados e ainda assim continuavam ao lado de outros trabalhadores (assentados e sem terra) lutando por Reforma Agrária. Para tanto buscamos fazer a reconstituição histórica do assentamento estudado e, em função de indicativos fornecidos pelo MST, do que seria uma CPA plenamente coletiva.

Os assentados não se afastaram da terra conquistada, não saíram a vender sua força-de-trabalho, não se flagelizaram. Isto deve-se à natureza coletiva do assentamento, mesmo que parcial, o qual possui explorações auxiliares, e que constituiu o assentado que é um trabalhador coletivo em terras exploradas coletivamente.

Esta natureza constituiu-se pela união da natureza de sem terra com a natureza agroecológica das terras conquistadas, ou pela união dos trabalhadores aos meios de produção conquistados levando em conta as particularidades

naturais de terras no semi-árido. Assim, ocorreu a união da capacidade de trabalho à capacidade de uso das terras, constituindo o assentamento, constituindo a resistência coletiva nas terras conquistadas, constituindo uma figura nova: assentado que resiste ao flagelamento.

Entretanto esse não-flagelamento é ainda motivo de flagelamento. Na medida que ocorre resistência dentro do assentamento, esta é também flagelamento por não ser o assentamento autárquico, mostrando isso que não é vivenciada realidade de Reforma Agrária, razão ainda que faz o assentamento com elementos de uma CPA não-plenamente coletiva.

Mesmo ocorrendo em Vitória retribuição ao trabalho e não ao capital, a gestão do assentamento é também parcialmente autogestionária ou estando ainda sendo construída, estando ainda em **continuum** para autogestão.

Pelas interfaces que faz o assentamento com o mercado, bem como que Vitória surge numa reestruturação agrária, o estudo de caso mostrou ainda a complexidade do que é um assentamento em coletivização.

Frente a isso, muitas perguntas se alevantaram durante nosso estudo e, dentre elas, destacamos:

Em não sendo dentro de Vitória os produtos mercadorias, que significados tem a colocação de tais produtos no mercado capitalista?

A entrada de mercadorias no assentamento as transforma em produto somente, ou realiza e transmuda mercadorias numa esfera que nega a produção e circulação de mercadorias?

Tendo no assentamento, na produção coletiva, a existência de uma riqueza diferente do "mundo externo", como resistir o assentamento isoladamente à concorrência capitalista?

Em função do fato de que com assentamento o exército industrial de reserva não recebe incremento, que significados tem isso sabendo-se que assentamento está no desenvolvimento capitalista e forma quadros que lutam pela Reforma Agrária?

Perdurando a reestruturação agrária, mantendo-se somente uma adequação do capital para si, no contexto do estado do Ceará, e particularmente o Assentamento Vitória ampliando a melhoria da condição de vida dos assentados,

que significados podem ter *ilhas assentadas de prosperidade coletiva* num mar de miséria e concentração privada de riqueza que é o estado do Ceará?

Esses questionamentos, junto das demais conclusões levam-nos a afirmar: Vitória não é um caso de Reforma Agrária. O assentamento é um caso de construção e luta pela Reforma Agrária. Mesmo assim a lição que o assentado nos dá é de que o flagelamento, a seca, a fome, a miséria, enfim a opositividade pobreza-riqueza são superáveis, porque a produção coletiva é também riqueza coletiva e, sobretudo, porque o assentado de Vitória soube ocupar, resistir e produzir.

O futuro a ele pertence !!!

que significados podem ter *ilhas assentadas de prosperidade coletiva* num mar de miséria e concentração privada de riqueza que é o estado do Ceará?

Esses questionamentos, junto das demais conclusões, levam-nos a afirmar: Vitória não é um caso de Reforma Agrária. O assentamento é um caso de construção e luta pela Reforma Agrária. Mesmo assim a lição que o assentado nos dá é de que o flagelamento, a seca, a fome, a miséria, enfim a opositividade pobreza-riqueza são superáveis, porque a produção coletiva é também riqueza coletiva e, sobretudo, porque o assentado de Vitória soube ocupar, resistir e produzir.

O futuro a ele pertence !!!

BIBLIOGRAFIA

1. ABRA. **Cadernos da Associação Brasileira de Reforma Agrária**. N 1, Vol. 1, 1993.
2. AGUIAR, Cláudio. **Caldeirão**: romance. Rio de Janeiro, José Olímpio, 1982.
3. AGUIAR, Gelfa de Maria Costa. **O Estado e a seca**: intervenção estatal no Nordeste do Brasil - 1979/83. Campina Grande, 1984, mimeo.
4. ALENCAR, Francisco Amaro Gomes de. et al. **Ante-projeto de assentamentos da fazenda Monte Castelo**, Quixadá - Ceará (versão preliminar). Fortaleza, CETREDE, 1986.
5. ALER - Brasil. IBASE, FASE, SEPAC/EP. **A entrevista coletiva**: manuais de comunicação n 5. São Paulo, 1986.
6. ALVES, Joaquim. **História das secas** (séculos XVII a XIX). Mossoró, Assembleia Legislativa do Rio Grande do Norte/Fundação Guimarães Duque/Escola Superior de Agricultura de Mossoró, 1982.
7. ALVES, Eliseu. **A agroindústria e os agricultores**. Brasília, CODEVASF, 1988.
8. ALVES, Eliseu. **Pobreza rural no Brasil**: desafios da extensão e da pesquisa. BRASIL. MINISTÉRIO DA IRRIGAÇÃO/CODEVASF, Brasília, 1988.
9. ANDRADE, Manuel Correia de. **Latifúndio e reforma agrária no Brasil**. São Paulo, Duas Cidades, 1980.
10. ASSENTAMENTO VITÓRIA. **Projeto de desenvolvimento econômico e social**. (vol.1). Fortaleza, 1992, mimeo.
11. BELOÚSSOV, R. **Gestão planificada da economia socialista**: experiência histórica. Moscou, Progresso, 1984.
12. BENSON, George. **A agricultura sob o comunismo**. Rio de Janeiro, Edições GRD, 1963.
- x13. BESERRA, Bernardete Ramos. **Cidadania à Domicílio ? O caso das associações de produtores no Ceará**. Fortaleza, 1993, mimeo.

14. BNB - Banco do Nordeste do Brasil. **FNE- Fundo Constitucional de Financiamento do Nordeste** - resumo informativo, Fortaleza, 1990, mimeo.
15. BRASIL. **Leis, Decretos etc. Decreto nº 92.617 de 02 de maio de 1986**, Diário Oficial da União, PNRA/PRRA - Ce. Brasília, 06 de maio de 1986.
16. CAMPOS, Robério Telmo et al. **Efeitos da seca verde (1987) sobre a agropecuária cearense**. Fortaleza, 1988, mimeo.
17. CAMPOS, Robério Telmo. et KHAN, Saed. **Efeitos das secas no setor agrícola do Nordeste**, ICID, Fortaleza, 1992.
18. CARCANHOLO, Reinaldo A. **O valor, a riqueza e a teoria de Smith**. Análise econômica, 9 (15), 91.
19. CARVALHO, Horácio Martins de. **Reforma agrária e o poder político**. Fortaleza, 1985, mimeo.
20. CARVALHO, Horácio Martins de. **Tecnologia e a pequena burguesia agrária**. Fortaleza, 1985, mimeo.
21. CARVALHO, Horácio Martins de. in **ABRA**, N 1, Vo 1, 1993.
22. CARVALHO, Nanci Valadares de. **Autogestão: o governo pela autonomia**. São Paulo, Brasiliense, 1983
23. CEARÁ. FUNCEME- Fundação Cearense de Meteorologia e Recursos Hídricos. **Levantamento do potencial agrícola das terras do imóvel Vitória**; município de Itatira - Ceará. Fortaleza, Convênio IDACE/ FUNCEME, 1990.
24. CEARÁ. IDACE. Instituto de Desenvolvimento Agrário do Ceará. **Relatório de atividades: 1987/1991**. Fortaleza, 1991, mimeo.
25. CEARÁ. SEMACE- Superintendência Estadual do Meio Ambiente. **Ceará 92- Perfil ambiental e estratégias**. Fortaleza, 1992.
26. CEARÁ SEPLAN/IPLANCE- Secretaria de Planejamento e Coordenação/ Fundação Instituto de Planejamento do Ceará. **Anuário Estatístico do Ceará**. Fortaleza, 1993.

27. CONTINI et al. Modelo de participação do sistema cooperativista em projetos de reforma agrária, in **Congresso Brasileiro de Economia e Sociologia Rural - XXIX**. Brasília, SOBER, 1991.
28. COSTA, Rosana Garjulli Sales. **Estado, planejamento e classes sociais: POLONORDESTE**, um estudo de caso. Fortaleza, 1984, mimeo.
29. COSTA, Beatriz. et al. **Produção associada**: pensares diversos. Petrópolis, VOZES, 1989.
30. DAMASCENO, Maria Nobre. **Pedagogia do engajamento**: trabalho, prática educativa e consciência do campesinato. Fortaleza, Edições UFC, 1990.
31. DELGADO, Guilherme da Costa. **Capital financeiro e agricultura no Brasil**. São Paulo, ÍCONE, 1986.
32. DELGADO, Guilherme da Costa. **Agricultura versus indústria**: os espaços da produção familiar. Recife, INCRA/PNUD/SUDENE, 1989.
33. DOMINGOS NETO, Manuel. et BORGES, Geraldo Almeida. **Seca seculorum**: flagelo e mito na economia rural piauiense. Teresina, Fundação CEPRO, 1983.
34. DUARTE, Maria Tomázia Santos, D'ÁGUIAR, Ana Maria Mariano et REYMÃO, Maria Eunice Garcia. (Orgs). **Organização popular e mudança**. São Paulo, Edições Loyola, 1986.
35. DUQUE, José Guimarães. **Solo e água no polígono das secas**. Fortaleza, DNOCS, 1973.
36. ENGELS, Friedrich. **Dialética da natureza**. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1985.
37. ENGELS, Friedrich. O problema camponês na França e na Alemanha, in **A questão Agrária**, São Paulo, Brasiliense, 1981.
38. ENGELS, Friedrich. **A origem da família, da propriedade privada e do Estado**. São Paulo, GLOBAL, 1991.
39. ESTERCI, Neide. et al. **Assentamentos rurais**: um convite ao debate. In Reforma Agrária, Campinas, vol. 22, n 3, set/dez 92,

40. FAO. **Principais indicadores sócio-econômicos dos assentamentos de reforma agrária**/relatório projeto BRA 87/022. Brasília, 1992.
41. FERREIRA, Assuero. **A aventura da sobrevivência**: as migrações internas numa região periférica. Fortaleza, CAEN, maio 1984, mimeo.
42. FRANCO, Mariana Pantoja. **Associação versus Estado**: disputa e negociação. in Cadernos do CEDI 21, 1991.
43. FREIRE, Eluesio Curvêlo. **Proposição/alternativas para o desenvolvimento sustentável do semi-árido nordestino**. Campina Grande, 1992, mimeo.
44. GAJARDO, Marcela. **Pesquisa participante na América Latina**. São Paulo, Brasiliense, 1986.
45. GARJULLI, Rosana (Diretora). OLIVEIRA, Caubi (Assistente de Direção). GONÇALVES, Cleber (Câmara). MAGUIM, Siebra e BRASIL, Tibico (Edição). GARJULLI, Rosana e ASSENTADOS DE SANTANA (Roteiro) et ASSENTAMENTO SANTANA (Produção). **Santana**: uma história de lutas. Assentamento Santana/Fortaleza, 1992, em Vídeo Cassete.
46. GÖERGEN, Sérgio. et STÉDILLE, João Pedro (Orgs). **Assentamentos**: a resposta econômica da reforma agrária. Petrópolis, VOZES, 1991.
47. GOODMAN, David., SORJ, Bernardo. et WILKINSON, John. **Da lavoura às biotecnologias**, Rio de Janeiro, Campus, 1986.
48. GOVERNO DO ESTADO DO CEARÁ. **Crianças e adolescentes no Ceará**: saúde, educação e trabalho. Fortaleza, set/1992.
49. GRIFFITHS, Percival. **As transfigurações do comunismo**. Rio de Janeiro, Fundo de Cultura, 1964.
50. GRZYBOWSKY, Cândido. **Caminhos e descaminhos dos movimentos sociais no campo**. Petrópolis, VOZES, 1987.
51. GUERRA, Paulo de Brito. **A civilização da seca**: o Nordeste é uma história mal contada. Fortaleza, DNOCS, 1981.
52. GUROVICH, Luis Alberto. **Fundamentos y diseño de sistemas de riego**. San José (Costa Rica), IICA, 1985.

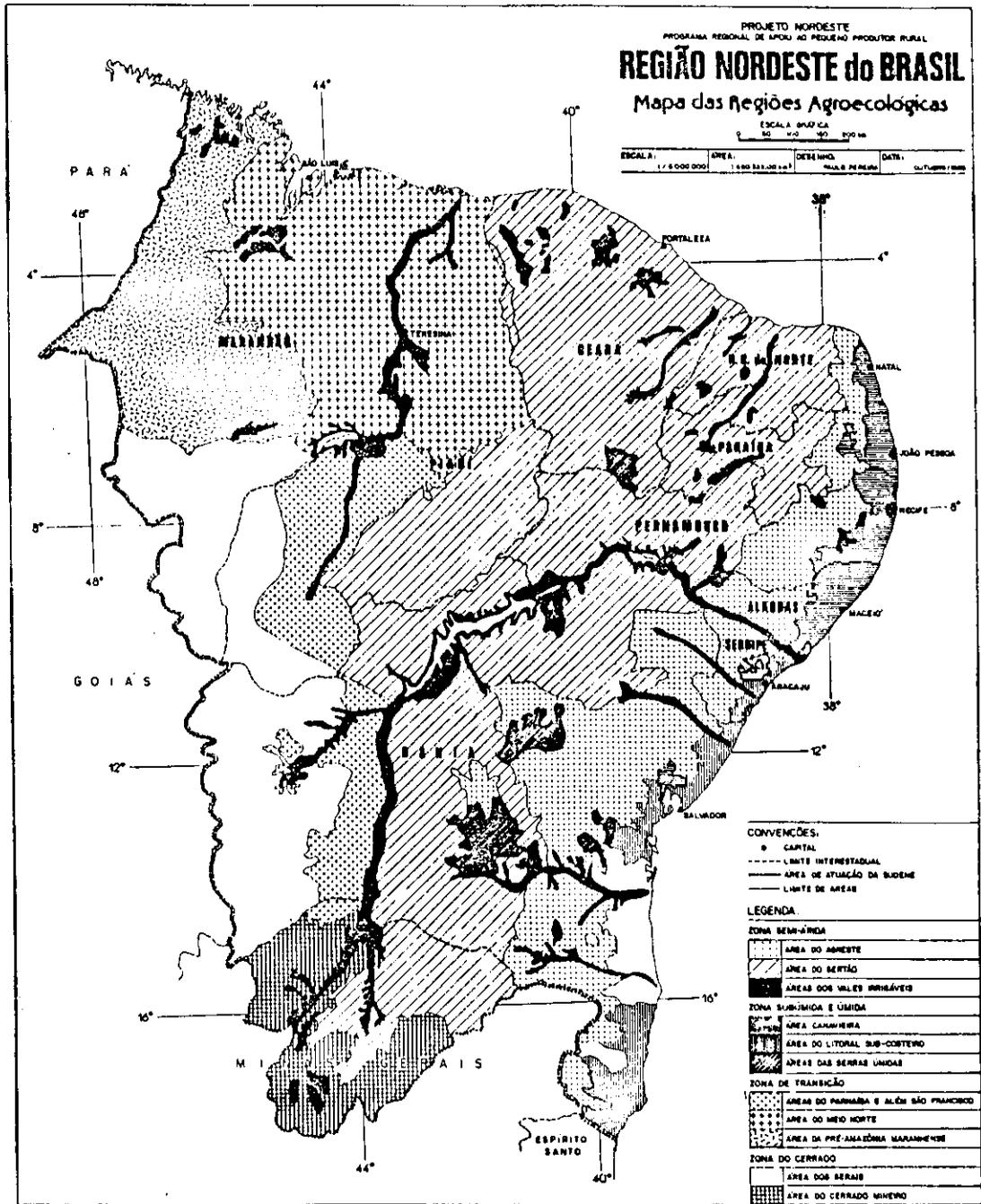
53. IBGE. Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Censo Agropecuário n 11**, Ceará.
54. IANNI, Octávio. Formas sociais da terra, in **RAIZES**, Campina Grande, II, 2-3, 5-18, jan-dez/1983.
55. IECC - INSTITUTO EQUATORIAL DE CULTURA CONTEMPORÂNEA. **Projeto indicadores de desenvolvimento e desigualdade** (relatório síntese). Fortaleza, 1991, mimeo.
56. INCRA- Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária. **Proposta de atuação. 1990**, mimeo.
57. IPEA- Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada. **O mapa da fome (I e II):** subsídios à formulação de uma política de segurança alimentar. Brasília, 1993, mimeo.
58. KOSIK, Karel. **Dialética do concreto**. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1989.
59. LEITE, Sérgio. O estudo dos assentamentos rurais e os parâmetros da ciência econômica, in **Reforma Agrária: produção, emprego e renda - o relatório da FAO em debate**. ROMEIRO, Adhemar et al (orgs.). Petrópolis, VOZES/IBASE, 1994.
60. LEPSCH, I. F. **Manual para levantamento do meio físico de classificação de terras no sistema de capacidade de uso**. Campinas, SBCS, 1983.
61. LEMOS, José de Jesus Souza et ROSA, Antonio Lisboa Teles. **Impactos das políticas de ajuste do setor público cearense sobre a agricultura estadual**. Fortaleza, set/92, mimeo.
62. LIMA, Geraldo Oliveira. **Cordel número 21: Caldeirão**. Crateús, 1979, mimeo.
63. LOUREIRO, Maria Rita Garcia. **Terra, família e capital: formação e expansão da pequena burguesia rural em São Paulo**. Petrópolis, VOZES, 1987.
64. MAIA, Veralúcia G. De Matos. **José Lourenço: o beato camponês da comunidade do Caldeirão**. São Paulo, Paulinas, 1992.
65. MANÉVITCH, E. **O trabalho na URSS: problemas e formas de solução**. Moscou, Progresso, 1985.

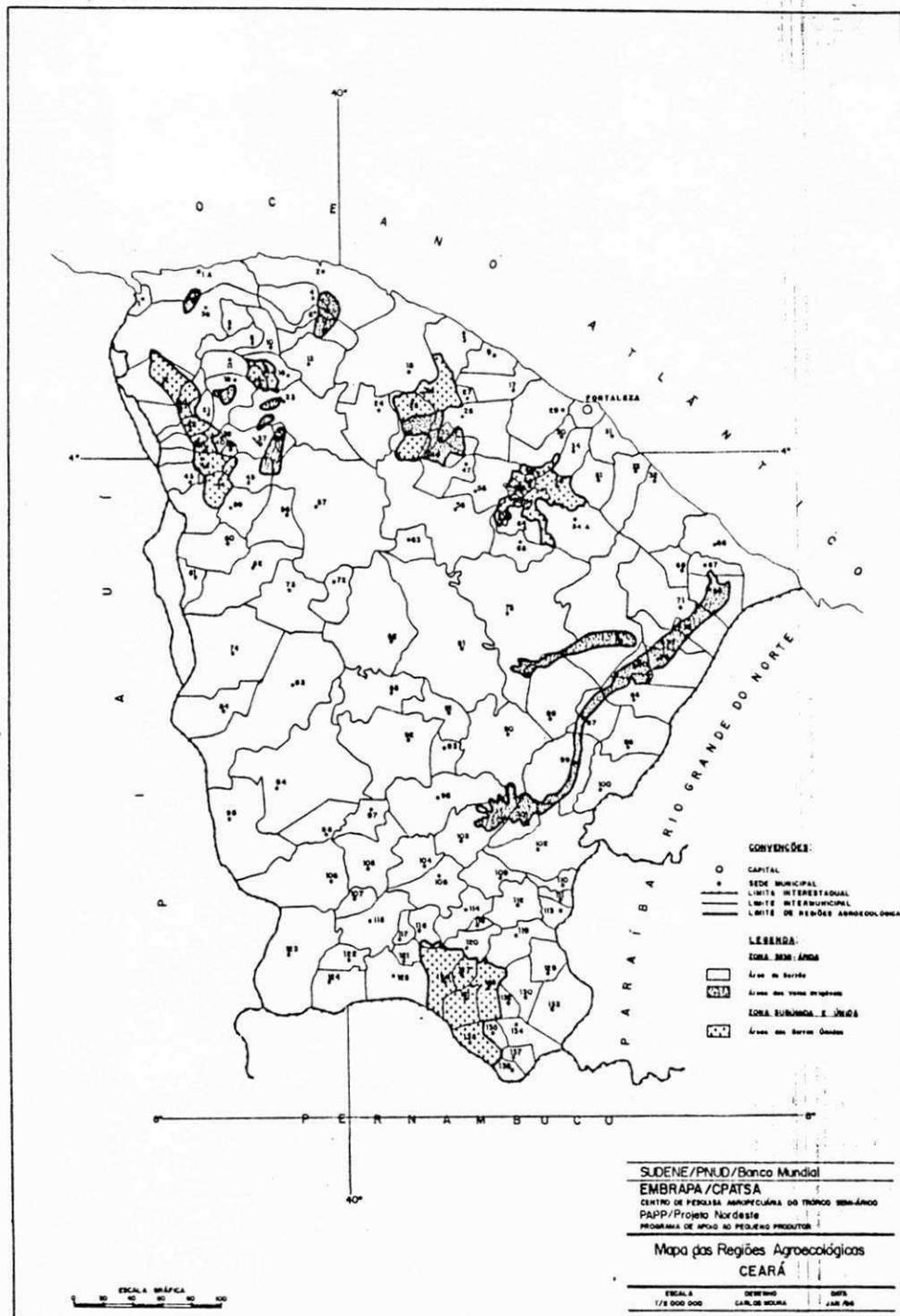
66. MANN, Susan A. et DICKINSON, James M. **Obstáculos ao desenvolvimento da agricultura capitalista**. (Traduzido por Zander Navarro), s.d., mimeo.
67. MARTINS, Mônica Dias. **Reforma agrária: sonho, sonhei, sonhamos**. Fortaleza, 1990, mimeo.
68. MARX, Karl. **O Capital: crítica da economia política**. São Paulo, Civilização Brasileira, 1980.
69. MARX, Carlos. Futuros resultados de la dominación británica en la India, in **MARX e ENGELS**. Acerca del colonialismo, Moscovo, Editorial Progreso, 1981.
70. MARX, Karl. **O capital: crítica da economia política**. São Paulo, DIFEL, 1983.
71. MARX, Karl. **O capital: crítica da economia política**. São Paulo, DIFEL, 1985.
72. MARX, Karl. **Trabalho assalariado e capital**. São Paulo, Global, 1987.
73. MARX, Karl. **Capítulo VI inédito de O capital: resultados do processo de produção imediata**. , Cortez , sd.
74. MIRAD/INCRA. Ministério da Reforma e do Desenvolvimento Agrário. Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária - Diretoria Regional do Nordeste Setentrional - DR (02). **Ações fundiárias realizadas no Ceará: proposta de revisão (preliminar)**. Fortaleza, agosto de 1985, mimeo.
75. MST-Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra. A experiência do MST na cooperação agrícola, in **Assentamentos: a resposta econômica da reforma agrária**. Petrópolis, Vozes, 1991.
76. MST-Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra. **Caderno de formação nº 20: a cooperação agrícola nos assentamentos**. São Paulo, MST, 1993.
77. NOBRE, Geraldo da Silva. **As oficinas de carne do Ceará: uma solução local para uma pecuária em crise**. Fortaleza, Gráfica Editorial Cearense, 1977.

78. PINTO, João Bosco Guedes. **Reflexões sobre desenvolvimento social, trabalho com grupos e ação comunitária**. Documento A - 3. Recife, Projeto DRIN - Brasil/Organização dos Estados Americanos. SUDENE, 1980, mimeo.
79. POMPEU SOBRINHO, Thomaz. **História das Secas** (século XX). Mossoró, Assembléia Legislativa do Rio Grande do Norte/Fundação Guimarães Duque/Escola Superior de Agricultura de Mossoró, 1982.
80. PRADO JR., Caio. **O mundo do socialismo**. São Paulo, Brasiliense, 1976.
81. PROJETO DE ASSENTAMENTO VITÓRIA. **Projeto definitivo ao amparo do PROCERA**. Fortaleza, 1989, mimeo.
82. RADAMBRASIL. Brasil. Ministério das Minas e Energia/Secretaria Geral. Projeto RADAMBRASIL. **Folhas SB. 24/25 Jaguaribe/Natal**; geologia, geomorfologia, pedologia, vegetação e uso potencial da terra. Rio de Janeiro, 1981.
83. Reforma Agrária. **ABRA**, Campinas, 21 (2), mai/ago 1993
84. Reforma Agrária. **ABRA**, Campinas, 23 (2), mai/ago 1993
85. Revista **Veja**, edição 1.316
86. SANDRONI, Paulo. **Questão agrária e campesinato**: a "funcionalidade" da pequena produção mercantil. São Paulo, POLIS, 1980.
87. SANTANA, Eudoro. **Órfãos da abolição**: tráfico de trabalhadores e trabalho escravo. Fortaleza, Assembléia Legislativa do Estado do Ceará, 1993.
88. SANTANA, Eudoro. Erros afastam a esquerda da reforma agrária, in **Políticas Governamentais**. Rio de Janeiro, IBASE, 1993.
89. SANTOS, Milton. **Por uma geografia nova**: de crítica da geografia à uma geografia crítica. São Paulo, HUCITEC, 1978.
90. SANTOS, Robério Ferreira dos. **Presença de vieses de mudança técnica na agricultura brasileira**. São Paulo, 1986, mimeo.
91. SARAIVA, Ivony Lúcia. **Cooperativa de sisal sociedade anônima**. Campina Grande, 1981, mimeo.

92. SCHENEIDER, João Elmo. O cooperativismo agrícola na dinâmica social do desenvolvimento periférico dependente: o caso brasileiro, in **Cooperativas agrícolas e capitalismo no Brasil**, São Paulo, Cortez, 1981.
93. SHANIN, Teodor. Coletivização na União Soviética, in **Reforma Agrária**, Campinas, 19 (3), dez 89 - mar 90.
94. SILVA, José Graziano da., in **ABRA**, N 1, Vol 1, 1993.
95. SILVA, José Gomes da. et SILVA, Luis Inácio Lula da. Plano nacional de reforma agrária: um projeto popular para agricultores sem terra e minifundistas, in **Reforma Agrária**, Campinas 21 (1), 1991.
96. SINE - Ce - Sistema Nacional de Emprego. **Ocupação e desemprego no município de Fortaleza**. Fortaleza, 1993.
97. SOUZA, Nali de Jesus de. **Considerações sobre a dissertação de mestrado**. Análise Econômica, ano 9, n 16, 1991.
98. STÉDILLE, João Pedro., in **ABRA**, N 1, Vol 1, 1993.
99. SUDENE. PAPP, EMBRAPA. CPATSA e PNUD. **Coeficientes técnicos para a pecuária e a agricultura no Nordeste**. Recife, SUDENE. PAPP, 1990.
100. TORRES, Daniela Pinheiro Alam. **Criando Barreira**. Fortaleza, 1993, mimeo.
101. VIANNA, Aurélio. Assalariamento, extrativismo e venda (troca) de lotes: alternativas para uma ocupação de terras no sudoeste do Paraná, in **Terra de trabalho e terra de negócio**. Rio de Janeiro, CEDI, 1990.
102. WANDERLEY, Maria de Nazareth Baudel. **O camponês: um trabalhador para o capital**. Brasília, Cadernos de Difusão de Tecnologia, 2 (1: 13 - 78), junho/abril/1985.
103. XAVIER, Jurandir Antonio. **A contemporaneidade da questão regional**. Campina Grande, Editora Universitária/UFPB, 1992.
104. XAVIER, Jurandir Antonio. **Desenvolvimento versus regressão**. Campina Grande, A UNIÃO, 1992.
105. ZIMMERMANN, Neusa de Castro. **Depois da terra, a conquista da cooperação**: um estudo do processo organizativo num assentamento de reforma agrária no RS. Brasília, 1989, mimeo..

ANEXOS





ANEXO
FAZENDA VITÓRIA
DADOS DE CHUVA (MM)

Discriminação	Posto Macaóca	Posto Madalena
Anos com dados	26	27
Média	678,5	679,1
Máxima	1.553,0	1.582,4
Mínima	258,5	240,4

Fonte: CEARÁ.FUNCEME, 1990

ANEXO
FORTALEZA
TAXAS DE DESEMPREGO ABERTO - OUTUBRO DE 1993

Mes	Ocupação	Desemprego Aberto
Nov/92	40,12	11,31
Dez/92	41,27	10,60
Jan/93	48,80	12,19
Fev/93	40,58	13,28
Mar/93	39,59	14,09
Abr/93	39,37	13,93
Mai/93	39,50	13,79
Jun/93	40,00	12,80
Jul/93	40,11	12,30
Ago/93	40,02	11,13
Set/93	40,42	11,02
Out/93	40,29	10,68

Fonte: SINE/CEARA, 1993

**ANEXO
CEARÁ**

ÁREA MÉDIA DE IMÓVEIS POR MICROREGIÃO E ESTRATO DE ÁREA

(1)

Microregião	0 - 15 ha	15 ha- módulo	Módulo -100 ha	100 - 500 ha	500 - 1.000 ha	mais de 1.000 ha	Total
	Área média	Área media	Área média	Área média	Área média	Área média	Área média
Sertões de Quixerambim	4,28	28,49	70,50	210,00	675,10	2.143,41	107,12
Sertões de Canindé	5,58	32,53	72,28	208,37	705,26	2.574,75	163,98
Sertões de Inhamuns	4,49	26,42	56,07	198,10	693,00	1.050,60	24,16
Cariri	5,55	24,15	53,19	185,81	686,00	-	31,88
Baixo Jaguaribe	4,56	21,89	53,89	172,44	608,20	5.747	14,62
Maciço de Baturité	5,26	25,85	56,35	209,21	-	-	25,69
Serra da Ibiapaba	4,07	28,17	42,58	195,78	669,88	1.669,73	29,46
Totais	4,49	27,56	59,72	230,28	678,75	2.158,64	51,70

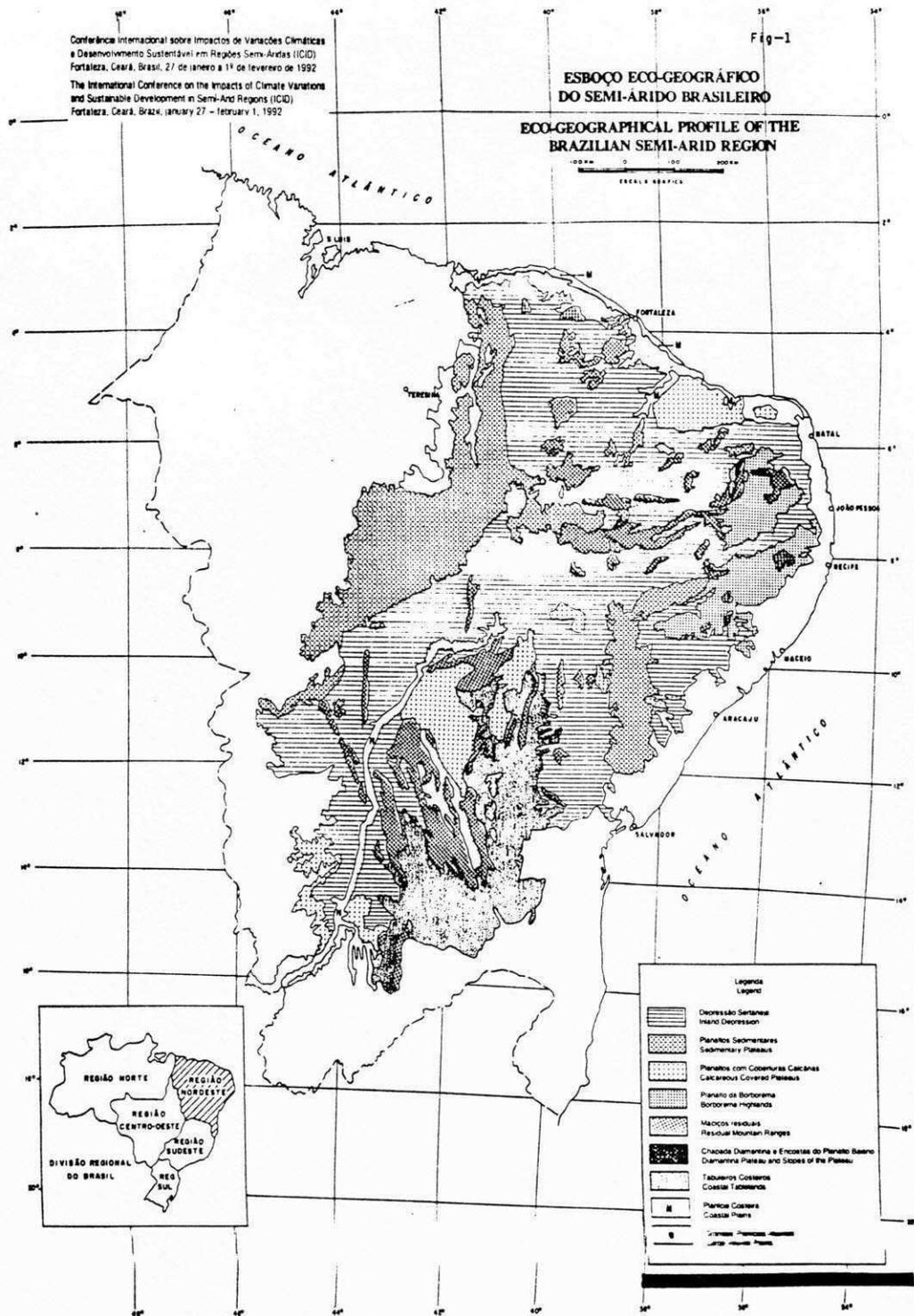
Fonte: CEARÁ.IDACE, 1991

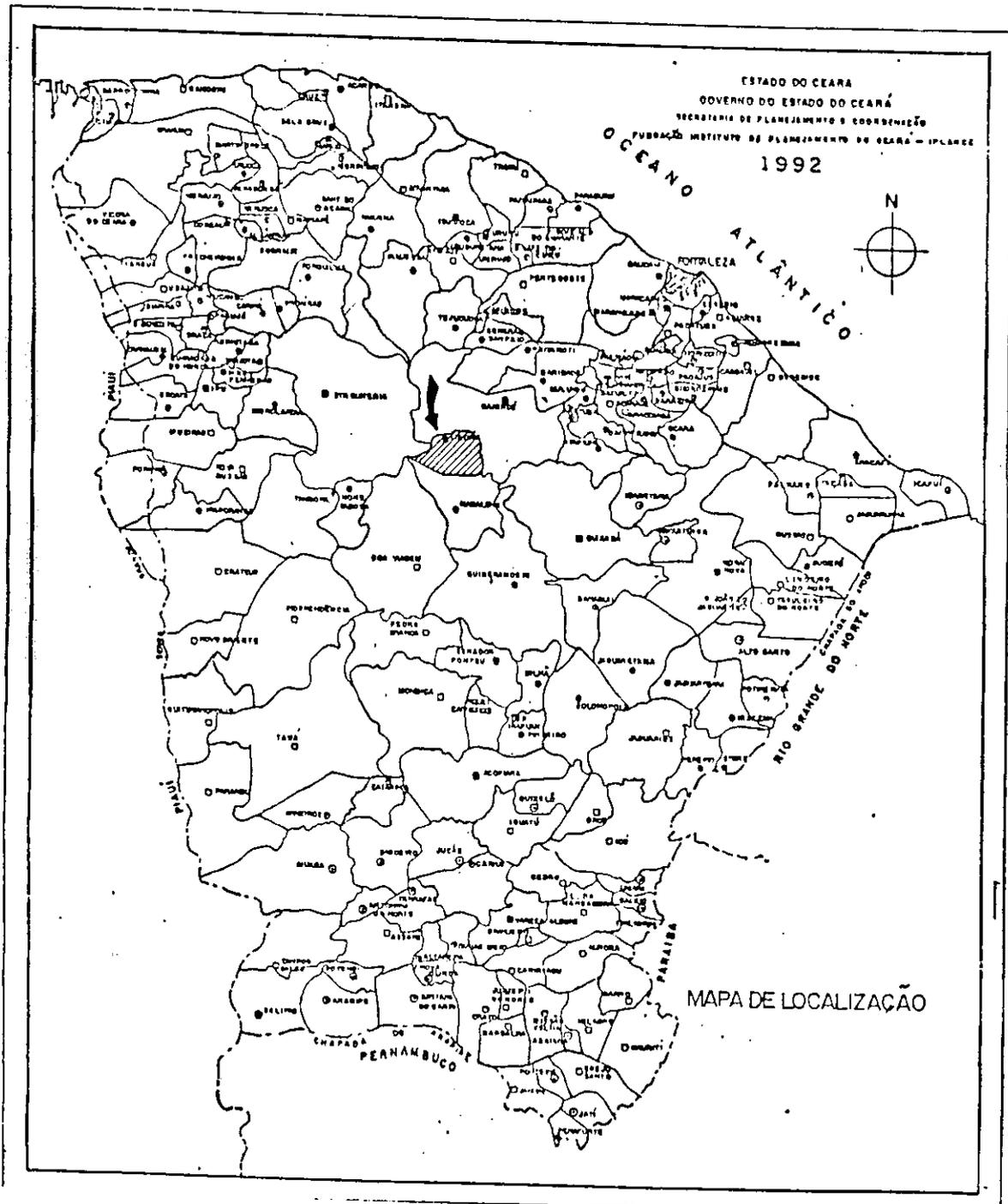
(1) Módulo - Referente ao módulo fiscal

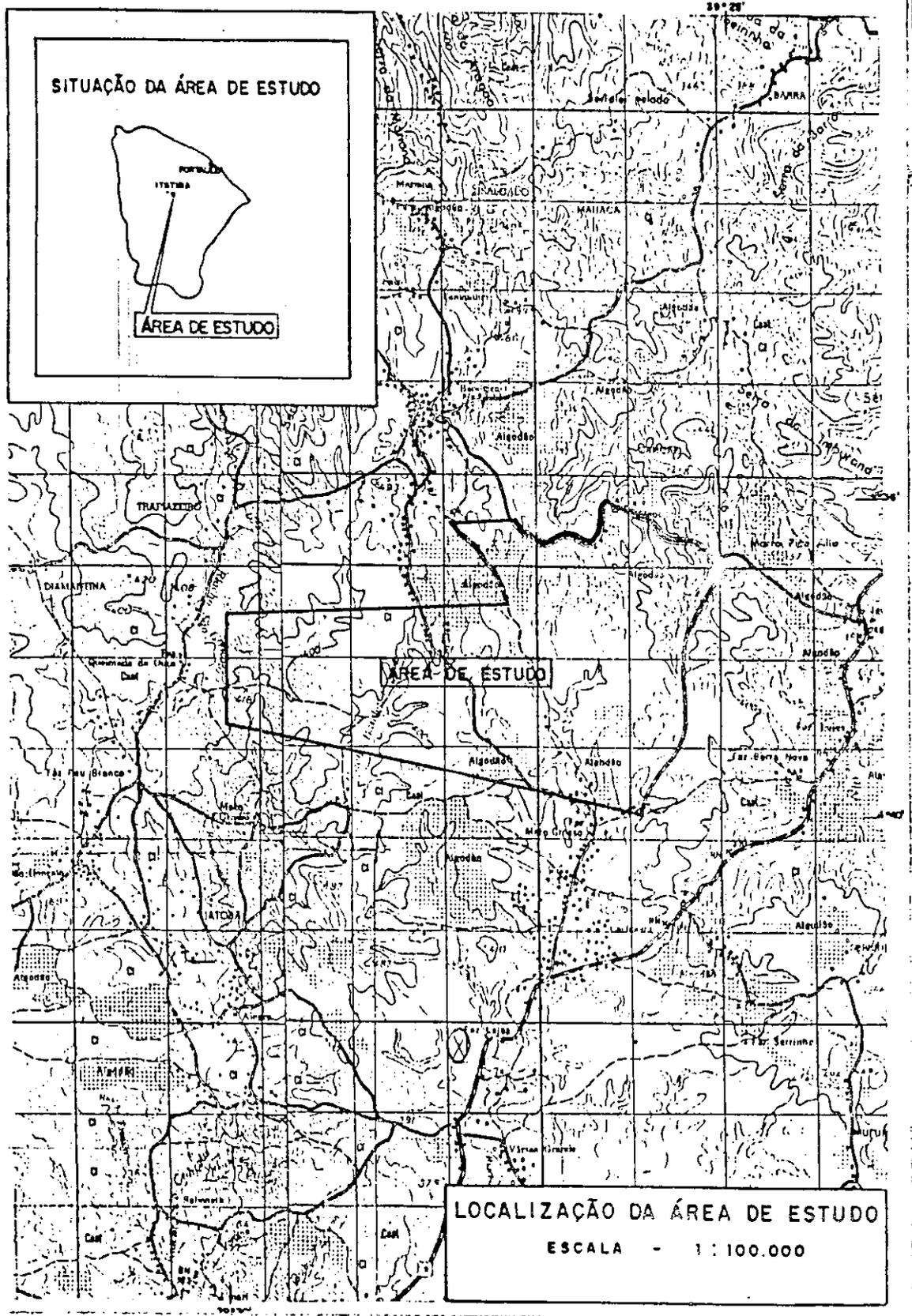
Conferência Internacional sobre Impactos de Variações Climáticas e Desenvolvimento Sustentável em Regões Semi-Áridas (ICID) Fortaleza, Ceará, Brasil, 27 de janeiro a 1º de fevereiro de 1992
 The International Conference on the Impacts of Climate Variations and Sustainable Development in Semi-Arid Regions (ICID) Fortaleza, Ceará, Brazil, January 27 - February 1, 1992

Fig-1

ESBOÇO ECO-GEOGRÁFICO DO SEMI-ÁRIDO BRASILEIRO
ECO-GEOGRAPHICAL PROFILE OF THE BRAZILIAN SEMI-ARID REGION







6 QUANTO OFICIAL (Estado do Ceará - Brasil)
N.º 11480 (Para II)
FORTALEZA, Ceará-Fev. 22 de dezembro de 1968

PORTARIA N.º 1192/68

AS O SECRETÁRIO DE AGRICULTURA E REFORMA AGRÁRIA DO ESTADO DO CEARÁ, no uso de suas atribuições legais, na conformidade do Art. 16 Níveis III, IV e VI do Decreto nº 19.104, de 07 de Janeiro de 1968, RESOLVE, conceder ao(s) servidor(es) abaixo relacionado(s), diárias por deslocamento no objeto de serviços, devendo a despesa correr à conta da verba: SEPLAN/SEARA AGENTE RURAL

N.º de Ordem	Nome	Categoria	Nível de Viagem	Período da Viagem	Destino	Valor Unitário	V. Tot. Total
01	LOJOS FRANKS KOKAY	Saboeiro	10 a 23.12.68	Itapipoca	20.476,00	192.359,00	
02	POO SIDNEY LOPES RAMOS	Ag. Agr	19 a 23.12.68	Itapipoca	19.239,00	51.159,00	
03	JOSÉ RAJMOND TEIXEIRA	Mecânico ADM-6	19 a 23.12.68	Itapipoca	7.478,50	38.392,50	
04	VICENTE ALVES TEIXEIRA	Mec. de BRC. Industrial	19 a 23.12.68	Itapipoca	19.239,00	51.129,00	

CONFIRMA-SE: SECRETARIA DE AGRICULTURA E REFORMA AGRÁRIA DO ESTADO DO CEARÁ - FORTALEZA, 13 de dezembro de 1968.
LUCIANO DE V. CARNEIRO

PORTARIA N.º 1194/68 - O SECRETÁRIO DE ESTADO DA AGRICULTURA E REFORMA AGRÁRIA, no uso de suas atribuições, CONSIDERANDO o proposto submetido pelo Instituto de Desenvolvimento Agrário do Ceará - IDACE, através de sua Superintendência, no bojo do processo administrativo IDACE N.º 3182/68. RESOLVE:

I - APROVAR o critério do Projeto de Assentamento Oribá, numa área de 150.3003 ha (cento e cinquenta e oito hectares, trinta e seis ares e noventa e cinco centavos), do imóvel rural denominado Oribá, objeto de aquisição por Doação, localizado no Município de Barreira, pertencente ao patrimônio fundiário do Estado, que prevê o desmembramento de atividades produtivas e implantação de infraestrutura física necessária ao desenvolvimento de Comunidade Rural composta de 75 famílias e cinco) famílias de contomidade com o plano preliminar elaborado pelo Instituto de Desenvolvimento Agrário do Ceará - IDACE.

II - DETERMINAR ao Departamento de Apoio e Reforma Agrária o(a) Secretária que se articule com o Instituto de Desenvolvimento Agrário do Ceará - IDACE, no sentido de promover a aquisição por Doação, localizada no Município de Barreira, pertencente ao patrimônio fundiário do Estado, que prevê o desmembramento de atividades produtivas e implantação de infraestrutura física necessária ao desenvolvimento de Comunidade Rural composta de 75 famílias e cinco) famílias de contomidade com o plano preliminar elaborado pelo Instituto de Desenvolvimento Agrário do Ceará - IDACE.

Dê-se Ciência e Cumpra-se.

Eudoro Walter de Santana

PORTARIA N.º 1195/68 - O SECRETÁRIO DE ESTADO DA AGRICULTURA E REFORMA AGRÁRIA, no uso de suas atribuições, CONSIDERANDO o proposto submetido pelo Instituto de Desenvolvimento Agrário do Ceará - IDACE, através de sua Superintendência, no bojo do processo administrativo IDACE N.º 3183/68. RESOLVE:

I - APROVAR o critério do Projeto de Assentamento numa área de 676.9611 ha (seiscentos e vinte e seis hectares, cinquenta e seis ares e onze centavos) no imóvel rural denominado Caçara, objeto de aquisição por Doação, localizada no Município de Canindé, pertencente ao patrimônio fundiário do Estado, que prevê o desmembramento de atividades produtivas e implantação de infraestrutura física necessária ao desenvolvimento de Comunidade Rural composta de 23 lotes e 944 famílias, de contomidade com o plano preliminar elaborado pelo Instituto de Desenvolvimento Agrário do Ceará - IDACE.

II - DETERMINAR ao Departamento de Apoio e Reforma Agrária o(a) Secretária que se articule com o Instituto de Desenvolvimento Agrário do Ceará - IDACE, no sentido de promover

as medidas de implementação do Projeto de Assentamento ora criado, bem como com aquele Instituto, no curso da execução, e providências que se fizerem necessárias, concernentes à adaptação do Projeto visando o atingimento de suas objetivos.

Dê-se Ciência e Cumpra-se.

Eudoro Walter de Santana

PORTARIA N.º 1196/68 - O SECRETÁRIO DE ESTADO DA AGRICULTURA E REFORMA AGRÁRIA, no uso de suas atribuições, CONSIDERANDO o proposto submetido pelo Instituto de Desenvolvimento Agrário do Ceará - IDACE, através de sua Superintendência, no bojo do processo administrativo IDACE N.º 3180/68. RESOLVE:

I - APROVAR o critério do Projeto de Assentamento-Visão numa área de 2.374.1433 ha (dois mil trezentos e setenta e quatro hectares, quatro ares e trinta e oito centavos) do imóvel rural denominado Viçosa, objeto de aquisição por Arrendatário/Desapropriação, localizado no Município de Itapipoca, pertencente ao patrimônio fundiário do Estado, que prevê o desmembramento de atividades produtivas e implantação de infraestrutura física necessária ao desenvolvimento de Comunidade Rural composta de 70 lotes e 1.000 famílias, de contomidade com o plano preliminar elaborado pelo Instituto de Desenvolvimento Agrário do Ceará - IDACE.

II - DETERMINAR ao Departamento de Apoio e Reforma Agrária o(a) Secretária que se articule com o Instituto de Desenvolvimento Agrário do Ceará - IDACE, no sentido de promover a aquisição em conjunto com aquele Instituto, no curso da execução, e providências que se fizerem necessárias, concernentes à adaptação do Projeto visando o atingimento de suas objetivos.

Dê-se Ciência e Cumpra-se.

Eudoro Walter de Santana

PORTARIA N.º 1197/68 - O SECRETÁRIO DE ESTADO DA AGRICULTURA E REFORMA AGRÁRIA, no uso de suas atribuições, CONSIDERANDO o proposto submetido pelo Instituto de Desenvolvimento Agrário do Ceará - IDACE, através de sua Superintendência, no bojo do processo administrativo IDACE N.º 3181/68. RESOLVE:

I - APROVAR o critério do Projeto de Assentamento Aquidulha numa área de 300.0000 ha (trezentos hectares), do imóvel rural denominado Aquidulha, objeto de aquisição por Doação, localizado no Município de Barreira, pertencente ao patrimônio fundiário do Estado, que prevê o desmembramento de atividades produtivas e a implantação de infraestrutura física necessária ao desenvolvimento de Comunidade Rural composta de 20 (vinte) famílias.

de contomidade com o plano preliminar elaborado pelo Instituto de Desenvolvimento Agrário do Ceará - IDACE.

II - DETERMINAR ao Departamento de Apoio e Reforma Agrária o(a) Secretária que se articule com o Instituto de Desenvolvimento Agrário do Ceará - IDACE, no sentido de promover a aquisição em conjunto com aquele Instituto, no curso da execução, e providências que se fizerem necessárias, concernentes à adaptação do Projeto visando o atingimento de seus objetivos.

Dê-se Ciência e Cumpra-se.

Eudoro Walter de Santana

PORTARIA N.º 1198/68 - O SECRETÁRIO DE AGRICULTURA E REFORMA AGRÁRIA, no uso de suas atribuições legais, RESOLVE nomear MERICIA CRISTINA MANGUEIRA SALES, ocupante do cargo em comissão de Diretora de Iniciação e Recursos Humanos, símbolo DAS-2, para participar em caráter de curso Formador e Avaliador de Projetos de Desenvolvimento Agrário, do Convênio IICA/IBRIDES, devendo a despesa com passagens aéreas, incluir sobre recursos orçamentários desta Para, no período de 11 a 16/12/68. SECRETARIA DE AGRICULTURA E REFORMA AGRÁRIA em Fortaleza, 02 de dezembro de 1968. Eudoro Walter de Santana.

DIVISÃO ADMINISTRATIVA

PORTARIA N.º 1199/68 - A LICENCIADA DIVISÃO ADMINISTRATIVA DA SECRETARIA DE AGRICULTURA E REFORMA AGRÁRIA, no uso de suas atribuições legais, tendo em vista o que consta do processo nº 026.000.000 de 14 de maio de 1974, conceder a ISABELLE DE OLIVEIRA, ocupante do cargo de Economista BRS, matrícula 031.286.1.7, com estágio neste Para, em função de promoção Horizontal de 25% para 30%, a contar de 08.07.68. DIVISÃO ADMINISTRATIVA, em Fortaleza, 02 de dezembro de 1968. Zaulmira Nogueira Vianna.

EDUCAÇÃO

PORTARIA N.º 350/68-GAB - A SECRETARIA DE EDUCAÇÃO DO ESTADO DO CEARÁ, no uso de suas atribuições legais, RESOLVE, excluir de Portaria n.º 231/68-GAB, publicada no D.O. de 30/9/68, a servidora MARIA DO CARMO MENDES BRASILEIRO, Professora Ensino 1.º Grau, matrícula n.º 95.958.1.5, lotada n.º 8660, em virtude de estar arquivada por limitação de recursos do processo nº 026.000.000 de 14 de maio de 1974, concedido pelo Estado do Ceará. SECRETARIA DE EDUCAÇÃO DO ESTADO DO CEARÁ, Fortaleza, 25 de novembro de 1968. Nélson Alves Lima, Representante por Interino.

PORTARIA N.º 356/68-GAB

A SECRETARIA DE EDUCAÇÃO DO ESTADO DO CEARÁ, no uso

de suas atribuições legais,

RESOLVE, com base no artigo 6.º da Lei nº 11.346, de 03/09/67, publicado no D.O.E. de 04/09/67, e no Anexo XIII, da referida Lei alterar na seguinte forma, os cargos consistoriais:

do Diretor, Vice-Diretor e Secretários dos Entendimentos do Estado da Educação do Estado do Ceará,

em Fortaleza, em 12 de dezembro de 1968.

FORTI

Maria Olímpia Lima
Secretaria de Educação

ANEXO
FAZENDA VITÓRIA
CÓPIA DE FOLHAS DE VOTAÇÃO(1)
PRIMEIRA SELEÇÃO

NOME DO ASSENTADO	ASSINAT.	VOTOS			OBS
		AMARELO	RÓSEO	BRANCO	
<i>fl.1.</i>					
01- Fulano(C)	polegar	17	01	02	
02- "(C)	polegar	18	00	01	
03- "(C)	assinatura	18	00	01	
04- "(C)	polegar	18	00	01	
05- "	polegar	17	00	02	
06- "(C)	assinatura	19	00	00	
07- "	ausente	11	07	00	faltou
08- "	Func. Púb	16	01	00	(ausente)
09- "(C)	polegar	19	00	00	
10- "(C)	polegar	16	01	00	
11- "	ausente	13	07	00	
12- "(C)	polegar	18	00	00	
13- "(C)	assinatura	18	00	00	
14- "(C)	assinatura	18	00	00	
15- "(C)	assinatura	18	00	00	
16- "(C)	assinatura	18	00	00	

Visto por:

Assinatura Pres. STR Itatira :

Assinatura Del.Sind. Canindé :

fl.2.

17- Fulano(C)	assinatura	18	00	00	ausente
18- "(C)	ausente	18	00	00	
19- "(C)	polegar	18	00	00	
20- "	ausente	09	10	00	ausente
21- "	ausente	00	19	00	ausente
22- "(C)	assinatura	17	02	00	
23- "(C)	polegar	18	00	00	
24- "(C)	ausente	15	03	00	ausente
25-					
26- Fulano(V)	assinatura	32	07	00	
27- "(V)	assinatura	37	01	00	
28- "(V)	assinatura	38	01	00	
29- "(V)	assinatura	36	04	00	
30- "(V)	polegar	40	00	00	
31- "(V)	assinatura	40	00	00	

Visto por:

Assinatura Pres. STR Itatira :

Assinatura Del.Sind. Canindé :

NOME DO ASSENTADO	ASSINAT.	VOTOS			OBS
		AMARELO	RÓSEO	BRANCO	
fl.3.					
32-					
33-	Fulano(V)	polegar	39	00	00
34-	"(V)	assinatura	39	01	00
35-	"(V)	assinatura	40	00	00
36-	"(V)	polegar	39	00	00
37-	"(V)	assinatura	40	00	00
38-	"(V)	assinatura	40	00	00
39-	"(V)	polegar	40	00	00
40-	"(V)	assinatura	40	00	00
41-	"(V)	assinatura	40	00	00
42-	"(V)	assinatura	29	10	00
43-	"(V)	polegar	39	00	00
44-	"(V)	assinatura	40	00	00
45-	"(V)	assinatura	40	00	00
46-	"(V)	polegar	30	10	00

Visto por :

Assinatura Pres. STR Itatira :

Assinatura Del.Sind. Canindé :

fl.4.

47-	Fulano(V)	polegar	40	00	00
48-	"(V)	polegar	29	10	00
49-	"	ausente	27	14	00
50-	"(V)	polegar	40	00	00
51-	"(V)	polegar	38	00	00
52-	"(V)	assinatura	30	09	00
53-	"(V)	polegar	18	00	
54-	"(V)	assinatura	40	00	00
55-	"(V)	assinatura	40	00	00
56-	"(V)	polegar	40	00	00
57-	"(V)	assinatura	39	01	00
58-	"(V)	polegar	40	00	00
59-	"(V)	polegar	14	27	00
60-	Aposentado				
61-	Fulano (V)	assinatura	40	00	00

Visto por :

Assinatura Pres. STR Itatira :

Assinatura Del.Sind. Canindé :

NOME DO ASSENTADO	ASSINAT.	VOTOS			OBS
		AMARELO	RÓSEO	BRANCO	
fl.5.					
62- Fulano(V)	ausente	29	11	00	ausente
63- "	ausente	10	30	00	ausente
64- "(V)	assinatura	40	00	00	
65- "(V)	assinatura	40	00	00	
66- "(V)	polegar	39	01	00	
67-					
68- Fulano(V)	polegar	28	1200		
69- "(V)	assinatura	40	00	00	
70- "(V)	assinatura	36	04	00	
71- "(V)	assinatura	40	00	00	
72- "(C)	polegar	19	00	00	
73-					

Visto por :

Assinatura Pres. STR Itatira :

Assinatura Del.Sind. Canindé :

fONTE: Pesquisa direta no assentamento.

(1) Identificados por C ou V: em 1993 assentado em Cachoeira; assentado em Vitória.

ANEXO
COMPOSIÇÃO DA RENDA FAMILIAR
BANDEIRA/MATO GROSSO - 1987- (1)

Familia nº	Produção Agrícola	Trabalho assalariado	Outras Fontes	Total
1.	100,00	-	-	100,00
2.	100,00	-	-	100,00
3.	39,00	61,00	-	100,00
4.	100,00	-	-	00,00
5.	79,00	21,00	-	100,00
6.	16,00	53,00	31,00	100,00
7.	58,00	35,00	7,00	100,00
8.	51,00	49,00	-	100,00
9.	100,00	-	-	100,00
10.	55,00	-	45,00	100,00
11.	100,00	-	-	100,00
12.	100,00	-	-	100,00
13.	69,00	28,00	3,00	100,00
14.	95,00	-	5,00	100,00
15.	76,00	24,00	-	100,00
16.	100,00	-	-	100,00
17.	91,00	-	9,00	100,00
18.	100,00	-	-	100,00
19.	3,00	-	7,00	100,00
20.	73,00	-	27,00	100,00
21.	26,00	-	74,00	100,00
22.	32,00	68,00	-	00,00
23.	100,00	-	-	100,00
24.	49,00	51,00	-	100,00
25.	59,00	37,00	4,00	100,00
26.	37,00	63,00	-	100,00
27.	100,00	-	-	100,00
28.	83,00	17,00	-	100,00
29.	35,00	65,00	-	100,00
30.	-	100,00	-	100,00
31.	-	-	-	-
32.	11,00	89,00	-	100,00
33.	36,00	64,00	-	100,00
34.	56,00	44,00	-	100,00
35.	100,00	-	-	-
36.	41,00	59,00	-	100,00
37.	100,00	-	-	100,00
38.	91,00	-	9,00	100,00
39.	43,00	45,00	12,00	100,00

Fonte: Levantamentos DTO/IDACE, 1987

(1) Referente aos que em 1993 estavam no Assentamento Vitória, e que em 1987 foram pesquisados.

LEGENDA

Classes de Capacidade de Uso: Illec, IVes, Vlec, Vles, Vlsa, Vlls, VIII es

01- Casa Sede

02- Armazém

03- Garagem

04- Miniposto de insumos agrícolas

05- Casa-de-Farinha

06- Unidade de produção de raspa de mandioca

07- Grupo Escolar

08- Parque de Vaquejada

09- Campo de Futebol

10- Curral

11- Estábulo

12- Aprisco

C- Capineira

P- Palma Forrageira

IR- Irrigação

AD- Chapada

AR- Arisco

A- Cerca de Arame

R- Cerca de Arame 4 fios

Fonte: Pesquisa direta no assentamento, com apoio base cartográfica CEARÁ.FUNCEME, 1990 (*)

(*) Base cartográfica executada pela unidade de pedologia da FUNCEME, em convênio com IDACE, tendo como apoio cartográfico Folha Sistemática DSG/SUDENE- escala 1:100.000- e fotografias aéreas em escala 1:40.000- Serviços Aerofotogramétricos Cruzeiro do Sul, 1958.